

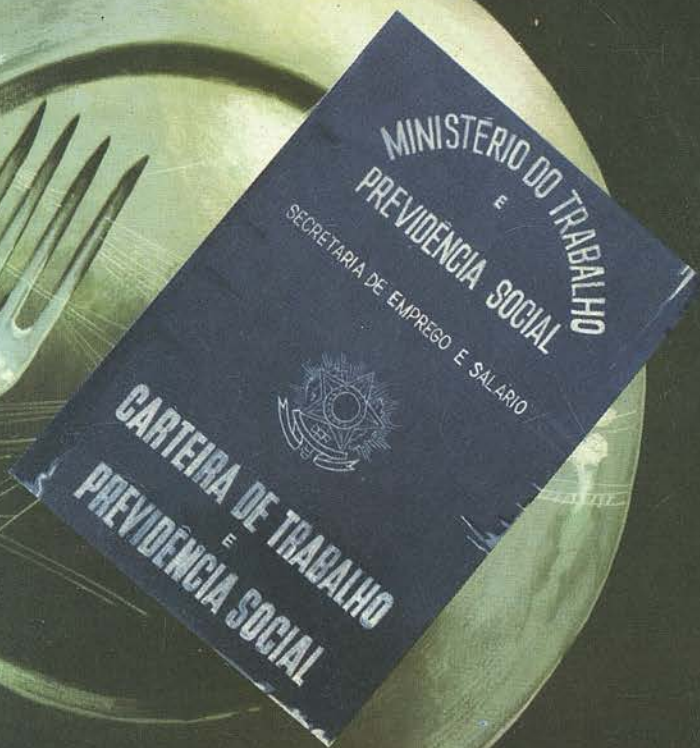
cadernos do
**terceiro
mundo**

**INVASÃO
DE ANGOLA**

**AGRESSÃO
À LÍBIA**

Setembro/1981 - Esc. 60\$00 - MT 60,00 - PG 60\$00 - CV 60,00 - Kw 60,00 - Cr\$ 120,00 - Ano IV - nº 37

**BRASIL:
FOME
E RECESSÃO**





TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

★
ANGOLA AIRLINES

SOCOTRAM

Sociedade de Comercialização e
de Transformação de Madeira

**NOSSAS
MADEIRAS,
POR SUAS
QUALIDADES
EXCEPCIONAIS,
SÃO O
TERCEIRO
PRODUTO
DE EXPORTAÇÃO
DO PAÍS**

Para qualquer informação,
escrevam à:

SOCOTRAM
C.P. 184 - Bissau, Guiné - Bissau
Tel.: 3805 ou 2802

**“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
econômica e
pela da África”**



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Lfbia.

CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacucuo • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532



aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

“Subversivos”

Por colaborar com uma publicação “de clara conotação subversiva”, Mário Augusto Jakobskind, nosso enviado especial a Montevideú, foi expulso do Uruguai. A notícia correu o mundo e nossa revista recebeu numerosas manifestações de solidariedade, as quais agradecemos. Esta decisão arbitrária não impedirá que continuemos informando aos leitores sobre a esforçada luta dos uruguaios pela democracia, mas tornou impossível dar a versão das autoridades que tão descortemente se negaram a receber o nosso correspondente. O regime uruguio, que tanto se queixa de sua má imagem na imprensa internacional, perdeu uma oportunidade de expor suas razões e denegriu ainda mais essa imagem que suas promessas de transição poderiam melhorar. Dar um espaço às distintas versões para que o leitor julgue por si mesmo é um dever jornalístico elementar. Assim, neste número dedicado às penúrias econômicas que vem atravessando o povo brasileiro, Jarbas Passarinho, presidente do Senado, foi entrevistado por nosso representante em Brasília e explica o ponto de vista oficial sobre uma crise que, no outro extremo do panorama político, Theotônio dos Santos considera insuperável em um esquema capitalista e a respeito da qual também falam os economistas Cibilib Viana e Carlos Lessa.

A provocação norte-americana no golfo líbio de Sirtre e a luz verde de Washington à invasão dos boers a Angola (sobre a qual já advertíamos no número de junho) são analisadas nesta edição por Neiva Moreira a partir de Trípoli, de onde acaba de chegar, e Esteban Valenti, enviado especial a Luanda.

Ambos acontecimentos são parte de uma mesma política agressiva que nossa revista tem denunciado com insistência. Neste mesmo número, o presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador fala sobre a enorme responsabilidade da administração Reagan pelo banho de sangue que enluta El Salvador. Ali, na convulsionada América Central, nossos enviados especiais estão preparando a reportagem de capa do próximo número.

Nesta Edição:

Materia de capa: Brasil, fome e recessão

- 5 **Editorial:** Crise nas Nações Unidas
- 8 No fundo do poço, *Francisco Viana*
- 17 "Meninos, eu vi!", *Francisco Julião*
- 18 O fim do ciclo militar na política, *Clóvis Sena*
- 21 O poder da rua
- 27 A alternativa radical, *Theotônio dos Santos*

América Latina

- 30 **El Salvador:** Governo popular, a única opção, *Roberto Argueta*
- 33 **Paraguai:** Mbareté, a lei suprema, *David M. Helfeld e William L. Wipfler*
- 36 **Guatemala:** Reagan e a conexão guatemalteca, *Arqueles Morales*
- 39 **Uruguai:** A reportagem que não me deixaram escrever, *Mário Augusto Jakobskind*
- 42 **Caribe:** Os paraísos fiscais, *Tony Bognes*

África

- 45 **Angola:** A invasão sul-africana, *Esteban Valenti*
- 49 **Zaire:** Bond acusa Mobutu, *Gabriel Omotozo*

Ásia

- 52 **Sri Lanka:** O povo tamil quer a autonomia, *Narinder Koshla*
- 54 **Campuchea:** O retorno dos bonzos, *María Fialho*

Especial

- 56 **Líbia:** A aliança mundial contra a agressão, *Neiva Moreira*

Comunicação

- 63 Preparando novas batalhas, *Phil Harris*
- 66 Comunicações para o desenvolvimento

Norte-Sul

- 68 A Opep e a galinha dos ovos de ouro, *Pablo Piacentini*
- 72 Aprofunda-se o fosso, *Agustín Castaño*
- 73 O dilema dos metais desvalorizados, *Pedro Aguirre*

75 Panorama Tricontinental

Cultura

- 82 A grande festa do teatro em São Paulo, *Beatriz Cannabrava*
- 86 O teatro de criação coletiva, *Julia Maciel*
- 88 Dias Gomes: Uma nova linguagem na televisão brasileira, *Altair Campos*
- 94 Livros: O holocausto esquecido, *Cedric Belfrage*
- 96 Última Página: Humor, *Willy*



A invasão sul-africana à Angola



Os foguetes líbios

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bisso

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 37
Setembro - 1981
Preço de capa: Cr\$ 120,00
Números atrasados: Cr\$ 140,00

● *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 - CEP 05.033

Arte
Carmem Saporetti
Amaury dos Anjos

Copidesque
Francisco Viana

Tradução e Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Assinaturas
Marília Mourthé

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

Fotolito
Colorrio Stúdio Gráfico Ltda
Rua 2 de Fevereiro, 33 - Encantado

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 - Salas 105/106
Tel.: 242-1957
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental - Angola - Argélia - Argentina - Austrália - Áustria - Bangladesh - Belize - Bélgica
Bolívia - Brasil - Cabo Verde - Canadá - Checoslováquia - Chile - Colômbia - Costa Rica - Cuba
Dinamarca - El Salvador - Equador - Espanha - Estados Unidos - Etiópia - Finlândia - França
Granada - Guiana - Guiné-Bissau - Honduras - Iêmen Democrático - Índia - Indonésia - Iraque
Iugoslávia - Jamaica - Japão - Kuwait - Líbano - México - Moçambique - Nicarágua - Nigéria - Panamá
Paraguai - Peru - Portugal - Porto Rico - Quênia - República Dominicana - Saara - São Tomé e Príncipe
Seychelles - Sri Lanka - Suécia - Suíça - Suriname - Santa Luzia - Tailândia - Trindade-Tobago -
Uruguai - União Soviética - Venezuela - Vietnã - Zâmbia - Zimbábue.

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui - Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito - João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 - Maputo

● *Edições em espanhol*

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A - Coyocacán
México, 21 DF - telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLOMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Telephone. 724-712

● *Edições em inglês*

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chingaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jararillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitanas de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Djournal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPUBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. S. TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechos a Pte. Brion, Caracas.

Crise nas Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas enfrenta a maior crise econômica desde sua fundação, em 1945. Um pequeno grupo de países ricos liderados pelos Estados Unidos, alegando que a recessão lhes exige poupança, reduziram suas contribuições para o orçamento da ONU. Isso está ocasionando a eliminação ou cortes de programas que eram do interesse e do desejo explícito da comunidade internacional, e que consistiam em projetos de assistência aos países do Terceiro Mundo. Essa decisão de algumas potências faz parte de sua oposição à política que vem sendo adotada pelas Nações Unidas, onde até agora nunca tinha acontecido um confronto de tal ordem. Isto já é sumamente grave, mas contém uma perspectiva ainda mais sombria: que as contradições entre diversos blocos de nações atinjam níveis ainda maiores e a Organização se defronte com uma crise global que a torne inoperante.

O que sucede contradiz a razão de ser da ONU: constituir um foro de alcance universal onde se har-

monizem as diferenças entre os países membros e se instituem programas e organismos que enriqueçam a cooperação internacional.

A justificativa alegada pelos governos responsáveis por esses cortes é apenas uma parte da verdade. É certo que a administração norte-americana ordenou reduções em seu próprio orçamento nacional, mas decidiu por um aumento substancial de seus gastos militares.

Os países escandinavos e a Holanda encontram-se na mesma conjuntura que os Estados Unidos. E, mesmo assim, respeitaram todas as obrigações contraídas com a comunidade internacional, incluindo a ajuda de 0,7% de seus Produtos Internos Brutos (PIB) na cooperação com o Terceiro Mundo. Este era o índice de ajuda combinado por todos os países industrializados, mas só cumprido pela Holanda e países escandinavos.

Por outro lado, a França era uma das potências que durante o governo de Valéry Giscard d'Estaing se manteve abaixo dessa meta. Agora o governo so-

cialista de François Mitterrand propôs-se a alcançá-la, o que implica a duplicação dos recursos que dedicará à cooperação, apesar da crise que, certamente, não exclui a França.

Vê-se, portanto, que essas resoluções não têm sua origem real nos problemas econômicos, que são, na verdade, desculpas para a imposição de uma política definida.

A causa remota desta situação está na universalização efetiva do sistema das Nações Unidas. Quando ela foi criada, os EUA — e, em geral, os interesses conservadores do Ocidente — a controlavam e não imaginavam que no futuro pudessem perder este domínio. Raciocinavam, de forma esquemática, que a rivalidade capitalismo-comunismo acabaria sendo favorável ao primeiro, pois seu superior poderio econômico e a dinâmica expansiva do capitalismo atrairiam para sua órbita um maior número de nações de um mundo que então começava o processo de descolonização.

De certa maneira esta previsão foi cumprida. Mas o fato de que numerosos países passassem do colonialismo para o neocolonialismo e, conseqüentemente, permanecessem com o mesmo sistema econômico, não impediu o desenvolvimento das contradições naturais entre o Ocidente industrializado e o Terceiro Mundo.

Entretanto, os movimentos de libertação alcançaram diversos triunfos, superando o neocolonialismo. Isso, junto com a consolidação e o desenvolvimento dos países socialistas, provocou uma modificação das relações de poder em escala internacional. Mas no que se refere a essas relações no âmbito da ONU, elas tornaram-se muito mais pronunciadas, devido a um fator alheio ao bipolarismo do pós-guerra, que foi gerado autonomamente pelo Terceiro Mundo: o Movimento dos Países Não-Alinhados.

O Movimento identificou os elementos comuns do subdesenvolvimento e da dependência e deles extraiu um programa de ação que sintetizou os interesses e aspirações de todas as nações do Sul no campo internacional, apesar das diferentes ideologias de seus governos.

A articulação do Movimento e o paralelo crescimento da conscientização dos povos dependentes sobre seus problemas provocaram a multiplicação de foros para estabelecer suas reivindicações no plano econômico. As divisões e as contradições políticas dos Não-Alinhados não impediram que em todos os setores da ONU os países pobres, por meio do chamado Grupo dos 77, discutissem e coordenassem os objetivos comuns.

A coincidência num plano genérico — a reivindicação de uma Nova Ordem Econômica Internacional —, assim como em numerosos assuntos específicos, entre os Não-Alinhados e os países socialistas, significou para o Ocidente a perda da maioria numérica e o fim de seu controle sobre o sistema da ONU. Como é óbvio, as reações dentro dos países desenvolvidos ocidentais não foram uniformes. Os setores mais conservadores e mais ligados a uma lógica capitalista ortodoxa se negaram a aceitar o diálogo com o Sul nos termos estabelecidos pelos Não-Alinhados. Para estes duros, uma Nova Ordem Econômica Internacional seria inaceitável, pois afetaria os postulados do liberalismo econômico, que está na base do desenvolvimento capitalista, e os termos desiguais do intercâmbio internacional. Outros setores, envolvendo um amplo leque de moderados e progressistas, aceitaram o princípio do diálogo e da busca de soluções para amenizar as desigualdades e as iniquidades no planeta. Os duros ficaram em minoria, e os conseqüentes choques e obstruções que protagonizaram dificultaram a marcha do sistema.

Assim, como esta é a causa remota da crise atual, sua detonação foi a eleição nos EUA da fórmula republicana, liderada por Ronald Reagan. Esta representa a variante mais dura e mais rígida da ala conservadora e é, por essência, antagonista à cooperação multilateral, justamente uma das premissas onde repousa o sistema da ONU.

A linha assumida por Reagan associa a cooperação com a consolidação dos vínculos de dependência em relação ao sistema formado pelas empresas transnacionais. O que postula é uma ajuda — créditos e apoio a projetos basicamente de desenvolvimento — feita por canais bilaterais, isto é, do pró-

prio governo a cada um dos países receptores. Ao mesmo tempo, defende a diminuição do papel do Estado e a intensificação da atuação das empresas transnacionais nos programas de desenvolvimento do Terceiro Mundo. A proposta de Reagan é, portanto, uma clara e descarada aceitação da própria hegemonia e um ordenamento econômico baseado nas empresas transnacionais, que são precisamente os motores das desigualdades entre o Norte e o Sul.

Dizer que esta posição é minoritária no seio da comunidade internacional é um eufemismo. Com esta postura ultraconservadora, os Estados Unidos, secundados em numerosas ocasiões pela Grã-Bretanha, se isolaram dentro da ONU, onde muitos de seus aliados ocidentais não compartilham da sua intransigência.

Na verdade, os conceitos expressados pela embaixadora norte-americana na ONU, Jeane Kirkpatrick, segundo os quais os países do Terceiro Mundo estão habituados à pobreza e que é uma ilusão acreditar que a assistência externa, seja pequena ou volumosa, pode criar desenvolvimento, são de um extremismo tal que obrigam os aliados de Washington a distanciarem-se dele neste aspecto.

A relutância norte-americana em aceitar a atual situação não é nova. Washington se retirou da Organização Internacional do Trabalho em 1977 (reintegrou-se no ano seguinte) e fez duras campanhas contra a Unesco por ela ter-se pronunciado em favor de uma Nova Ordem Informativa Internacional. O governo atual representa um endurecimento extremo. O exemplo mais espetacular desta atitude aconteceu em maio passado, quando na Assembléia Mundial da Saúde, promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), se discutiu um código de conduta para as empresas fabricantes de substitutos do leite materno. O único voto contra foi o norte-americano, diante de 118 votos a favor da aplicação do código. O governo dos EUA pagou o preço de um isolamento total para manter-se fiel a seus princípios ultraconservadores.

A administração Reagan, que somente representa a vontade de um governo, parece dizer à comunidade internacional: ou a ONU segue nossa orientação ou a largaremos à sua sorte. Nesse sentido,

está inserida a decisão do corte de suas contribuições à Organização. Os efeitos que ocasionará esta medida serão importantes, pois até agora 25% dos fundos da ONU vinham dos EUA. Em consequência, a Secretaria-Geral das Nações Unidas teve que apresentar um orçamento para o período 1982/83 de "crescimento zero", ou seja, em termos reais é igual ao montante do período anterior, o que provoca o congelamento dos fundos e o adiamento de diversos programas. E quanto a organismos e programas da ONU que dependem de contribuições voluntárias, alguns sofreram diminuições.

O projeto de Reagan consiste, portanto, em diminuir o papel da ONU, enquanto, por via bilateral, espera aumentar a influência da superpotência no cenário internacional. Em torno desse assunto podemos tirar duas observações. A primeira, que esta atitude significa outro golpe para as economias dos países subdesenvolvidos. Eles estão carregando o pesado fardo de uma recessão de que não são responsáveis: recebem receitas menores por suas matérias-primas, aumentam seu endividamento até níveis alarmantes, têm dificuldades para obterem créditos e investimentos e, além disso, vêem limitada, agora, a assistência internacional.

A segunda refere-se às Nações Unidas e ao contexto internacional. A ONU nunca esteve à altura das expectativas que lhe deram vida, pois nunca existiu a vontade política dos governos que tiveram a possibilidade de guiá-la, de participar dela de um modo que fosse possível cumprir seus objetivos. No entanto, ela continua sendo o único foro para debater os problemas universais, desde a segurança até a cooperação. O que está acontecendo é uma ameaça direta a seus programas relativos ao desenvolvimento, saúde, agricultura, infância e meio ambiente, abrindo uma crise que, caso continue, poderá ter resultados imprevisíveis.

Trata-se de outro fator de incerteza e de confrontação num mundo dominado pelo armamentismo desenfreado e pelo retorno à guerra fria. É uma amostra a mais da intolerância e da incompreensão daqueles que controlam a riqueza, a força e o poder, e que estão decididos a manter a qualquer custo suas posições intactas. □



BRASIL

No fundo do poço

Desemprego, inflação e fome, na pior crise econômica da história do país

Francisco Viana

A economia brasileira, a oitava do Ocidente, atravessa a pior crise da sua história. Os dados são estarrecedores: um milhão de desempregados, inflação anual superior a 100%, 40 milhões de subnutridos, 13 milhões de menores abandonados, demissões em massa se multiplicando indiscriminadamente nas pequenas, médias e grandes empresas, crescimento industrial zero e uma dívida externa que já atinge a astronômica cifra de US\$ 60 bilhões — mais de Cr\$ 6 trilhões —, tendendo a aumentar progressivamente. O que está acontecendo?

Há oito anos, no auge do chamado milagre econômico, quem se atrevesse a traçar um perfil tão caótico da economia brasileira, no mínimo, cairia em desgraça. Delfim Neto, condestável do regime, estava muito distante do papel que representa hoje, de Ministro do Planejamento acuado pela inflação, pelo desemprego e pelos déficits públicos. Era o mago das finanças, o todo-poderoso de um regime que acabara de sufocar a luta armada e de reprimir violentamente a classe operária. Sem oposição política, podia vender ao mundo a imagem tão propagada de “ilha de tranquilidade”, onde abundavam matérias-primas e mão-de-obra barata.

Não havia as greves que caracterizaram os últimos dois anos, nem a organização crescente que tem marcado o movimento sindical brasileiro neste período de abertura política. O clima na época do milagre era outro: destroçado o movimento operário, o crescimento econômico impulsionado a qualquer preço gerou uma das taxas de crescimento mais elevadas do mundo e conseguiu apoio unânime dos empresários, da classe média e dos ideólogos do novo regime. Exibiam com orgulho as estatísticas para o mundo e anunciavam para os jornais as cifras dos novos investimentos estrangeiros, cotidianamente relacionados pelos ministros da área econômica como prova de êxito e de credibilidade.

A falência — aliás, previsível — do modelo inverteu radicalmente a situação: ele passou a ser alvo das críticas de todos. Empresários, classe média e vozes de todos os partidos, inclusive do próprio governo, chegaram a um consenso quanto à situação econômica: adjetivem como desejarem — desaquecimento, desaceleração ou qualquer outro eufemismo —, é impossível esconder o fato de que o Brasil atravessa uma situação recessiva ou, no mínimo, caminha a passos largos nessa direção. Entre os pontos de concordância dessas vozes, particularmente entre os empresários, há um que merece destaque: a impossibilidade de convivência simultânea com as restrições ao crédito e a liberação dos juros. A situação chegou a tal ponto que é mais seguro e cômodo especular no mercado financeiro ou imobiliário do que produzir.

A classe trabalhadora em cena

O dado novo da crise é que, com a abertura política, apesar de todas as suas limitações, a classe trabalhadora está gradativamente entrando em cena. Este é, sem dúvida, um fato que preocupa a burguesia nacional e o capital transnacional a ela associado. Nestes 17 anos de autoritarismo, a característica central do regime brasileiro tem sido a de liberal no campo econômico e profundamente autoritário no campo político. Se o autoritarismo for substituído, como vem sendo, pelo liberalismo político, as diretrizes adotadas pelo governo na economia serão, sem dúvida, postas à prova. Particularmente agora, num momento de crise, quando as principais forças sociais que apoiam o governo — o empresariado e a classe média — declaram-se frontalmente contrárias à sua política econômica. Quem decifrar essa equação tem a chave do futuro.

Quem observa a situação brasileira neste princípio de década, não pode fugir à tentação de procu-

rar desvendar as raízes da crise. A primeira constatação, a mais superficial, é de que o problema não é novo, nem entrou em cena por um passe de mágica das oposições. Pelo contrário, a crise vem se desenhando no cenário brasileiro desde os primeiros anos do governo Geisel. Só não explodiu antes porque o grupo dirigente pôde esgrimir a seu favor o endividamento externo e algumas grandes obras públicas que permitiram à economia continuar girando, produzindo e garantindo níveis mínimos de emprego. Para a grande massa, o único benefício limitava-se apenas ao ingresso no mercado formal de trabalho: carteira assinada, direito ao salário mínimo, previdência social e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que substituiu a estabilidade do trabalhador).

Reformas de base

Num plano mais profundo, seria necessário voltar ao agitado cenário pré-64, quando o país, pela primeira vez na sua história, preparava-se para realizar reformas que, efetivamente, mudariam os rumos da sociedade brasileira. Eram as chamadas reformas de base, solução de caráter nacional e social, que se apresentavam como alternativa para enfrentar a crise econômica agravada desde o governo Juscelino Kubitschek e que se aprofundara no governo Jânio Quadros e, depois, no governo João Goulart.

— As reformas de base continuam atuais e se constituem hoje na alternativa nacional para a crise — afirma o economista Cibilis Viana, chefe da assessoria econômica de João Goulart e professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As reformas de base eram a agrária, urbana, universitária, bancária, tributária, e o controle da remessa de lucros. Neste último item, estavam incluídas outras medidas para impedir a ação das transnacionais no país e neutralizar a expansão do capitalismo “selvagem” que vinha se insinuando desde o governo JK. Tratava-se da reformulação do sistema de comércio exterior, do combate ao abuso do poder econômico, através da chamada lei antitruste, e, num plano intimamente ligado à luta contra a inflação, da reformulação de todo o sistema de comercialização de gêneros alimentícios. Já naquela época, os economistas constataavam o potencial inflacionário da rede de intermediários que começava a florescer no setor de alimentos.

As reformas foram um dos fatores decisivos para o golpe de 64. Sua aplicação iria ferir grandes interesses da burguesia nacional, na medida em que fossem aplicadas, pois balizariam os rumos políticos do país no sentido de uma economia controlada pelo Estado, onde a iniciativa privada teria seu lugar, mas sem nenhuma perspectiva de executar a



Cibilis Viana: as reformas de base continuam atuais e se constituem numa alternativa nacional para enfrentar a crise econômica

experiência concentradora que se seguiu ao golpe militar. Cibilis Viana encara as reformas de base como a alternativa que se colocava em 1964 para enfrentar a contradição existente à época — e que persiste — entre o estágio das forças produtivas e o seu distanciamento das estruturas sociais.

— De 1930 ao governo Juscelino, o Brasil não era um país marcadamente capitalista. Ocorria o seguinte: o governo controlava o investimento e tinha objetivo social. Havia, é óbvio, a empresa capitalista, mas o comando era do Estado. Assim, o salário mínimo era frequentemente reajustado; não havia desemprego; o transporte público era subsidiado; o governo financiava construção de casas com juros negativos; a habitação era barata, embora modesta. Todos podiam ter sua casa e os preços dos alimentos eram rigorosamente tabelados. Com JK a situação começou a se alterar: ele abriu o país

às transnacionais e estas vieram com sua tecnologia e novos métodos de investimento. O resultado foram as crises, apesar do grande desenvolvimento.

E foram também as crises que marcaram o governo JK, agravadas pelos pesados investimentos com a construção de Brasília, que vieram contribuir decisivamente para a eleição de Jânio Quadros (seis milhões de votos, a maior votação da história da República), um populista de direita que soube alvejar com precisão os pontos frágeis do Plano de Metas de JK. A situação no início dos anos 60 só não era mais grave porque Juscelino não aceitou as imposições das transnacionais e rompeu com o Fundo Monetário Internacional que queria impor uma recessão no país.

As exigências do FMI eram as seguintes: um Plano de Estabilização Monetária, cujos itens principais eram a fixação de preços não muito altos para o café, à época principal produto de exportação brasileiro, e o lançamento, no câmbio livre, de todas as importações.

Era um programa que tinha como objetivo "a aniquilação do Brasil", como admitiu o próprio Juscelino. Dizia ele: "Pretendia-se paralisar o país — cuja extensão territorial é imensa — tornando proibitivo o uso da gasolina, do papel para a imprensa, do trigo e dos fertilizantes". JK até que concordava com a liberação das importações, mas não admitia o câmbio especial para aqueles quatro itens da pauta. Afirmava: "As consequências seriam desastrosas. A imprensa deixaria de ser livre, porque se converteria em privilégio de grupos econômicos; o povo, já subalimentado, veria o pão desaparecer da sua mesa; e a nossa roceira agricultura mais roceira iria se tornar, por falta de fertilizantes que desenvolvessem o nosso campo, representado por dois terços do volume demográfico brasileiro".

Capitalismo selvagem

A intervenção que JK quis evitar continuou sendo motivo de hostilidades do FMI após a sua saída. E se agravou quando, após a renúncia de Jânio, o vice-presidente João Goulart subiu ao poder. Ele aspirava a encontrar uma solução nacional para a crise, que privilegiasse o interesse popular, contrariando, obviamente, os interesses da burguesia nacional e transnacional que não viam com simpatia o movimento sindical, nem a tendência governamental de reajustar os salários, principalmente o mínimo, com índices proporcionais à inflação.

Não foi por uma simples coincidência que o golpe de Estado se concretizou no exato momento em que o governo decidiu abrir o caminho em direção às reformas. E não foi também por simples coincidência que, derrubado o governo constitucional, as primeiras medidas no campo econômico

golpearam implacavelmente as conquistas sociais dos trabalhadores. Assim, por exemplo, o salário mínimo manteve-se estável em termos reais entre 1951 e 1961, acompanhando o custo de vida. Em compensação, entre 1964 e 1968, o custo de vida elevou-se a uma taxa média anual de 34,7%, enquanto que o salário mínimo subiu somente a um ritmo anual de 30,3%. Isto significa uma redução anual de 4,5% nos salários mínimos, o que se traduziu numa perda acumulada de 63%. Foram soluções ortodoxas, típicas do capitalismo "selvagem": achatamento salarial, com a conseqüente redução do poder aquisitivo das classes trabalhadoras; extinção da estabilidade no emprego; retenção do crédito e liquidação da pequena e média empresas. Criavam-se assim as condições propícias para a acumulação do capital. No plano externo, houve a abertura imediata (e total) para o investimento estrangeiro.

— Queira ou não, o governo que tomou o poder em 64 colocou-se a serviço das transnacionais.

— Por que atualmente o brasileiro é obrigado a pagar o ônus de uma taxa de inflação tão elevada? — indaga Cibilib Viana.

E ele mesmo responde, por partes: primeiro, o governo perdeu totalmente o controle do sistema de abastecimento. Segundo, o sistema financeiro é dependente do mercado externo e para atrair recursos do exterior necessários ao atendimento do serviço da dívida externa, o governo eleva a taxa interna dos juros, gerando lucros excessivos nos bancos. Terceiro, os oligopólios manipulam os preços, porque a economia é excessivamente concentrada. Quarto, a produção agrícola ainda é vista com descaso. Quinto, não há nenhum controle das remessas de lucros das transnacionais.

Este último item é particularmente grave, segundo Cibilib Viana. Na sua opinião, não seria totalmente condenável se o governo emitisse papel moeda para subsidiar setores básicos para a população como saúde, educação, transporte, alimentação. Todos esses itens têm tornado mais difícil a vida do brasileiro, particularmente nas grandes cidades, onde o elevado custo de vida nestes últimos seis meses não tem poupado nem a classe média, obrigada a renunciar a inúmeros bens de consumo, como carros do ano, bebidas importadas, roupas da moda e até os habituais jantares de fim de semana em restaurantes de luxo.

Mas a emissão de papel moeda torna-se mais grave quando visa, como no caso brasileiro, a subsidiar as exportações de transnacionais, solucionando com dinheiro do Tesouro Nacional problemas econômicos que caberiam única e exclusivamente aos seus donos resolverem. Explica Cibilib Viana:

— Um caso bastante típico é o da indústria automobilística. O preço do veículo para exportação custa cerca de 50% mais barato do que o pre-

ço para o comprador interno, por causa dos subsídios. Mas quem se beneficia com isso não é o comprador lá fora. Este no máximo tem uma redução mínima no preço. Quem ganha é a própria transnacional que transfere, ilegalmente, recursos para a sua matriz, sem ônus algum. A Volkswagen quando vende o que produz, deixa um pouco de dinheiro aqui e o resto transfere para a sua matriz na Alemanha. E quem perde com essa remessa de lucros? O povo brasileiro.

O político e o econômico

Tecnicamente, questões como as enumeradas por Cibilibs Viana não são difíceis de resolver. Aliás, como afirma o economista Carlos Lessa, professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também perspicaz observador da realidade brasileira, há uma inversão de valores no discurso oficial de hoje:

— O governo fala sempre que as dificuldades da crise estão no campo econômico e não no campo político. Há uma versão oficial de que no político é fácil resolver as coisas, enquanto no econômico é que a situação se torna complexa. Ocorre justamente o contrário: no plano econômico não há dificuldade para resolver os problemas atuais; a questão toda é a correlação de forças políticas. É no campo político que está a complicação. E esta só será resolvida na medida em que os espaços democráticos se ampliarem.

A conclusão a que chegam Lessa e Cibilibs, quando vinculam a questão econômica à evolução do processo político, tem raízes profundas na realidade brasileira dos últimos 17 anos. Sem possuir o controle político pleno do país, o governo jamais conseguiria ser fiador, como vem sendo, da articulação da grande burguesia nacional com o capital transnacional nas proporções em que esta se realizou.

Todo esse processo está intimamente ligado ao panorama político pós-64, quando as organizações sindicais e partidárias progressistas foram liquidadas e o jogo econômico passou a ser um atributo exclusivo de tecnocratas regiamente pagos que, aligerados em hábeis exercícios de retórica, conseguiram eleger para o país um modelo capitalista excludente (em oposição ao modelo capitalista participativo que se delineava antes de 64), baseado na indústria de bens duráveis. Ora, num país como o Brasil nunca poderia ser eleito um modelo baseado na indústria de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos basicamente) sem elevado ônus social.

O detalhe do processo é que, no caso brasileiro, o mercado que se abria, mesmo com o modelo sendo excludente, era dos mais estimulantes tanto para as transnacionais como para os monopólios



A reunião da Conclat em São Paulo: organização dos trabalhadores como resposta à repressão pós-64

nacionais. Trinta milhões de pessoas — os eleitos para participar do boom econômico dos primeiros cinco anos da década de 70 e que continuam participando até hoje, com maior ou menor intensidade — é um mercado consumidor respeitável, comparado até com os grandes centros europeus. Daí, a alta classe média e a grande burguesia nacional terem padrões de vida que superam, às vezes, os das classes abastadas dos países desenvolvidos, rivalizando até com a alta classe média e a burguesia norte-americana.

A equação política que o destino do modelo econômico propõe torna-se complicada e de difícil solução justamente porque nada do que aconteceu no país foi por acaso, nem pelo simples desejo da burguesia nacional. Se avaliados do ponto de vista histórico, será fácil constatar que os acontecimentos de 64 vinham sendo adiados há dez anos. E que a sua precipitação naquele momento histórico fazia parte de um esquema muito mais amplo, envolvendo a própria divisão internacional do trabalho e o papel dos Estados Unidos como economia hegemônica no Mundo Ocidental e, particularmente, na América Latina.

Quando Cibilib Viana e Carlos Lessa destacam a questão política como determinante para os rumos da crise econômica não estão fazendo apenas um simples exercício de raciocínio, nem procurando sofisticar a análise. Pelo contrário: estão tentando mostrar que o alto grau de internacionalização da economia nacional torna-a vulnerável aos ventos da política externa, na medida em que as decisões fundamentais sobre seus rumos dependem hoje muito mais do FMI e de alguns poucos capitalistas brasileiros do que dos desígnios do Palácio do Planalto, em Brasília.

Cabe a pergunta: qual é o papel que a economia brasileira desempenha no plano internacional? A

resposta pode ser extremamente fácil ou complexa, dependendo do ângulo com que seja avaliada a questão. Do ponto de vista da influência nas grandes decisões do mundo capitalista, seu papel é insignificante — proporcional ao discreto espaço que, às vezes, o país ocupa no noticiário de grandes publicações internacionais. Em relação à sustentação do regime capitalista e, particularmente, da hegemonia norte-americana, sua importância é muito grande. No caso da América Latina, chega a ser excepcional.

Para um melhor entendimento, é preciso compreender um fenômeno que vem se registrando há mais de uma década: o agravamento das relações

As transnacionais controlam os principais setores da economia brasileira:

INDÚSTRIA MODERNA

1. automobilística	98,8%
2. autopeças	63,7%
3. bebidas-fumo	63,8%
4. eletrônica	77,9%
5. farmacêutica	100, %
6. higiene-limpeza	75,4%
7. máquinas-equipamentos	59,4%
8. material de transporte	58,8%
9. plástico-borracha	74,1%

SETORES SOB CONTROLE

DE EMPRESAS NACIONAIS PRIVADAS

1. construção pesada	81,8%
2. metalúrgica	71,8%
3. editorial-gráfica	100, %
4. minerais não metálicos	56,7%
5. papel e celulose	79,2%

SETORES SOB CONTROLE

DE EMPRESAS ESTATAIS

1. mineração	63,3%
2. química-petroquímica	76,1%
3. siderúrgica	62,8%

DÍVIDA EXTERNA

Quando o governo constitucional do presidente João Goulart foi derrubado por um golpe militar em 1964, a dívida externa brasileira era de 3 bilhões de dólares. Hoje, passados 17 anos, seu valor se eleva a 60 bilhões e o país não tem perspectivas de saldar seus débitos antes do fim do século, isto se o desempenho da economia for muito bom, o que é impossível dentro do atual modelo.

Dados do próprio Ministério da Fazenda mostram que a evolução da dívida foi a seguinte, nos últimos 11 anos:

Em bilhões de dólares:

1970	5,2	1974	17,1	1978	43,5
1971	6,6	1975	21,1	1979	49,4
1972	9,5	1976	25,9	1980	55,0
1973	12,5	1977	32,0	1981	60,0

INDÚSTRIAS TRADICIONAIS

Sob controle das transnacionais

1. têxtil	70,6%
-----------	-------

Sob controle de empresas nacionais privadas

1. confecções	95,6%
2. madeira-móveis	97,2%

OUTROS SETORES

Sob controle das transnacionais

1. comércio atacadista	50,1%
2. distribuição de petróleo	61,2%

Controle de empresas nacionais privadas

1. agropecuária	95,3%
2. comércio varejista	87,8%
3. publicidade	75,2%
4. revenda de veículos	96,1%
5. supermercados	95,5%

Controle de empresas estatais

1. serviço de eletricidade	70,9%
2. serviço de transporte	50,3%

Fonte: Revista Exame. "Melhores e Maiores". 1977

de dependência entre países capitalistas e a acentuação da divisão internacional do trabalho têm gerado tensões. Na verdadeira cadeia de dominação que se esboça em escala mundial, o papel hegemônico dos Estados Unidos depende cada vez mais da delegação de poderes a países intermediários, responsáveis pelo controle de determinadas regiões econômicas: é o caso da Alemanha Ocidental na Europa, do Japão no sudoeste da Ásia, da França sobre parte da África e do Brasil no caso da América Latina.

Internamente, esta condição só trouxe benefícios para o capital financeiro, o grande capital nacional e, evidentemente, o capital transnacional que dita as normas dos principais setores da indústria, com forte penetração nos serviços, na agricultura e franca expansão no setor de minerais.

O aprofundamento desse processo criou sérias dificuldades para a pequena e média empresa, principalmente para as que vivem em função de setores controlados pelo grande capital transnacional, a exemplo do setor automobilístico:

— São as transnacionais — observa Cibilis Viana — que controlam os preços e determinam a produção das empresas. Isto quando não tentam boicotar as pequenas e médias empresas, instalando suas próprias filiais, com incentivo financeiro do governo, a exemplo do que aconteceu recentemente com a indústria de molas Sueden*, prejudicada por esse tipo de pressão.

O problema da pequena e média empresa é angustiante. Seu agravamento tem sido fonte permanente de tensões inflacionárias. Um exemplo típico é o caso do setor de abastecimento.

Vejamos o que está acontecendo: nos anos 70 houve uma grande concentração do capital comercial agrícola, seguido de um bom desempenho do capital agrário e o desenvolvimento de grandes conglomerados nacionais no setor de abastecimento. Em fins de 1950 não havia rede de supermercados no país; em 1980, o Pão de Açúcar, por exemplo, que nasceu de uma confeitaria no elegante Jardim Paulista, em São Paulo, cresceu tanto que se expandiu até Lisboa, Barcelona e Angola. No Brasil, está intimamente ligado ao sistema financeiro, com amplas conexões nos centros de poder interno e na rede capitalista internacional.

Há um outro caso, talvez único no mundo: a rede de supermercados Paes Mendonça, em Salvador, que monopoliza o abastecimento e impõe preços a uma cidade com mais de um milhão de habitantes. Em 1950, era apenas um armazém; agora joga sozinha no mercado e não terá concorrente

*A implantação de uma fábrica transnacional no ramo iria praticamente provocar a falência da empresa brasileira, o que gerou um protesto público do empresário nacional.



Com uma perda de 63% no salário mínimo, as classes trabalhadoras foram as principais vítimas de um modelo econômico essencialmente desumano

tão cedo, se o quadro político não mudar, pois comprou todos os terrenos da cidade onde poderiam ser instalados supermercados de grupos concorrentes.

A era dos supermercados

Esse processo de expansão dos supermercados se desenvolveu, com maior ou menor intensidade, em todo o país. No Rio, 50% do abastecimento da cidade, com mais de seis milhões de habitantes, faz-se através de supermercados; há duas décadas todo o comércio girava em função dos armazéns, hoje condenados a desaparecer. Se nas cidades esta concentração tendeu a aniquilar o pequeno e médio empreendimento urbano, no campo o processo se repetiu com as mesmas características e consequências; em ambos os casos o consumidor é quem saiu perdendo.

O que ocorreu? Explica Carlos Lessa:

— A pequena e média propriedade rural reduziu a produção de alimentos *in natura*. Em alguns casos, esse fenômeno conduziu a uma mudança radical nos hábitos alimentares. Há 20 anos, a man-

dioca e o fubá faziam parte da dieta tradicional do nordestino; agora foi substituída pela farinha de trigo. O sertão pernambucano produz espaguete! E assim sucessivamente. O capital industrial usou seu poder para impedir a expansão dos pomares porque, se isso acontecesse, perderia a galinha dos ovos de ouro. Toda propriedade articulada com o capital industrial passou a ser tipicamente capitalista, já que uma fábrica como a Sadia (alimentos) ou a Souza Cruz (cigarros) não pode depender de um tipo de produção que possa ser destruída — esclarece.

— Este — observa Lessa — é um lado do problema. A outra face é a propriedade rural voltada para os centros consumidores urbanos. Nesta, o capital comercial joga com sua desestabilização pois, assim, pode filtrar a margem de lucro do produtor e aumentar seus rendimentos em cima do consumidor. Exemplo: a cebola. Se a produção é alta, o intermediário reduz os preços e joga o produtor contra a produção; no ano seguinte, a produção cai e aí o

capital especula o preço com o consumidor. Ou seja, no excesso ou na escassez, os lucros serão altos. Como há instabilidade, a tendência é diminuir a articulação com o capital comercial e aumentar a articulação com o capital industrial.

— O resultado — prossegue Lessa — é que a pequena produção de alimentos é destruída. E tende a diminuir a produção de feijão, batata, cebola etc... É um fenômeno agravado ainda mais pelo fato da estrutura de preços não ter nada com São Pedro — as chuvas —, nem com as vocações das terras, mas sim com a estrutura de preços do mercado externo.

O subproduto de todas essas distorções é a importação de alimentos. Segundo Lessa, essa questão — um dos problemas mais graves do Brasil atualmente — só poderá ser enfrentada se o governo criar estoques reguladores, através de uma empresa pública, que possa se articular com uma rede de pequenos estabelecimentos, neutralizando a ação do grande capital comercial. Desta forma, o peque-

Desemprego: reflexos do modelo

□ O desemprego atinge no Brasil proporções alarmantes. Só nas grandes cidades a mão-de-obra desocupada é superior a um milhão de pessoas, número que tende a aumentar gradativamente, caso persista a atual política recessiva do governo.

Ao desemprego somam-se também os baixos níveis salariais. Aliás, este é um dos aspectos mais importantes a destacar no cenário brasileiro, segundo o Ibase (Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais e Econômicas). Num dossiê que elaborou sobre o desemprego, o Instituto chama a atenção para o problema da baixa renda, ressaltando que "num país desenvolvido a relação entre o salário-mínimo e a remuneração de um executivo de alto nível está na ordem de 1 para 7. No Brasil, a relação entre o salário mínimo e o salário de um gerente de processamento de dados era, em fevereiro de 81, de 1 para 70.

— Estas desigualdades — diz o documento do Ibase — são constatadas em todos os níveis: regional, setorial, funcional e pessoal. No caso da distribuição pessoal de renda, por exemplo, em

1976 os 50% mais pobres da população detinham apenas 13,5% da renda, enquanto que os 1% mais ricos detinham 17,5%.

Dos 44 milhões de pessoas ocupadas em 1979, ainda de acordo com o Ibase, cerca de 25 milhões — 57% — recebiam no máximo até dois salários-mínimos. Quer dizer: mesmo se o salário-mínimo fosse equivalente a dois mínimos atuais, a força de trabalho subempregada seria imensa, na medida em que, mesmo duplicado, o mínimo não seria uma remuneração suficiente para atender as necessidades de lazer, moradia, transporte, saúde e alimentação do trabalhador.

A questão do desemprego, do subemprego e da baixa remuneração não é novidade no Brasil. O dado novo é que com a crise econômica que vem se agravando desde 1975, este fato foi se tornando mais ostensivo, atingindo, indistintamente, todas as camadas da população, inclusive as classes médias, antes grandes beneficiárias do modelo. Já em 1977, cerca de 15% da força de trabalho estava subempregada, isto é, estava trabalhando menos de 40 horas semanais, embora pudesse ou quisesse fazê-lo em regime de tempo integral. Se incluíssemos as pessoas empregadas que recebiam abaixo do salário-mínimo vigente ou apenas moradia, alimentação, transporte e vestuário à guisa de remuneração, a estimativa de subemprego poderia atingir mais de 30% da força de trabalho.

O baixo custo da mão-de-obra foi sempre um dos carros-chefe da propaganda oficial para atrair

no e o médio proprietário teriam capacidade de adquirir seus produtos em igualdade de condições com os supermercados e o poder especulativo dos monopólios tenderia a diminuir, com consequente queda dos preços.

— Uma política desse gênero — especifica Lessa — mudaria a própria concepção de alianças dentro das oposições. O pequeno comerciante, visto geralmente como um pequeno-burguês, tendendo a articular-se com a extrema-direita, poderia se alinhar com as forças progressistas no sentido da democratização. Defender esta alternativa é trabalhar para que eles não vão para a extrema-direita.

Aprofundando ainda mais seu raciocínio, afirma Lessa:

— Quanto à estrutura de preços, que passa pelo sistema cambial e a comercialização externa (Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Brasileiro do Café, Instituto Baiano do Cacau etc...) é preciso que seja revertida a tendência do Estado, isto é, deixar a posição de regulador da comercialização.

É preciso também que haja uma reforma cambial que estabeleça o monopólio do câmbio na área oficial. Nada disso é difícil de pôr em prática; as dificuldades são todas de natureza política.

Propriedade social

A questão da penetração das transnacionais no Brasil é um problema delicado. Como nestes 17 anos a internacionalização só tem avançado, os reflexos negativos dessa política têm se tornado cada dia mais ameaçadores para o chamado setor estatal, um dos pilares da economia brasileira. Esse processo, na opinião de Cibilibis Viana, precisa ser contido, não só através do fortalecimento da indústria nacional, como também pela criação do setor social da economia. Diz Cibilibis:

— Nestes anos, a economia tem sido vítima de imprevidências e erros. O caso do petróleo é uma prova disso: destruiu-se a ferrovia, deu-se toda a prioridade às estradas, desvirtuaram-se as ativida-

investimentos transnacionais para o país. Embora a propaganda tenha surtido efeito, o governo não conseguiu, mesmo assim, sequer resolver o problema do ingresso no mercado formal de trabalho para as grandes massas da cidade e do campo. E mesmo se o crescimento demográfico continuar perdendo o seu ímpeto, como ocorreu nos últimos anos, a economia brasileira precisaria gerar quase 1,5 milhão de empregos anuais durante a próxima década, apenas para atender à demanda gerada pelo aumento vegetativo da população, sem reduzir as taxas atuais de desemprego e subemprego.

Teoricamente, sustenta o Ibase, o Brasil poderia ter uma economia baseada no pleno emprego. Mas só teoricamente. Explica o Ibase: "Os interesses reais do tipo de desenvolvimento que orienta as relações entre o capital e o trabalho não têm o pleno emprego como objetivo concreto. A lógica não se aplica no sentido do pleno emprego, mas da maximização dos lucros e da realização intensiva do capital. Esta racionalidade dita econômica tem sido chamada de modernização, à qual se atribui a qualidade dos fenômenos naturais, inevitáveis e inerentes ao conceito de desenvolvimento".

Na sua pesquisa sobre desemprego, o Ibase chega a duas conclusões, a partir da análise dos dados sobre desemprego e subemprego no Brasil, mais as informações sobre salários, rotatividade e horas trabalhadas.

A primeira: as grandes empresas transnacionais e nacionais privadas, subsidiadas e apoiadas pelo Estado realizam grandes investimentos, acumulando lucros e desenvolvem atividades de tal magnitude que colocam o Brasil como grande potência mundial. A outra conclusão afirma que a massa de assalariados apenas sobrevive em condições de miséria, pobreza, desemprego, migrações forçadas e privações de toda ordem, que mesmo os dados oficiais não conseguem esconder.

As esperanças de mudança deste quadro estão intimamente ligadas ao ressurgimento do movimento sindical. O próprio Ibase admite que, apesar da debilidade do movimento sindical, submetido à tutela do Estado e a pressões econômicas e políticas de todo o tipo — Lei de Greve, Lei de Segurança Nacional etc... —, "existem indicações concretas que este quadro será modificado drasticamente em futuro próximo, em consequência do despertar de setores sindicais mais combativos que lideraram as greves de 1978 a 1980, particularmente em São Paulo". Cita como expressivo o fato do governo, com apoio de setores empresariais, estudar a reformulação da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT —, que não garante, no sistema atual, nenhuma segurança ao trabalhador e dá plenos poderes de demissão e admissão aos patrões, transformando-se assim num forte instrumento de pressão contra os empregados. Principalmente num momento de crise como o atual, onde mesmo as empresas estatais vem demitindo em massa.

des da Petrobrás, reduzindo-se suas operações no campo da pesquisa e perfuração. Tudo baseado nos preços vís que se pagava pelo petróleo. Quando os árabes resolveram cobrar um preço realista para o petróleo, o principal produto de exportação dos seus países, o governo brasileiro passou a transferir para o combustível uma culpa que era dos seus tecnocratas. Agora, fala-se em privatização das estatais. Privatizar o quê? Empresas falidas que o governo recuperou com o dinheiro da Nação e que agora, depois de tornadas rentáveis, serão devolvidas aos empresários! Isto não é possível! Por que não entregar, então, estas empresas aos trabalhadores, do executivo ao operário, para que eles se organizem e administrem as empresas? Esse setor social da economia precisa surgir. E sei que vai dar certo. Não precisa nem o governo assumir o passivo das empresas, como quer fazer com os empresários no caso das estatais que pretende privatizar. Os próprios trabalhadores, todos que recebem salário, vão investir os lucros, fazer obras sociais. É essa a solução que se deveria adotar.

Esta seria uma forma de romper com a dependência do comando das transnacionais e levar o país a uma posição de autonomia no cenário internacional.

É aí que os pontos de vista convergem: como Lessa, Cibilis Viana considera que para se percorrer este novo caminho o que está em jogo é mais uma vez a questão do poder. E econômica e tecnologicamente, o país tem condições de ser independente.

— Inegavelmente, o Brasil se desenvolveu e poderia ter um caminho autônomo. É certo que hoje somos a oitava economia do Mundo Ocidental, mas de que adianta? Isso não acrescenta um copo de leite para as crianças, nem aumenta mais um prato de sopa para o trabalhador. Quer dizer: o povo brasileiro não ganha nada com o enganoso status da sua economia. Dentro desse contexto, chego à conclusão de que dentro do quadro atual não há solução. Ninguém vai acreditar que a Mercedes Benz do Brasil ou a Ford possam ter autonomia em relação às suas matrizes alemã e norte-americana: quem manda na empresa é a matriz. E se tiver de demitir todo mundo, demite. Assim, nós é que temos de resolver nossos problemas.

Para Cibilis, a propriedade social da economia faz parte de um caminho brasileiro para enfrentar a crise, em oposição à solução de capitalismo "selvagem" que o governo está tentando colocar em prática, nos moldes de 1964-68:

— Este caminho, não há dúvida, mais cedo ou mais tarde vai resolver a crise porque o país está crescendo, as fronteiras agrícolas estão se expandindo. A questão é o seu custo social: até que se supere esta fase o custo social será elevadíssimo, com milhões de pessoas morrendo, milhões de

crianças subnutridas que se tornarão adultos defeituosos porque não se alimentaram direito na infância. É um sacrifício muito grande de todas as classes sociais, à exceção das transnacionais que, como da vez anterior, até terão lucros.

A democratização

A questão toda é responder a esta pergunta que o próprio Cibilis formula: "Há condições para isso?" E ele mesmo responde: "Tudo vai depender do processo de democratização".

Desse processo depende, no momento, a solução dos três outros grandes problemas que se somam à dominação da economia pelas transnacionais: o fiscal, o financeiro e o agrícola. Na opinião de Carlos Lessa, a questão política é colocada em jogo em qualquer intervenção pelo volume de interesses que as reformas envolvem.

Cita um exemplo:

— Uma reforma financeira e uma reforma tributária teriam que ter a implacabilidade que tem a tributação norte-americana. Tecnicamente não é difícil desmontar o castelo de cartas em que se transformou a economia brasileira. Basta introduzir o princípio do risco. E isto não tem nada de revolucionário. Pelo contrário: é o que há de mais conservador, são conceitos do século XIX. Mesmo assim, politicamente é difícil. E o é porque a economia brasileira se move hoje no terreno da ficção. Por decreto, a dívida externa pode ser aumentada ou reduzida. O mesmo ocorre com a receita da União. Assim, a ficção chega a um ponto que se perde a base produtiva das relações econômicas.

Na avaliação de Cibilis, o que entrava o processo no rumo de transformações sociais profundas é o apoio internacional que o governo ainda possui à sua política. Diz ele:

— Não fosse esse apoio, o governo não teria resistido porque agora as soluções aplicadas à crise econômica de 64-68 não contam mais com o respaldo social da classe média, nem com grande parte do empresariado. Naquela época, era diferente. Os empresários e a classe média estavam comprometidos com o golpe e se resignaram em dar sua cota de sacrifício.

Há também um outro dado novo: a classe trabalhadora começa a voltar à cena política, organiza-se e reivindica participação. Não há ainda organização suficiente para equilibrar a correlação de forças, mas o ressurgimento do movimento popular — como admite o próprio Cibilis — está sendo decisivo para impedir que o governo e as transnacionais ponham em prática o remédio que consideram mais eficaz para superar a crise: a recessão para valer, com desemprego em massa, falências das pequenas e médias empresas, achatamento salarial e repressão ao movimento popular. □

“Meninos, eu vi!”

Francisco Julião

□ Antes de deixar o Recife, para conhecer o exílio, longo e fecundo, eu ia, vez por outra, ao cemitério de Santo Amaro assistir a este espetáculo macabro: o enterro na vala comum de dezenas de cadáveres humanos (humanos?), recolhidos pelos carros da Santa Casa dos hospitais. Eram os camponeses que tombavam como a cana, ceifada pelas foices ágeis para alimentar as moendas sempre insaciáveis das usinas. Mas enquanto a cana tombava gorda de sacarose, os camponeses que a cortavam durante 15 a 20

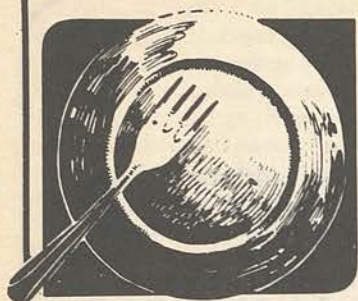
anos, trabalhando desde as 4 horas da madrugada, caíam exaustos e famintos, com o couro agarrado aos ossos, como os prisioneiros dos campos de concentração de Hitler. Fosse como fosse, essa gente vivera (vivera?) aqueles 30 anos cantados em poema famoso por João Cabral de Melo Neto. Vieram as Ligas com seu grito de espanto e de suas entranhas nasce o Sindicato. O cortador de cana já não é tão miserável, apesar de confinado em senzalas que afloram como cogumelos ao redor das cidades nordestinas. É uma mercadoria barata porque sobra, o bôia-fria. Tem uma aposentadoria, se chega aos 65 anos. Quem chega? Muitos poucos. A grande maioria é tragada pela fome, o barbeiro, a tuberculose, a malária. Mas já não falta uma flor na sua tumba. Pelo menos.

Agora, de volta do exílio, vejo outro espetáculo mais terrível. É o das crianças de zero a um ano, a dois, a três e a mais, que desfilam pelo necrotério em caixinhas desconjuntadas, descansando nos braços esqueléticos de mães e pais sem lágrimas nem esperança. Porquê? Porque sem autópsia não há atestado de óbito e sem este ninguém pode ser enterrado. Um homem rude e silencioso, de bisturi entre os dedos, vai abrindo cadáveres mirrados, começando da virilha para a garganta, enquanto com a outra extrai os intestinos que o médico olha entre bocejos de indiferença, já que acaba habituado com este espetáculo que revolta a “gente de bem” quando o vê em fotos coloridas tiradas em Biafra ou Bangladesh. Sabeis, compatriotas, o que há dentro desses intestinos exibidos à luz crua do anfiteatro? Vento, vento e mais nada. É o sinal de que a criança morreu de fome. Não há uma gota de fezes naquelas tripinhas mirradas. Então já não podemos falar nos 25 milhões de crianças com carências alimentares, nem dos 10 milhões com problemas mentais. É que onde há carência, há alguma coisa errada. No necrotério público do Recife e de todas as outras capitais do Nordeste, o filho da gente pobre só exhibe vento, vento, vento, na autópsia. O atestado fala de carência quando devia falar de fome. Eu digo como o poeta dos Timbiras: “Meninos eu vi!”. Duvidais? Ide ao Nordeste. Ide pelo Brasil, um Nordeste sem limites, que já perdeu a crença no milagre do Delfim, mas continua agarrado ao do Padre Cícero.

Como ficar indiferente a isto e não exigir uma imediata transformação desta trágica realidade?



Com dois anos e meio de idade, pesando 4,150 kgs, esta menina vive numa miserável palafita no bairro Anjo da Guarda, na periferia de São Luís. Deveria pesar cerca de 11 kgs. Causa: fome. (Fotografia do médico Sebastião Saraiva, de São Luís, Maranhão)



BRASIL

O fim do ciclo militar na política

O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, diz que o PDS tem posição reformista, mas repudia o marxismo e suas conotações ou desdobramentos

Clóvis Sena

Existe recessão no país?

— Quando o ministro Simonsen, em 1979, foi convocado pelo Senado, ele delineou a sua política antiinflacionária, mostrando que a experiência histórica prova que, para deter e diminuir a inflação, o remédio é desacelerar o crescimento industrial,



Jarbas Passarinho

com a redução inevitável no crescimento do PIB, e incrementar a agricultura, visando produzir gêneros de primeira necessidade em quantidade que levem ao seu barateamento.

Creio ser essa a receita que o ministro Delfim está aplicando. A evidência está nos índices de desemprego na

área industrial. Acho que, correndo o perigo de discutir as palavras pelas palavras, recessão só existiria se o crescimento do PIB ficasse abaixo do crescimento demográfico e o desemprego atingisse taxas elevadas da população ativa.

Qual é o objetivo da política do governo?

— A política econômica do governo objetiva: 1) equilibrar rapidamente a balança comercial, expandindo as exportações e contendo as importações; 2) “bancar” a dívida externa, através de projetos voltados para os setores mais dinâmicos da economia, com retorno rápido, gerando divisas fortes; 3) estimular as fontes alternativas de geração de energia, foco fundamental do desequilíbrio do balanço de pagamentos; 4) conter e diminuir a inflação, re-

duzindo o volume de moeda circulante e investindo na agricultura voltada, também, para o consumo interno; 5) corrigir os desníveis inter-regionais e a má distribuição de renda. São objetivos ambiciosos, mas factíveis.

Como o sr. vê o agravamento de problemas como: elevação do custo de vida, desemprego, elevação índice de inflação, elevação da dívida externa, redução da produção de alimentos no campo, aumento da dívida pública brasileira?

— Vejo como um atraso, até certo ponto frustrante, da resposta às corretas medidas adotadas. Há, de resto, um conflito entre o realismo e o distributivismo no campo político, o primeiro sabendo que não é possível dar mais do que se gera, e o segundo, preocupado com o problema social de uma nação pobre, pretendendo forçar medidas populistas.

Os economistas têm dito que no campo econômico as alternativas são múltiplas. Bastaria que se instituisse no país o capitalismo com risco e se colocasse sob controle as transnacionais e a especulação financeira. A dificuldade disso estaria justamente no campo político. Como o sr. vê tal questão?

— As transnacionais podem ser um bem, se honestamente fiscalizadas e admitidas nos setores da economia que interessem ao país que as recebem. Simplismo é debitar-lhes todos os males. Naturalmente que elas representam o lado negativo do capitalismo, preocupadas com a maximização dos lucros e tendentes a usar o homem como seu objeto. No caso brasileiro, elas se queixam de nossa legislação, que consideram discriminatória. Quanto a mim, acho que deveriam ser mais controladas.

Quanto à especulação financeira, isso é claramente um mal que deveria ser restringido drasticamente, pois é uma enorme injustiça privilegiar as atividades financeiras meramente especulativas, que nada acrescentam em termos de produção.

No seu entender quais são as falhas da política econômica do governo?

— A falha básica está na lentidão da resposta às medidas tomadas, nos déficits até há pouco descontrolados das estatais, nos programas governamentais muito ambiciosos desencadeados ao mesmo tempo e na ausência de fortes providências visando diminuir a diferença entre os que ganham muito e os que ganham o mínimo.

O falso estatuto da estabilidade

Há um problema grave: o governo institui o reajuste salarial semestral e franqueia as negociações diretas com os patrões, mas não institui a segurança no emprego. Assim, fica fácil demitir e o reajuste não atinge o objetivo de distribuir a renda e diminuir as disparidades sociais e salariais. A estabilidade no emprego deveria ser novamente instituída?

— A segurança no emprego é uma falácia. Antes do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) falava-se nessa segurança, na medida em que a estabilidade era teoricamente alcançada aos 10 anos do emprego. Ocorre que os patrões, advertidos pela mudança de comportamento de muitos empregados que passaram a estáveis, há muito tempo não permitiam mais que o empregado chegasse aos 10 anos de serviço. Demitiam-nos aos nove anos de serviço, gerando uma terrível insegurança, mesmo para os bons servidores da empresa. Por outro lado, uma falência desastrosa levava de roldão o tempo de serviço do trabalhador que, de repente, se via desempregado e desamparado. Nunca me esquecerei do que presenciei no estado do Pará, quando a Panair do Brasil faliu. Empregados estáveis, de remuneração alta, faziam bandos precatórios para coletar esmolas com que aliviar a fome.

No Senado, estimei, como líder da maioria, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as causas da rotatividade de mão-de-obra, onde reside um grave inconveniente. Há empresários que demitem um empregado sem qualificação profissional, que ganha dois salários-mínimos, para contratar dois de um salário-mínimo cada. Corrigir essa anomalia, eis o que deve ser feito, em lugar de regressar ao falso estatuto da estabilidade.

Outra questão: por que o governo não cria armazéns populares para venda direta ao consumidor e aos pequenos distribuidores de gêneros alimentícios (pequenos supermercados, mercearias, armazéns etc) que não podem competir com os supermercados? A medida teria dupla vantagem: baratearia o custo dos alimentos e impediria que os grandes monopólios do setor, tipo Casas da Banha, Pão de Açúcar e Paes Mendonça, no Nordeste, controlassem os preços...

— Isso está criado e funcionando, que é o sistema Somar, do Ministério da Agricultura.

Afirma-se que no Brasil existe excesso de impostos. Cabe uma ressalva: há excesso de impostos para os assalariados. O dono do grande capital paga pouco imposto e tem múltiplas facilidades para obter isenções. O Imposto de Renda permite uma série de facilidades para quem possui propriedades imobiliárias e dá chances aos empresários de transferir todos os seus gastos pessoais para suas empresas. Porque tanto protecionismo para quem é rico? Que críticas o sr. faz à política tributária do governo?

— A crítica é correta, em relação ao Imposto de Renda. Na realidade, são os assalariados que pagam sem sonegar, enquanto há mil e um truques legais para que os abastados e os ricos se eximam do pagamento devido. Recentemente, o escândalo Tiepo trouxe à baila uma ilustração inesperada do que afirmo. Foi publicado, por uma revista semanal, o fac-símile da declaração do sr. Tiepo. Nele se via que por pouco Tiepo não recebia devolução de imposto retido na fonte! No entanto, a renda não tributável era impressionante, quando relacionada com a de um homem da classe média, que paga imposto escorchante.

Tem-se falado muito em guerra civil no país. E não é gente da esquerda. Tais advertências têm partido de figuras insuspeitas, como Tancredo Neves e Miro Teixeira. O sr. vê esta ameaça? O governo vê tal ameaça? Como se coloca a questão econômica neste contexto?

— Não vejo ameaça de guerra civil. Vejo sinais de convulsão social, identificáveis em todas as nações cuja economia está abalada pela desordem da inflação, que é o imposto mais cruel que paga o pobre. A Espanha, com terríveis problemas de natureza étnica; a Grã-Bretanha, enfrentando graves tumultos de fundo religioso, que lembram as guerras religiosas do século XV; a Itália marcada pela escalada terrorista estúpida; todas essas nações enfrentam corajosamente esses perigos gravíssimos e não falam de guerra civil. No Brasil, basta que haja um protesto de massa nas ruas, ou que questões de terra provoquem mortes de algumas pessoas para que os amantes da “sinistrose” falem logo de ameaça de guerra civil.

Em relação aos demais períodos que se sucederam a 1964, como o sr. vê o atual?

— O período atual é o que parece encerrar um ciclo, o da preponderância militar na gestão política.

Reforma agrária

Há possibilidades do governo vir a pôr em prática medidas de alcance popular?

— Não apenas há possibilidade, como é altamen-

te provável que o faça, pois o social tem impregnado cada vez mais as decisões do governo João Figueiredo. Lembro desde logo e ao acaso: a nova lei do inquilinato, com a eliminação da denúncia vazia; a nova legislação salarial, com reajustes semestrais e aumento de 10% acima da produtividade para os que ganham até 3 salários-mínimos; a aposentadoria precoce para o magistério; a extensão da área abrangida pelo Fundo Rural (Funrural) etc.

Quanto ao salário-mínimo é preciso esclarecer os fatos. A maior queda do valor real do salário mínimo, segundo estudos publicados pelo próprio Dieese (Departamento de Investigação e Estudos Estatísticos dos Sindicatos de São Paulo) se deu não nos últimos 17 anos, mas entre 1959 e 1964, período de governos populares e populistas. O Dieese mostrou — e um senador de oposição incorporou isso ao seu relatório — que tomando em 1959 o índice 100, em fevereiro de 64 ele estava reduzido a 42. Durante esses últimos 17 anos, o menor salário mínimo regional aumentou seu valor real.

Essa é a verdade, que tem sido esmagada pela técnica de repetir uma inverdade até que ela seja absorvida sem reação. A previdência social está a evidenciar que não é possível ser bonzinho com o dinheiro do trabalhador, isto é, não é possível ficando dando privilégios a alguns setores (como aposentadorias privilegiadas), aumentar a faixa de não contribuintes assistidos pela previdência, admitir discutíveis critérios de reciprocidade de tempo de serviço, sem levar a previdência ao crescente desequilíbrio entre receita e despesa. A previdência social “é o seguro dos pobres” e em favor do pobre deve ser gerida. Qualquer vantagem setorizada é uma agressão à coletividade, que paga para ter atendimento equânime.

O congelamento dos aluguéis — que, a propósito, aparece quase sempre em tempos de renovação de mandato eletivo — é outra falácia. Já o experimentamos antes de 64. Qual foi o resultado? Milhares de apartamentos fechados; colapso na indústria de construção civil com consequente desemprego na área mais dinâmica de absorção de mão-de-obra não qualificada; desespero do pequeno investidor, gente de posses modestas, que geralmente levou um vida de trabalho para comprar um imóvel modesto para lhe servir de acréscimo de renda. Quem acaba pagando por essa mágica ilusória é precisamente o povo mais humilde, enquanto um grupo de privilegiados faz o melhor negócio do mundo, que é morar em apartamento alheio, pagando muito menos do que pagaria ao sistema financeiro de habitação, por um apartamento próprio...

O barateamento dos gêneros de primeira necessidade é medida populista tentadora, mas é preciso considerar o peso que os subsídios já representam

para a inflação atual. A estatização é um erro e na maioria das vezes um desastre. Só a aceito em relação aos setores da atividade que implicam riscos para a segurança nacional, como petróleo, energia em geral, transportes de massa, habitações populares etc.

A reforma agrária é uma necessidade que precisa ser estudada com seriedade, sem concessões à demagogia ou aos latifundiários. Há que considerar a questão da oportunidade. À uma reforma agrária vigorosa segue-se, em regra, um período de tempo — que não é pequeno — até que a produção se reorganize. Isso é bom ter em mente, quando se pensa em reforma agrária. De mim, acho que o movimento de 64 perdeu excepcional oportunidade ao não dar seguimento ao Estatuto da Terra, do presidente Castelo Branco.

A medicina já está praticamente estatizada, na medida em que já é raro o médico que exerce a medicina liberal. Socializou-se a medicina, no pior sentido do termo, com o aviltamento do salário do médico e a “indústria” das casas de saúde em convênio com o Inamps.

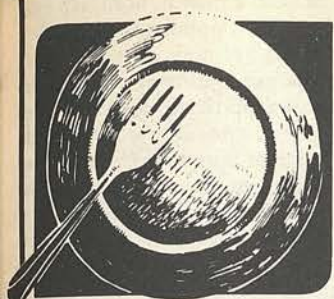
O seguro-desemprego, que existia ao meu tempo de Ministro do Trabalho, era muito tímido. Eis uma medida que se impõe, para garantir o trabalhador em momentos de crise, como a que enfrentamos agora.

Contra o marxismo

O que é a co-gestão de que fala o programa do PDS? Em que tipo de empreendimento ela poderia ocorrer? Há algum plano concreto para ser colocado em prática? Qual?

— A co-gestão é uma resposta às injustiças do capitalismo liberal e mesmo do neocapitalismo. Duverger, que é socialista, escreve no seu *Lettre Ouverte aux Socialistes*, que “todos os atuais regimes socialistas são ditaduras, e que todas as democracias são capitalistas”, o que não impede, a seu ver, de vir a existir um regime socialista compatível com as liberdades fundamentais. O comunismo, ou o “socialismo concentracionário”, como Camus chamou o socialismo onde existem os campos de concentração, foi uma resposta desumana aos regimes inumanos capitalistas.

Assim, o PDS se coloca em posição reformista. Quer denunciar as injustiças sociais existentes no regime em que vivemos. Repudia o marxismo e suas conotações ou desdobramentos, como o leninismo, o maoísmo ou o castrismo, e pretende alcançar uma sociedade justa, através de instrumentos de justiça e paz social. Entre esses, figuram a participação nos lucros das empresas pelos trabalhadores, e a participação na gestão, nos moldes do que já existe em regimes social-democratas, como o da Alemanha Federal. □



BRASIL

O poder da rua

O povo do Rio de Janeiro, está se organizando para governar a cidade. Sua vitória depende da abertura democrática

O poder da rua está nascendo. São as associações de bairro que nos últimos quatro anos têm se multiplicado no Rio de Janeiro, influenciando direta ou indiretamente cerca de três milhões de pessoas, a metade da população da cidade. Neste número não está incluída parte da população influenciada por outro movimento situado no Grande Rio, onde se desenvolve um poderoso trabalho da Associação de Amigos de Nova Iguaçu – Amabe – apoiado pela Igreja. Nova Iguaçu, com 1,5 milhão de habitantes, tornou-se internacionalmente conhecida como o lugar mais violento do mundo – campo de ação do temido “Esquadrão da Morte” – e, também, pelas condições de miséria e abandono em que vive o povo, que não dispõe sequer de serviços de saúde pública, nem de saneamento básico.

As associações começaram a nascer depois dos primeiros sinais de descompressão política, a partir de reuniões de pequenos grupos de moradores. Refletiam, antes de mais nada, o desejo popular de exercer sua influência no planejamento da cidade, monopolizado durante todos esses anos pelo autoritarismo dos tecnocratas, que só não conseguiram desfigurar completamente a cidade com seus planos visionários, feitos em gabinetes, devido à falta de verbas. E as associações nasceram voltadas, em sua primeira fase, quase que exclusivamente para problemas urbanos, como por exemplo, a defesa dos moradores atingidos pelas obras do metropolitano, que rasgou o Rio em 37 quilômetros, paralisando o comércio e transtornando a vida em bairros com mais de dois milhões de habitantes, em seu conjunto.

O passo seguinte foi estender sua influência a problemas considerados básicos para a melhoria do nível de vida da população carioca: a assistência médica, bastante precária; o transporte, cujos preços consomem mais de 30% do salário do trabalhador; a habitação, cuja elevação dos pagamentos

ameaça de despejo a população de todos os conjuntos financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) no Rio; e a alimentação, cujos preços, manipulados pelas grandes cadeias de supermercados, tornam-se cada vez mais inacessíveis ao trabalhador. Até a classe média foi obrigada a reduzir praticamente a zero todos os gastos com bens não essenciais.

Problemas na carne

A rápida expansão do movimento de associações de bairro pode ter uma dupla explicação: de um lado, está a questão política propriamente dita, consequência do desejo da população em decidir sobre sua própria vida, escapando da tutela dos burocratas e dos tecnocratas que fazem e desfazem planos e têm dilapidado grande volume de verbas, como foi o caso do metrô do Rio. Seu custo já ultrapassa a mais de US\$ 2 bilhões (cerca de 200 bilhões de cruzeiros), e a obra, que se arrasta há 11 anos, está longe de ficar concluída. Um outro exemplo: a auto-estrada Lagoa-Barra (ambas são zonas de alto poder aquisitivo), construída contra a vontade da população para favorecer a indústria imobiliária que fez altos investimentos na Barra da Tijuca e ainda não conseguiu vender a grande maioria dos apartamentos; entre outros problemas, devido à falta de transporte e às dificuldades de acesso dos automóveis.

De outro lado, está a questão econômica, a necessidade de enfrentar coletivamente a pressão inflacionária.

Explica o presidente da Federação das Associações de Bairro do Rio de Janeiro (Famerj) –, Jô Resende:

– Os problemas econômicos são sentidos muito diretamente dentro do movimento popular. É diferente do caso dos economistas que vêem a situação numa perspectiva global. O resultado é que a

população, no seu dia-a-dia de convivência nas associações, vai descobrindo que seus problemas estão intimamente ligados à situação política do país, à forma como a economia está sendo dirigida.

Assim, o morador, seja da periferia ou da Zona Sul, onde os salários são altos e o nível de vida é bom, vai tendo seu aprendizado prático. Começa a descobrir que o seu aluguel está muito caro, mas que a culpa é da política governamental que não detém o monstro da inflação. Ele vai ao supermercado, descobre que os preços estão muito altos e, gradativamente, vai percebendo que existem dois prejudicados na história: ele próprio, que paga caríssimo pelo alimento, e o pequeno produtor, que recebe pagamentos baixíssimos pela sua mercadoria. Por exemplo, na zona de produção, um quilo de cenoura era vendido em agosto por Cr\$ 10,00 e revendido, logo a seguir, por Cr\$ 60,00 ou Cr\$ 70,00. Quem lucra com isso?

— Este problema — afirma Jô Resende — tem levado a população a refletir muito. O governo não exerce nenhum controle sobre o mecanismo da economia. Aí, entra uma contradição muito grande: as empresas clamam contra a excessiva participação do Estado na economia, mas na realidade esta intervenção não existe. Setores básicos como alimentação, habitação e transporte são os que proporcionam maiores lucros, em detrimento da população.

Para os próximos três anos, a Famerj, que reúne cerca de 60 associações de bairros, tem planos de desenvolver seu trabalho em três frentes: saúde, transporte e habitação.

A educação também é considerada importante, mas, por enquanto, ficará relegada a uma segunda etapa, porque a Federação considera que o nível de organização das associações ainda é pequeno para garantir uma mobilização efetiva, capacitada para enfrentar o problema.

Saúde pública, habitação e transporte merecem prioridade por um motivo: tocam mais a população no cotidiano e qualquer melhoria nestes três setores repercute imediatamente na qualidade de vida.

Além disso, são setores onde os problemas só têm se multiplicado: todos três sofrem grande ingerência da iniciativa privada e se transformaram em pontos-chaves para a prática de um capitalismo sem riscos, característica marcante do modelo econômico brasileiro. O problema do transporte é bem típico. Dos seis milhões de habitantes do Rio, apenas cerca de 900 mil podem dispor — porque é esta a capacidade — de um transporte estatal mais barato: o metrô, as barcas Rio-Niterói (na margem oposta à Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro) e os trens suburbanos. O restante da população é obrigado a andar de ônibus, setor controlado pela iniciativa privada, onde todos os aumentos de com-

bustível, salário de pessoal e manutenção, são imediatamente repassados para a população.

O resultado não podia ser mais desastroso. Como a tarifa é calculada por quilômetro, a população pobre, que mora na periferia, paga cada vez mais caro pelo transporte, enquanto o morador da Zona Sul, que vive mais próximo do Centro — onde fica a maior concentração de empregos da cidade — paga uma passagem bem mais barata.

A origem desta distorção está no abandono que foi relegado durante as últimas décadas o transporte ferroviário suburbano que, hoje, poderia servir a dois milhões de pessoas e não apenas a 700 mil — sua capacidade atual. Além disso, o governo estimulou as linhas de coletivos que correm paralelamente às linhas da rede ferroviária e nunca se preocupou em exercer um controle dos preços, através da fixação de uma tarifa social. Falou-se de tarifa única, mas não há nenhuma definição, nem propostas que possam evidenciar qualquer benefício para a população.

— Não é apenas a população que sofre com a falta de controle estatal. Os motoristas e trocadores também são muito explorados: trabalham em condições muito precárias, são obrigados a fazer um número excessivo de horas extras e, normalmente, têm seus direitos trabalhistas desrespeitados — afirma Jô Resende.

No Rio, a estratégia para restringir a presença do Estado no setor de transporte tem tido como alvo principal a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CTC). Há cinco anos, a empresa estava sendo dimensionada para assumir gradativamente o controle da maioria das linhas de coletivos, a fim de garantir a integração com o metrô, o sistema de barcas e a rede ferroviária. Ocorreu justamente o inverso: a empresa foi mutilada, perdeu o controle de algumas das suas linhas mais rentáveis e, agora, está começando a demitir funcionários.

Socialização dos prejuízos

No setor da habitação, a situação não muda. E as associações estão lutando em duas frentes: a primeira, mais imediata, é para impedir que os reajustes dos chamados conjuntos habitacionais sejam feitos a níveis elevados, como aconteceu agora — 72,8%. Fora do alcance dos mutuários, o aumento teve consequências sociais das mais negativas: ameaça de despejo em todos os conjuntos habitacionais do Rio. A Famerj tem discutido o assunto com o BNH, mas não conseguiu demover o banco para aceitar sua sugestão de fixar aumentos proporcionais à capacidade de pagamento dos compradores.

A segunda frente de luta é para alcançar um objetivo mais amplo: a exclusão das companhias privadas do sistema financeiro de habitação. As

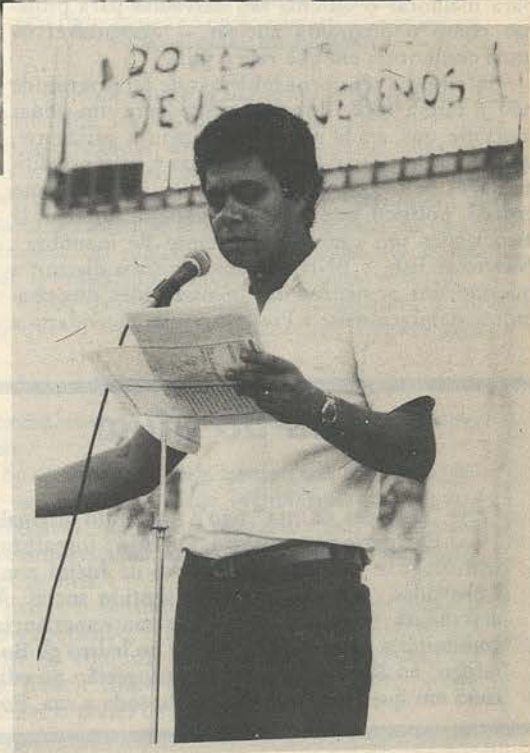


A Federação das Associações de Favelas-RJ se mobiliza em torno do problema da habitação. Jô Resende, presidente da Federação das Associações de Moradores-RJ

associações de bairro querem que o BNH passe a ser um banco de primeira linha, financiando diretamente os imóveis, sem a ingerência de intermediários que aplicam os recursos do FGTS onde dá mais lucro, sem qualquer preocupação social.

Ou seja, os recursos são aplicados para financiar casas para a classe média e alta, às vezes artificialmente, como ocorreu há pouco tempo: centenas de apartamentos estão prontos, mas vazios por falta de compradores, em detrimento da habitação popular, construída geralmente com material de qualidade inferior, com pouco espaço e sem o conforto dos grandes prédios da classe média e alta, financiados com o dinheiro dos trabalhadores. Nesses, o requinte é a marca característica, com apartamentos amplos, vastos salões, piscinas, interfone, mármore, elevadores e outros luxos.

— O contato cotidiano com tais problemas faz com que se pergunte: o que está ocorrendo no



Brasil? Que tipo de capitalismo nós temos? Qual o risco que corre o capitalista? Qual é o risco de um grande empresário se o mesmo não aplica seu próprio capital para construir?

Quem faz todas estas indagações é Jô Resende. E ele explica:

— Uma das características do capitalismo é esta: o lucro deve ser proporcional ao risco. No Brasil, ocorre o inverso: é o capitalismo sem risco. O governo concentra os lucros mas socializa os prejuízos. Tudo é feito com o dinheiro da poupança popular, mas o trabalhador não tem nenhum controle sobre o seu dinheiro. E esse dinheiro é que financia os prejuízos. Por exemplo, o capitalista solicita um empréstimo, dá como garantia o apartamento. Na hora de pagar, paga com o apartamento que a Caixa Econômica, mais tarde, volta a devolver-lhe através de financiamento. É um círculo vicioso.

Jô Resende destaca que no setor de saúde pública se utiliza um mecanismo semelhante ao sistema de habitação; seus organismos são grandes postos de triagem que repassam clientes para a iniciativa privada — pagando todo o medicamento, diárias, médicos —, quando o mais prático seria a intervenção direta, utilizando o sistema estatal propriamente dito.

Enquanto se acumulam deficiências na previdência social, verbas que poderiam ser aplicadas para melhorar o sistema são desviadas para projetos como o programa nuclear — dispensável na atual conjuntura em que vive o país.

Enfrentar e resolver problemas de tal magnitude não é tarefa fácil. Principalmente para um poder nascente que ainda não se organizou o suficiente, que ainda trava suas primeiras lutas e enfrenta dificuldades de toda ordem. É verdade que o pequeno espaço político que a abertura permitiu deu às associações um campo importante de manobra. Não fosse isso, o BNH não se disporia a discutir a questão dos aumentos das mensalidades dos conjuntos habitacionais; a Prefeitura não convidaria a

Famerj para discutir o destino dos terrenos do metrô — vitais para a melhoria da qualidade de vida da cidade —, nem muitas das suas reivindicações estariam sendo resolvidas, ainda que de forma parcial ou com muita lentidão.

Boicote

Nestes quatro anos, as associações cresceram muito. Das 20 associações pioneiras que criaram a Famerj e começaram a organizar o movimento de bairros, existem hoje mais de 120, com penetração na cidade, na sua periferia e no interior do Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas zonas mais pobres e carentes.

A expansão do movimento, apesar das dificuldades, foi acompanhada por êxitos sucessivos, reforçados pelo movimento de favelados que se desenvolve paralelamente e congrega cerca de 1,5 milhão de habitantes, isto é, um terço da população carioca. O movimento dos favelados é singular: no momento, o seu objetivo é atrair a atenção da sociedade para os problemas básicos das comunidades, como saneamento, instalação de água, luz, segurança e educação. Além disso, lutam pela posse das terras ocupadas, principalmente nas favelas da Zona Sul, onde a especulação imobiliária é uma ameaça frequente para a população que vive nos morros. Um detalhe: nestes últimos anos, os favelados conseguiram se articular com sindicatos de engenheiros, arquitetos e médicos para a execução de um trabalho de assistência direta, envolvendo desde a construção de habitações à assistência médico-sanitária.

Já em 1977, quando o movimento era ainda embrionário, uma das favelas mais povoadas conseguiu frustrar os planos da Prefeitura, que queria vender os terrenos da dita área, uma das mais valorizadas do Rio. Houve até uma tentativa de desalojar 31 famílias, sob o pretexto do perigo de desmoronamento. Os moradores descobriram que era mentira: organizaram-se e sustaram o despejo.

A alma do título

“O poder da rua” não é um título original. Ele pertence a Pedro Porfírio, jornalista, teatrólogo e militante incansável de idéias controvertidas, mas de profundo sentido social. A descoberta do título deu-se na sua experiência comunitária na rua Lauro Müller no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro: na autogestão do edifício em que morava e depois de toda a rua. Foi

um sucesso e serviu para estimular o surgimento de outras iniciativas do mesmo tipo. O nome da Alma (Associação dos Moradores da Lauro Muller e Adjacências), sintetiza bem o espírito do trabalho. Alma não tem um sentido religioso nem transcendental. Ao contrário, é algo muito concreto, já revelado por um velho slogan: “A união faz a força”. Essa redescoberta está no livro de Porfírio, editado pela Vozes este ano. E seus três últimos parágrafos dão uma boa idéia do que ele entende por isso:

“É importante considerar que um poder local é

Em diversos bairros da cidade as associações vão conquistando espaço e vencendo obstáculos: medidas para controlar a especulação imobiliária, novas áreas de recreação, cooperativas de alimentos, com compra direta aos produtores do interior do estado.

E as iniciativas não se limitam a isso. As associações se transformaram em verdadeiros centros de exercício da democracia direta, particularmente por seu caráter pluralista, onde todos têm voz, e todos os assuntos são amplamente discutidos, sem interferência de grupos, nem manobras políticas.

É claro que essa prática não ocorre com facilidade. As tentativas de manipulação das associações por parte do governo do estado têm se multiplicado de dois anos para cá, pretendendo impor estatutos antidemocráticos, condicionando qualquer iniciativa do governo ao apoio desta ou daquela candidatura oficial.

Para citar um caso concreto, determinada associação chegou a ser dissolvida e foi reconstruída nos moldes antigos. E uma das associadas afirma:

— A associação tem que ser uma coisa aberta, democrática, onde todos participem. Não se pode servir a grupos, nem a partidos políticos. Todas as pessoas sérias estão conscientes disso. É nisso que está nossa força.

Além das tentativas de manipulação, as associações enfrentam ainda o boicote oficial. Recentemente, o prefeito da cidade, num debate, negou-se a franquear o acesso das associações aos projetos: "Assuntos de técnicos são para técnicos". Os moradores, no máximo, podiam opinar, mas a decisão final caberia sempre à Prefeitura, sem que a população tivesse acesso a documentos que permitissem conhecer os critérios apresentados.

Nada mais irreal: os projetos não podem ser vistos pelas associações porque, quando isso acontecer, o poder das imobiliárias desaparecerá, as verbas não poderão mais ser desperdiçadas em obras desnecessárias e estará efetivamente aberto o caminho para que o poder da rua governe a cidade.



A mobilização contra o custo de vida (foto acima) e a opção alternativa de promover a compra direta aos produtores

É por isso que o governo do estado só faz criar obstáculos. Informações, mesmo as mais elementares, são negadas; decisões são tomadas sem consultas e as experiências de discussões sempre têm o objetivo de legitimar (ou tentar legitimar) uma postura oficial já definida. Foi o caso do uso dos terrenos do metrô, onde os moradores puderam dar opiniões, mas a Prefeitura decidiu sozinha.

Aliás, quando os debates se iniciaram, o projeto, que os moradores condenaram, já estava pronto

extremamente empírico. Sabemos disso e sabemos também que uma rua não tem mais força em matéria de hábitos e costumes do que a cidade e o país onde se localiza. Mas sabemos também que se aprende a fazer, fazendo. Não pretendemos ser comunidade-modelo, mesmo porque em nosso interior ainda há muitos indiferentes. Não queremos ensinar nada a ninguém. E se quiséssemos, poucos estão querendo ouvir. Mas estamos convencidos de que cada acontecimento entre nós terá repercussões sobre a vida urbana, vida escrachada e dominada por um complexo de interesses

econômicos que age impunemente contra a população.

Se cada comunidade assumir sua força e explorar seu próprio espaço organizando-se para sua autodefesa, não haverá ninguém capaz de impedir as conquistas da população de melhores condições de vida.

Este é o sentido da Alma. Esta é sua palavra. Sua experiência e sua mística certamente se fundirão no conjunto do movimento de comunidades. E dele tirará lições para a formação de um autêntico poder da rua."

para garantir a liberação dos limites de altura das construções. Os moradores querem os terrenos para áreas de lazer e uso comunitário (hospitais, escolas, teatros), mas o governo do estado já decidiu: vai vendê-los à iniciativa privada, embora tenham sido desapropriados para fins de utilidade pública.

Expansão

Nada conseguiu impedir que o projeto das associações ganhasse forma e se expandisse. Nos próximos três anos, a proposta da Famerj é estimular a proliferação de associações de bairro em todo o estado, principalmente nos municípios onde é maior o número de problemas.

Está sendo discutida também a adesão de todas as associações à Famerj, cuja representatividade tem crescido em grande escala, graças a sua presença à frente dos movimentos que dizem respeito direto aos interesses da população. O exemplo mais recente foi a última greve dos médicos, quando conseguiram alertar a população para a necessidade de não comparecer aos hospitais, salvo por motivo grave, a fim de impedir que os médicos fossem expostos à repressão. Os hospitais permaneciam sem movimento 24 horas após o encerramento da greve. Uma dupla vitória, dos médicos e da população.

Foi no campo médico onde a Famerj conseguiu maiores êxitos. Já existem comissões de médicos e moradores trabalhando nos hospitais que atendem grande número de pessoas e as condições de atendimento têm melhorado. Com isso, foi desfeito um antigo mito, de que o mal atendimento era culpa exclusiva dos médicos e não do sistema como um todo, onde as condições de saúde são precárias devido à precariedade das condições de vida.

Ainda é cedo para uma avaliação precisa da influência no campo político e administrativo das associações de bairro no Rio de Janeiro. Por enquanto, o que se pode avaliar com precisão é o seu potencial: moradores de alguns bairros da cidade tiveram condições de rápida mobilização para elaborar projetos — com a participação de engenheiros e arquitetos dos bairros — a fim de apresentar ao governo alternativas para criação de áreas de lazer e melhoria das condições de vida local. Claro que suas propostas não foram atendidas.

Quando houver democracia, e as regras do jogo mudarem, esse poder nascente, não há dúvida, será decisivo. Administrativamente, vai permitir grande economia ao governo do estado e à Prefeitura, já que a participação dos moradores permitirá que se chegue a definições mais criativas e econômicas para a cidade.

Além disso, vai garantir que a distribuição das verbas seja equitativa e proporcional às necessidades das comunidades, acabando com o atual pater-

nalismo que favorece a Zona Sul da cidade, enquanto a Zona Norte, abandonada, é esquecida.

Para a Famerj, a questão do poder da rua passa, inevitavelmente, pela questão democrática. É a democracia que vai permitir ao povo governar sua cidade, aliás um direito adquirido através do pagamento de impostos.

Essa falta de voz preocupa, indistintamente, moradores do Rio, sejam da Zona Norte ou da Zona Sul, ambos vítimas — guardadas as devidas proporções — dos impostos elevados e da precariedade dos serviços oficiais. Só este ano, o governo do estado elevou os impostos em 300%, aumentando a arrecadação em 200%. No entanto, todas as obras estaduais foram paralisadas ou sensivelmente desaceleradas; o metrô, a principal delas, só não parou porque o governo federal a está financiando.

Na vida do carioca, o poder da rua não está significando apenas a perspectiva de maior participação na escolha dos destinos da cidade, vítima da especulação imobiliária desenfreada. As associações estão contribuindo também para quebrar o isolamento, a solidão — problemas graves numa cidade grande — e têm tornado as pessoas mais receptivas, mais abertas. Este ano, praticamente todas as festas juninas da cidade foram promovidas pelas associações; festas, exibição de filmes, feira de artesanato, tornam-se cada vez mais integradas no cotidiano da cidade, numa iniciativa das associações.

— Agora — diz uma das associações de um movimento em reconstrução localizado na Zona Sul — a gente já fala com os vizinhos, conversa, se visita. Se precisa de um médico, a gente telefona para o vizinho-médico; antes isso não acontecia. Outro dia uma moça que veio de São Paulo disse numa das reuniões que estava feliz por ter encontrado a associação, tinha se livrado da solidão, que a estava prejudicando, no convívio comunitário.

E isso não é privilégio da Zona Sul. Dos bairros da periferia (onde os moradores foram às ruas para apoiar uma greve de professores) até a Ilha do Governador (onde 25 mil assinaturas estão sendo recolhidas para pedir ao governo federal a volta das barcas, mais econômicas e rápidas, ligando a Ilha ao centro da cidade), essa rotina de integração se repete. Diferenças políticas, econômicas e sociais estão sendo postas de lado, com um objetivo: fortalecer a luta pelo bem comum. E assim o poder da rua cresce, numa experiência totalmente inédita na história brasileira, só podendo ser comparada atualmente, em termos de influência popular, ao movimento de base da Igreja. A vitória do poder da rua agora só depende da democracia; se a democracia vingar, a cidade passará a ser dos seus legítimos donos, os cidadãos. E não dos tecnocratas e especuladores, como vem ocorrendo há 17 anos.

Francisco Viana □



BRASIL

A alternativa radical

O país entra num período de depressão econômica que deverá ser agudo e extenso

Theotônio dos Santos

O debate sobre a atual crise brasileira tem-se revelado extremamente pobre, tanto no campo teórico como no campo político. Isto é, em parte, conseqüência da deficiente formação teórica dos nossos economistas que não estudam nas faculdades nenhuma matéria sobre o ciclo econômico que lhes permita compreender como se move na realidade uma economia capitalista, além de não terem dedicado quase nenhum esforço de pesquisa para aprender o movimento cíclico tal como ele se apresenta nos países de capitalismo dependente*. Por outro lado, na cena política nacional se degladiam a respeito da política econômica diferentes facções da burguesia e da pequena burguesia cujos programas não se diferenciam substancialmente no que tange ao combate das crises econômicas.

De fato, o debate econômico hoje no Brasil se limita à seguinte questão: é possível ou não superar a inflação sem recessão? Ora, ao admitir este confronto, assume-se uma premissa totalmente falsa: a idéia de que a recessão é conseqüência das políticas econômicas e não do comportamento necessariamente cíclico da economia capitalista dependente em que vivemos. Por isso, o debate econômico e a polémica política concentram-se na figura de um homem que, por maiores que sejam suas responsabilidades, não poderia gerar por sua vontade a mais

profunda recessão da história do nosso país. Enquanto o debate ficar entre os recessionistas e os não-recessionistas, as questões da inflação e da crise econômica estarão sendo escamoteadas da opinião pública do país.

A atual crise econômica com seus aspectos conjugados de alta taxa de inflação, recessão, crise social e perplexidade política é o resultado inevitável do período de auge econômico de 1968-1973, da irresponsabilidade e ganância que o caracterizou, e das políticas de desaquecimento lento promovidas entre 1974 e 1980, cujo resultado (procurado ou não) foi o de prolongar artificialmente as altas taxas de crescimento e alimentar, em conseqüência, uma inflação cada vez mais incontrolável.



Emissão de papel moeda: é possível superar a inflação sem recessão?

* O autor estudou a questão da crise e do ciclo econômico no Brasil em artigos de 1964-68 e no livro *Socialismo e Facismo: el nuevo carácter de la dependencia y la alternativa latinoamericana*, publicado originalmente em 1969 e reeditado em vários países com atualizações. Depois retomou o tema num nível mais teórico nos livros: *La Crisis Norteamericana y América Latina* de 1971 e *Imperialismo y Dependencia*, de 1978. Por fim, abordou o tema mais concretamente no artigo sobre a crise econômica que foi incluído no livro: *Brasil, la Evolución Histórica y la Crisis del Milagro Económico*. Estes livros não chegaram ao Brasil.

Depois do golpe de Estado de 1964, aplicaram-se distintas políticas econômicas. Primeiramente, houve uma política ortodoxa de estabilização monetária, entre 1964 e 1967, durante a qual se restabeleceram as condições de investimento ao elevar a taxa média de lucro da economia, através de: 1) redução do nível salarial em cerca de 46%; 2) quebra das empresas médias e pequenas de baixa produtividade; 3) intervenção do Estado nas áreas de baixa lucratividade (compra da *Light* e outras) para elevar a taxa média de lucro dos setores privados; 4) favorecimento ao capital monopólico, particularmente o internacional, atraindo enormes investimentos depois de um período de pouco interesse externo, durante os anos de 1962 a 1967.

Grande potência miserável

Em seguida, começaram a ser despertadas as forças investidoras estimuladas pela taxa de lucro crescente. A partir de 1968 entramos inicialmente numa fase de utilização da capacidade instalada, que tinha sido subutilizada durante a depressão anterior.

Logo depois, houve uma nova onda de investimentos vindos em parte do exterior, em parte do capital nacional já reestruturado num nível monopólico e, em outra parte do setor público. Este estava saneado em suas contas devido à política de demissão de funcionários públicos para a contenção de gastos e aumento da arrecadação fiscal, já aplicada anteriormente. Esta onda de investimentos em uma situação mundial que já começava a agravar-se — a crise de longo prazo iniciada em 1966-67 (e não em 1973, como equivocadamente a situam a maior parte dos economistas que nada entendem de ciclo econômico) — atraiu para o Brasil um enorme movimento de capitais especulativos ao lado e sobreposto aos capitais produtivos. Criou-se assim um auge econômico caracterizado sobretudo pela irresponsabilidade, a anarquia e a megalomania associada aos objetivos fascistas e paranóicos de criação de um “Brasil Grande Potência”, baseado paradoxalmente num povo de analfabetos e miseráveis.

Os resultados deste auge relativamente artificial foram: 1) um aumento dos investimentos privados e estatais sem cobertura e superdimensionados, baseados em projeções das taxas de crescimento alcançadas naquele período, as quais, evidentemente, não se cumpriram; 2) uma aceleração da especulação financeira e imobiliária com o surgimento do mercado de ações e novos mercados financeiros, como o *open market*, e novas fontes de especulação imobiliária com a expansão territorial em direção ao centro-oeste e à Amazônia; 3) um aumento do investimento estrangeiro de caráter especulativo para captar recursos do sistema financeiro

nacional superdimensionado e um crescimento anárquico dos investimentos diretos subsidiados e favorecidos das mais diversas formas, que resultaram numa remessa cada vez mais gigantesca de lucros, pagamentos de *royalties* e serviços técnicos para o exterior. Ao mesmo tempo, aumentavam os créditos no exterior para a instalação de novas empresas e para obras de infra-estrutura superdimensionadas, o que aumentou enormemente nossa pauta de importações e criou um déficit comercial permanente nos nossos intercâmbios com o exterior.

O resultado dessa política foi um déficit crescente do nosso balanço de pagamentos e a necessidade de cobri-lo com novos empréstimos: eis a origem da maior dívida externa do mundo, de um crescimento econômico desordenado e da reorientação da nossa economia para o setor exportador, o que nos elevou a novos estágios do neocolonialismo.

Debate irresponsável

Quando começaram a sentir em 1974 os efeitos dessa aventura econômica, agravada — e somente isto — pela elevação do preço do petróleo, os estrategistas do regime de exceção não realizaram os cortes de orçamento e dos investimentos mirabolantes e sim buscaram novos empréstimos no exterior, apelando para a emissão aberta e para o déficit orçamentário. A consequência inevitável dessa política foi o aumento exponencial da taxa inflacionária. Ao mesmo tempo, as taxas de crescimento, sustentadas artificialmente, continuaram a cair, pois eram necessários cada vez mais recursos financeiros por capacidade produtiva instalada. A especulação no âmbito nacional e internacional se elevou a novos patamares e o país foi envolvido numa espiral inflacionária que chegou à beira da hiperinflação, ao alcançar os 120% em 1980-81.

Durante este período assistimos ao debate irresponsável entre economistas de vários grupos que, no fundo, se dividiam em dois: de um lado estavam aqueles representantes mais sérios e menos demagógicos da classe dominante que apelavam para uma contenção do investimento e da demanda (únicas medidas capazes de paralisar a inflação sem tocar na estrutura econômica capitalista dependente), o que resultaria inevitavelmente numa diminuição do crescimento e, talvez, até numa recessão aberta. De outro lado, estava um grupo de reformistas utópicos e/ou irresponsáveis políticos que defendiam a tese da possibilidade de manter altas taxas de investimento e de demanda, paralisando a inflação sem realizar nenhuma transformação estrutural da economia. Consequentemente, achavam possível (sem nunca demonstrar seriamente como) prosseguir com o capitalismo dependente e

umentar as inversões em dinheiro mantendo assim altas taxas de investimento e desinflacionando a economia: uma espécie de milagre do Divino Espírito Santo!

As raízes da inflação

Chegou porém, a hora da verdade: o sr. Delfim Neto, que derrubara os srs. Mário Henrique Simonsen e Karlos Richbieter, ao prometer paralisar a inflação sem recessão e sem mudanças na estrutura econômica, teve que render-se às evidências e iniciar uma política de contenção de créditos, corte de gastos, restrição de consumo, a qual iniciou tardiamente, já no bojo de uma inflação quase incontível. O resultado, que somente começou agora, é a entrada do país num período de depressão econômica que deverá ser muito agudo e extenso. O preço do crescimento artificial alcançado entre 1974 e 1980 será pago em três ou quatro anos, divididos numa fase de depressão, logo uma recessão. Somente depois de uma fase de estagnação poderá haver uma recuperação cuja força e extensão dependerão das mudanças estruturais que ocorrerem no país durante os anos de crescimento negativo ou débil.

Quais seriam estas medidas de mudança estrutural que teriam que ser realizadas no país para permitir um novo período de crescimento equilibrado e permanente, sem novas crises cíclicas?

O Brasil deve enfrentar a inflação indo às suas raízes, quer dizer: a especulação financeira a imobiliária, os serviços gigantescos da dívida externa, os gastos excessivos do Estado para servir a interesses corruptos ou a sonhos mirabolantes de grandeza, a economia exportadora e baseada no capital estrangeiro, a demanda excessiva de produtos de luxo pela grande burguesia e as classes médias altas, a política de preços administrados dos grandes monopólios, a renda da terra dos latifúndios improdutivos e as estruturas de produção arcaicas sustentadas pelas estruturas latifundiárias, e pelos atravessadores e especuladores urbanos.

Dilemas radicais

Queiram ou não os economistas reacionários e os reformistas pequeno-burgueses, a crise atual do país leva cada dia mais à recolocação como questão fundamental do velho debate sobre as reformas estruturais e suas consequências políticas. Nacionalização do crédito, reforma urbana e reforma agrária, controle de preços e planificação, reorientação da nossa estrutura produtiva e distribuição mais justa da renda, moralização da coisa pública, o controle da distribuição e dos serviços básicos, a disposição de enfrentar as pressões internacionais através de uma política externa de não-alinhamen-



Controle de preços e distribuição mais justa da renda, reivindicações do Movimento Contra a Cereária

to, a renegociação ou a moratória da dívida externa. Estas medidas são as únicas que podem oferecer uma saída efetiva à crise estrutural em que o país está mergulhado de fato desde 1961, e que não foi superada pelo auge econômico de 1967-73, voltando a apresentar-se sob a forma de uma queda de crescimento de 1974 a 1979, e agudamente a partir de 1980-81.

O capitalismo não tem caminhos a oferecer ao Brasil. Todos sabemos disso, mas poucos querem reconhecê-lo com medo de parecer utópicos ou sectários. Não há pior sectarismo que o agnosticismo, quer dizer, a defesa sectária da impossibilidade de chegar a conclusões radicais.

No Brasil de hoje, e sobretudo no de amanhã, precisamos de cientistas sociais e de políticos que cheguem à raiz dos fenômenos. Radicalismo e sectarismo são posturas opostas. O sectário apega-se ao superficial seja ele um reformista, um ultra-esquerdista ou um conservador. O radical vai até o fundo e não se deixa dominar pelas aparências. Os dilemas que vive nosso país são radicais. Estejamos à sua altura. □

Governo popular, a única opção

Guillermo Ungo, presidente da Frente Democrática Revolucionária afirma que as eleições anunciadas pelo regime militar não são viáveis

Roberto Argueta

Uma das preocupações de Guillermo Ungo é a crescente intervenção norte-americana no seu país. A administração republicana tem usado a tática da suposta intervenção dos países socialistas — várias vezes denunciada pelos EUA — em El Salvador para justificar sua própria intervenção, sustentáculo do governo militar impopular.

Atualmente, há mais de 50 assessores norte-americanos oficialmente reconhecidos em El Salvador. Eles representam cerca de dez por cento das pessoas que exercem o comando militar real no país. Qualitativamente, o significado desse contingente norte-americano é mais expressivo ainda: seu armamento é dos mais modernos e o seu preparo militar altamente especializado. A tendência é aumentar o número de assessores militares à medida em que os EUA forneçam mais armamentos ao regime salvadorenho.

Diz Ungo:

— Há o perigo latente do conflito de El Salvador se estender a toda América Central. É um risco que aumenta a cada dia. A prova disso está no fato do povo dos Estados Unidos cada vez mais se opor à guerra em nosso país.

Esta observação do líder salvadorenho está baseada em fatos: em março último, já existiam nos EUA quase 200 comitês de solidariedade ao povo salvadore-



Guillermo Ungo

no. Dois meses mais tarde, precisamente no dia 3 de maio, quase 100 mil pessoas se concentraram em frente à Casa Branca e ao Pentágono, em Washington, para condenar a intervenção na América Central.

O número de manifestantes foi alvo de polêmica nos meios de comunicação. A Voz da América calculou em 25 mil o número de participantes do protesto, numa evidente tentativa de divulgar dados que possam parecer favoráveis ao governo, como habitualmente costuma fazer. Mesmo assim, 25 mil seria um número elevado. Segundo observadores imparciais, a manifestação em defesa de El Salvador foi a maior já realizada nos EUA desde os atos que condenaram a guerra no Vietnã.

— Com a intervenção em El Salvador — continua Ungo — o governo norte-americano está co-

metendo erros similares aos que conduziram ao fracasso no Vietnã. Na medida em que passa o tempo sem alcançar a vitória frente a um povo armado, aumenta sua ajuda ao governo imposto e cresce a sua presença militar no país. Se os EUA não mudarem sua atitude política, brevemente se verão envolvidos numa intervenção clara e em combates diretos.

Até o momento, não existem combatentes estrangeiros entre as forças populares de El Salvador. Os únicos que possuem elementos estrangeiros em suas fileiras são as Forças Armadas, mas estas são intervencionistas.

O líder salvadorenho afirmou que, segundo fortes versões, o general Roberto Viola, antes de assumir o poder na Argentina, teria firmado o seguinte acordo com o governo Reagan: militares do seu país substituiriam paulatinamente os assessores norte-americanos, desde que não houvesse, por parte dos EUA, referência à questão dos direitos humanos naquele país do Cone Sul.

De acordo com o que transpirou do encontro Reagan-Viola, para os EUA o acordo seria conveniente por dois motivos: há confiança dos norte-americanos quanto à capacidade dos argentinos de acabar com a guerrilha salvadorenha e existe, também, a expectativa de se livrarem de uma intervenção direta, comprometida ante as democracias do

mundo e ante a opinião pública do próprio Estados Unidos, cujos assessores militares em El Salvador até agora só têm colecionado fracassos.

Um dado importante: recentemente a Assembléia Constituinte de Honduras emitiu decreto que legitima a passagem de tropas estrangeiras pelo seu território, como também permite ao exército daquele país pedir ajuda aos exércitos de outras nações. Tal medida tem endereço certo: o povo salvadorenho que combate o governo imposto pelos EUA.

A única solução viável

Para Ungo, o projeto do Governo Democrático Revolucionário é o único com possibilidade real de gerar um governo estável. Com o apoio popular, terá condições de superar a estagnação em que se encontra o país, fomentada pela ditadura militar e a ganância das oligarquias.

No Governo Democrático Revolucionário não é excluído nenhum setor que tenha assumido atitude antiditatorial e antioligárquica; é pluralista, incluindo entre seus aliados a pequena e média empresa nacionalista.

A viabilidade deste governo, segundo Guillermo Ungo, "é maior do que nunca". Ele não fixa prazos para que o GDR assumira o poder e explica que a oposição não está pensando em criar um governo no exílio.

— Não fosse a intervenção norte-americana — afirma Ungo — nós já teríamos chegado ao poder. A etapa mais difícil da luta já começou.

Sobre as eleições anunciadas pelo regime salvadorenho, o líder popular afirma:

— A disposição real da Junta é a mesma que sustentou a ditadura militar durante os últimos 50 anos; é a mesma que repetia o general Carlos Humberto Romero pouco antes da sua queda, em 15 de outubro de 1979.



Os guerrilheiros estão convictos de que o projeto do Governo Democrático Revolucionário é o único com possibilidade real de gerar um governo estável

Ele recorda que em agosto de 1979 a Democracia Cristã assumiu posição contrária ao pleito quando o governo fez um apelo no sentido de realizar eleições. Embora o clima propiciasse o diálogo, a Democracia Cristã argumentou que nas condições daquele momento "as eleições não constituíam alternativa para solucionar os problemas do país e que, portanto, o partido não participaria para não fazer o jogo da ditadura".

Explica Ungo:

— Tanto os EUA como o regime militar democrata-cristão sabem que estas eleições não constituem solução alguma. Pretender realizá-las é propor que se dê o décimo passo sem que se tenha dado os nove anteriores. Antes é necessário haver democracia, depurar o exército, reestruturar os corpos de segurança, desmobilizar os grupos paramilitares, como a Organização Democrática Nacionalista (Orden);



“As adesões à FMLN são maiores do que se possa imaginar”, revela Ungo

desativar e punir os esquadrões da morte vinculados aos militares fascistas, dar liberdade às centenas de presos políticos, acabar com as leis de exceção (estado de sítio, lei marcial, decretos que negam ou suprimem os direitos constitucionais e a cidadania), abolir a censura à imprensa e abrir a Universidade, fechada há um ano pelo exército, mantendo inativos cerca de 50 mil estudantes e desempregados mais de cinco mil professores.

— As eleições — continua Guillermo Ungo — não são possíveis num país onde recentemente foram presos líderes opositores que até hoje não têm processo instaurado; é impossível ter eleições num país onde 138 militantes opositores são acusados publicamente de traidores, com ameaças de punições. Desde já o povo rejeita essas eleições. Mesmo em condições menos difíceis o povo as teria rejeitado. O regime tem, cada vez mais, limitado saídas deste tipo. Os responsáveis pelas fraudes eleitorais de 1972 e 1977, coronéis José Guillermo García, Nicolás Carranza, Eugenio Vides Casanova, Jaime Abdul Gutiérrez e outros que exercem com comando atual-

mente, não permitirão ao povo nenhum avanço pela via eleitoral.

Ungo esclarece:

— Instituições insuspeitas de simpatizar com a oposição, assim como personalidades ligadas ao governo e à Igreja Católica têm colocado em dúvida o processo eleitoral. Entre eles: a Federação de Associações de Advogados, o presidente do próprio Conselho Central de Eleições, Jorge Bustamante; o arcebispo de San Salvador, monsenhor Arturo Rivera y Damas; o embaixador de El Salvador em Washington, Ernesto Rivas Gallont — só para mencionar as personalidades mais importantes. Todos têm coincidido na afirmação de que não existem condições para solucionar os problemas do país pela via eleitoral.

Segundo o dirigente da FDR, as organizações democrático-revolucionárias e político-militares decidiram não mais falar em negociação. O regime salvadoreño e o governo norte-americano insistem em não aceitá-las.

Argumenta Ungo:

— Temos deixado claro que não nos opomos a uma saída pacífica e que acolheremos qualquer solicitação nesse sentido, através de mediação internaciono-

nal. Como no caso do Vietnã o governo se engana em acreditar que estamos dispostos a negociar por debilidade. Ocorre justamente o contrário: só se oferece à negociação quem é forte. Trata-se de uma lição histórica. Também se engana a administração Reagan quando vê nas eleições uma fórmula mágica da democracia para solucionar conflitos como o nosso.

Por fim, Ungo ressaltou o apoio que a Frente Democrática Revolucionária vem recebendo a nível internacional. Destacou, em particular, o apoio da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (Coppal), cuja presidência é exercida pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), do México. A posição mexicana de respaldo à FDR foi definida por Ungo como de “importância transcendental” para a luta dos patriotas salvadoreños. Poucos dias depois das suas declarações aos **cadernos do terceiro mundo**, o México junto com a França reconheciam oficialmente a Frente Democrática Revolucionária como legítima representante do povo de El Salvador, o que constituiu uma vitória diplomática decisiva para as forças progressistas do país. No mês de setembro, a Holanda seguia os passos do México e da França e decidia reconhecer a FDR como uma “força representativa capaz de participar de um diálogo destinado a resolver o conflito em El Salvador”.

Consultado se esse apoio diplomático poderia evoluir para o envio de apoio militar, Ungo assinalou: “Temos tido, até agora, excesso de combatentes e confiamos na nossa capacidade de resolver os nossos problemas”. Mesmo sem necessidade de recorrer a combatentes estrangeiros, a FDR tem recebido oferecimentos nesse sentido, um deles das Brigadas Bolivarianas (dirigidas pelo panamenho Hugo Spadafora) que já lutaram na Nicarágua. □

Mbareté, a lei suprema

O arbitrário exercício da autoridade atemoriza o cidadão comum, corrompe a justiça e permite todo tipo de violação dos direitos humanos

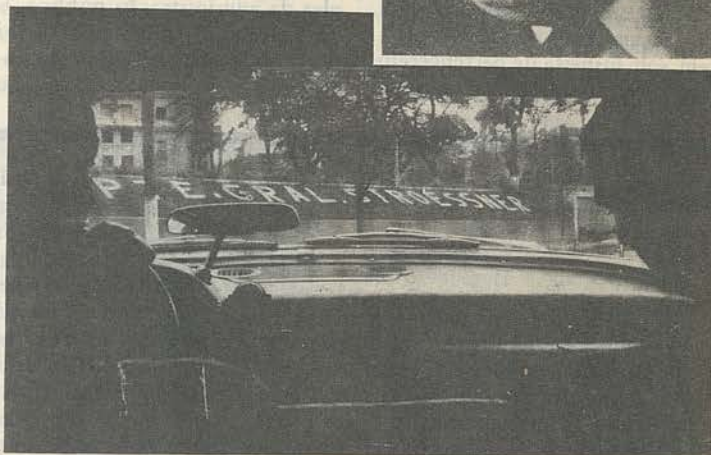
David M. Helfeld e William L. Wipfler

No Paraguai coexistem duas estruturas de autoridade. A primeira é a integrada pela Constituição, os códigos, leis, normas administrativas e regulamentos que constituem o sistema jurídico oficial do país. A segunda é um código não escrito de normas que define posições e influências dentro da hierarquia do poder. Leva o nome guarani de *mbareté*, que quer dizer "poder superior sobre os demais".

Quando o *mbareté* entra em conflito com o sistema legal, é este que cede. *Mbareté* é a lei suprema, superior a toda norma estabelecida juridicamente. Isso é o que demonstra a análise de como são exercidos os poderes do estado de sítio, da aplicação da Lei 209 sobre "Defesa da Paz Pública e da Liberdade das Pessoas" e os casos concretos de repressão, sejam eles de natureza política ou não. *Mbareté* é, além disso, a causa principal dos frequentes abusos, da corrupção e da ilegalidade que acompanham a administração da justiça.

Como funciona o *mbareté*? Em primeiro lugar, estabelecendo a superioridade absoluta da hierarquia de poder. O presidente Stroessner é a essência do *mbareté*, já que está no ápice do poder e tem domínio sobre todos os demais. Seguem-no na hierarquia alguns militares, como os generais Andrés Rodríguez e Otelo Carpinelli, certos membros

No. 37 - Setembro - 1981



Stroessner é a essência do *mbareté* e tem domínio sobre todo o povo paraguaio

da família do presidente e seus mais próximos colaboradores no governo.

O *mbareté* vem de cima para baixo através de todos os escalões da hierarquia governamental e militar, chegando até o último funcionário, que pode exercê-lo contra qualquer cidadão pouco influente. Também pode ser exercido por pessoas ricas e poderosas que tenham formado algum tipo de aliança com elementos-chaves da estrutura do *mbareté*. Assim, é frequente a nomeação de militares ou alguma outra figura influente no corpo de diretores das empresas privadas, para evitar problemas com o governo ou resolvê-los, caso surja algum.

A imposição do *Mbareté*

O *mbareté* explica porque alguns detidos sob o estado de sítio foram liberados mais rápido do que outros. A sua lógica é a de que deve ser castigada e reprimida toda pessoa que não se submeter a ele. Para isso, pode-se empregar a lei ou não. Não importa que seu texto e espírito sejam distorcidos, corrompidos ou empregados ilegalmente, na medida em que os objetivos da repressão sejam alcançados.

O exercício do *mbareté* corrompe todo o sistema judicial, garantindo que a justiça não será cega nem a lei imparcial. O acusado que pode usá-lo é um privilegiado, pois sua culpa ou ino-

cência não tem a menor importância. Caso contrário, fica à disposição de um sistema judicial ineficiente e corrupto.

O *mbareté* tem um efeito dissuasivo profundo. Dá imunidade à polícia, aos promotores e aos juizes, não importa o quanto se afastem da lei. Nenhum policial teme ser castigado por assassinato, tortura ou violação de outros direitos humanos elementares, sempre que atuar em harmonia com o código do *mbareté*. Policiais, juizes e promotores são parte desse sistema, enquanto que a maioria dos cidadãos se sentem inseguros, seja porque pertençam à oposição, por estarem sob suspeita de pertencerem a ela ou simplesmente porque

são humildes e não têm influência, ficando, portanto, à margem dos indivíduos que se beneficiam do *mbareté*.

Em nome da lei, os donos e agentes do *mbareté* cometem todo o tipo de crime, que vão desde a tortura e o assassinato até a subversão das normas legais, a repressão injustificada, o abuso, a humilhação e o tratamento desumano dos humildes.

O *mbareté* não se aplica somente na justiça criminal, mas também na civil, estendendo-se, inclusive, aos processos mais simples da administração pública. É um elemento fundamental do funcionamento cotidiano do governo. Os frequentes casos de

contrabando denunciado pela imprensa paraguaia são os exemplos mais notórios. Militares e altos funcionários se beneficiam do comércio ilegal com completa impunidade.

Formalidades legais

A lei é mais respeitada quando se trata de assuntos privados (propriedades, contratos, relações comerciais, heranças etc). É lógico. A elite do poder tem vínculos com a elite financeira. É parte dela. Portanto, aprecia e compreende a importância da segurança de suas propriedades, relações comerciais e heranças, cujos regulamentos devem ser previsíveis.

Persona non grata

Mbareté é uma palavra guarani (idioma indígena do Paraguai, falado pela maioria da população e considerado, junto ao espanhol, como língua oficial) que não tem tradução para o português. Etimologicamente é um adjetivo que significa "forte" e que, por extensão, quer dizer "a lei do mais forte". É usada atualmente em um sentido ainda mais amplo: de "poder superior sobre os demais".

Mbareté designa ações ou influências exercidas fora da lei ou apesar dela, em benefício de algum dirigente político, que pode não ser um funcionário governamental. Está implícito no *mbareté* o temor às consequências imprevisíveis que podem ocorrer caso não sejam satisfeitos os desejos das autoridades. Assim, o código é usado para designar aquele tipo de proposta à qual ninguém pode se negar a aceitar, e o poder de quem as formula. *Mbareté* tem uma influência persuasiva pelo terror que impõe. *Mbareté* é o que faz acelerar o pulso dos cidadãos quando um oficial uniformizado cruza com eles na rua, ainda que não tenham nada a esconder.

Um poder superior

David Helfeld e William Wipfler visitaram o Paraguai por três vezes, entre 1976 e 1980, em uma missão de investigação financiada pela Liga Internacional de Direitos Humanos. Como conclusão básica de suas pesquisas e entrevistas com dirigentes paraguaios, religiosos, personalidades políticas e simples cidadãos, os autores afirmam que "o regime de Alfredo Stroessner subverteu e negou sistematicamente os direitos e liberdades fundamentais consagrados pela Consti-

tuição e as leis do Paraguai, e continua subvertendo-os e negando-os".

David Helfeld é professor de Direito na Universidade Católica de Porto Rico. O reverendo William Wipfler dirige o Escritório de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Igrejas (protestantes) dos Estados Unidos. Após a última visita ao Paraguai, ambos foram declarados *persona non grata* pelo governo de Assunção. O informe da terceira missão de pesquisa foi recentemente publicado como livro pela Liga Internacional de Direitos Humanos (*Mbareté, The Higher Law of Paraguay*, ILHR, 1980). Com a autorização dos autores, publicamos neste número parte da pesquisa editada.

No entanto, o *mbareté* tem sido aplicado para resolver certos litígios de propriedades como, por exemplo, quando os camponeses são expulsos pelo exército de terras onde serão instalados projetos de desenvolvimento.

É difícil determinar em que medida o código invade a esfera da jurisdição privada. Mas pode-se concluir que se os interesses de uma pessoa bem colocada na hierarquia do poder estiverem em jogo, sua influência será sentida na disputa, a menos que a outra parte possa equilibrá-la com um poder semelhante ou maior. Ou, dito de outra maneira: pessoas muito influentes podem optar por resolver seus problemas através do sistema legal,

por *mbareté* ou por uma combinação de ambos, segundo melhor lhes convenha.

Mbareté é a lei suprema, mas raras vezes é exercido abertamente. O governo mostra uma marcada predileção pela formalidade legal, ainda que seja o *mbareté* o motivo de uma decisão.

Assim, a cada três meses torna-se a decretar o estado de sítio, a polícia prepara relatórios, os promotores acusam e os juízes tomam declarações, escutam os testemunhos e emitem opiniões e sentenças. A polícia jamais admite ter torturado e os juízes jamais denunciam a existência de pressão sobre eles quando têm que tomar as suas decisões. São feitos esforços para manter as

formalidades do sistema legal e a aparência de autoridade legítima.

É difícil explicar o porquê de tanto formalismo. Talvez isso seja uma resposta às pressões internacionais em defesa dos direitos humanos. Talvez a elite do poder reconheça a necessidade de manter uma certa aparência de respeito à lei para assegurar a estabilidade e o progresso econômico que se comprometeu a defender e dos quais se beneficia diretamente. Mas, na realidade, o respeito à formalidade legal desaparece — como inúmeros casos podem demonstrar — quando a implementação de alguma forma jurídica entra em conflito com o *mbareté*.

A negação da lei é, de fato, um aspecto inerente ao funcionamento prático do sistema paraguaio, que somente sobrevive graças a uma violação constante de seu próprio sistema jurídico. Os governantes paraguaios exercem o *mbareté* e manipulam as formalidades do sistema jurídico para conservar o poder e aumentar suas riquezas. Ao exercerem esta prática, violam os direitos humanos, atentam contra as liberdades democráticas e minam a confiança do povo no sistema legal.

O presidente Alfredo Stroessner é o principal responsável pelas arbitrariedades da polícia, dos promotores e dos juízes. Atualmente, ele é o único com poder suficiente para decidir uma ampliação da autoridade legal e uma redução do *mbareté*. Somente Stroessner pode terminar com a tortura, profissionalizar e despolitizar a polícia, obrigar os policiais a cumprir a lei, escolher promotores e juízes competentes e íntegros e assentar as bases de um poder judicial realmente independente. Porém, como demonstra a experiência dos últimos três anos, o presidente Stroessner não iniciou nenhuma reforma neste sentido, nem há indícios de que pense fazê-lo no futuro. □



A utilização do *mbareté* não tem limites: serve até para tirar terras dos camponeses

Reagan e a conexão guatemalteca

Apesar da ajuda norte-americana e da repressão,
Lucas García teme a revolta popular

Arqueles Morales

Nunca se saberá ao certo de quanto foi a ajuda financeira ilegal que os milionários guatemaltecos deram a Ronald Reagan durante a sua campanha presidencial. Mas são evidentes as consequências desta ajuda para o povo da Guatemala e da região centro-americana.

Um dossiê publicado por Allan Nairn, do Conselho para Assuntos Hemisféricos (COHA), nos Estados Unidos, traz provas irrefutáveis de que os grupos de milionários fascistas guatemaltecos, conhecidos como "amigos do país", e altos funcionários do governo do general Romeo Lucas García não somente ajudaram a Reagan como declararam diversas vezes que o ex-ator de cinema era "sua única esperança".

Reagan e seus assessores mais próximos, incluindo Roger Fontaine, receberam nos Estados Unidos delegações dos "amigos do país" e também os auxílios econômicos para a campanha. Em setembro de 1980, Reagan enviou à Guatemala os ex-generais e conselheiros do governo John K. Singlaub e Daniel Graham com uma mensagem para Lucas e seus amigos: "Aguentem-se até chegarmos ao poder, então os ajudaremos. Não se rendam, permaneçam e lutem até que eu seja eleito."



Lucas García

No dia em que anunciaram a vitória republicana nas eleições dos Estados Unidos, a notícia foi festejada com fogos de artifício em todos os quartéis do exército guatemalteco. E não era para menos. Começava uma nova época para a mais feroz ditadura centro-americana, com um sócio disposto a retribuir favores.

Da irritação ao alvoroço

Se algo caracterizou o último ano do governo Carter na relação entre os dois países, foi a irritação dos militares e dos ricos civis

fascistas diante da tese de que era necessário afrouxar um pouco as rédeas do poder, que o exército tomara em 1954.

Depois da derrota de Somoza, Cyrus Vance, Viron Vaky e William Bowdler colocaram Lucas García numa difícil situação ao pedir-lhe, como fizeram com Carlos Humberto Romero, em El Salvador, que abrisse um pouco o regime que nos últimos 25 anos foi dominado pelo terror institucionalizado pelos militares.

Ao contrário de El Salvador, onde conseguiram mudanças ao derrubar Romero em 15 de outubro de 1979, na Guatemala as veleidades de Carter foram rechaçadas, esfriando-se as relações ao máximo. Em agosto do ano passado, Lucas García acusou Carter de "estar intervindo nos assuntos internos da Guatemala".

Para os militares guatemaltecos, Carter e seu grupo de assessores para a América Central não eram senão "agentes do comunismo internacional", como se observa em suas reiteradas declarações.

A lógica de Lucas e seus assessores era simples: permitir o mínimo jogo político no país significaria correr o risco de que a oposição, cada vez mais organizada, ameaçasse não só o governo como o próprio poder, assentado sobre os fuzis do exército.

A estratégia regional

Para Reagan, a Guatemala passou a ser um elemento estratégico da sua política de esmagar a rebelião popular em El Salvador e ameaçar a Nicarágua sandinista.

Relatórios extra-oficiais mostram que os envios de armas, que haviam sido congelados há mais de um ano, foram reativados para modernizar o mais bem equipado dos exércitos centro-americanos.

Com o poder monolítico dos altos comandos, alcançado na necessária cumplicidade em mi-

lhares de assassinatos, o exército guatemalteco está destinado a ter um papel relevante na crise regional. As denúncias de El Salvador em torno da presença de tropas guatemaltecas em seu território, em apoio à Junta que governa o país, foram comprovadas pelos próprios jornalistas estrangeiros que cobrem a guerra civil.

É óbvio que na medida em que os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional mantêm e aumentam a sua capacidade ofensiva, o exército da Guatemala tenderá a se envolver ainda mais nesta guerra, talvez em maior nível que o também comprometido exército de Honduras.

Os números da morte

Mas para poder cumprir os compromissos assumidos com Reagan, os militares guatemaltecos teriam que resolver primeiro outros problemas, baseado em uma premissa explicada ao norte-americano Allan Nairn, por um dos milionários ligados ao regime: "Para ajudar os vizinhos temos primeiro que limpar a casa".

Na realidade, somente o silêncio cúmplice das agências transnacionais de notícias explicam que se saiba tão pouco da Guatemala, país onde o extermínio físico constitui a chave jurídica do poder.

Quando, em 30 de janeiro de 1980, o general Romeo Lucas ordenou o assassinato com lanças-chamas de 27 camponeses, não estávamos diante de uma exceção e sim da regra. Eis alguns números: segundo a Frente Democrática Contra a Repressão, em 1980 o exército assassinou 3.719 pessoas, fazendo a ressalva que somente foram computados os casos noticiados pela imprensa diária, a Cruz Vermelha e os bombeiros. Suspeita-se ainda que milhares de pessoas estejam enterradas nos cemitérios clandestinos criados pelas organizações paramilitares direitistas, constituídas



O povo guatemalteco protesta: chega de repressão, mortes e intranquilidade!

pelos mesmos oficiais e suboficiais do exército.

Outros números: dentre as mortes pesquisadas encontram-se a de 16 jornalistas, 389 estudantes, 86 professores universitários, 326 professores primários, 300 líderes camponeses, 110 quadros sindicais, 30 dirigentes intermediários do partido social-democrata e 4 sacerdotes católicos.

O grau de repressão foi tão intenso que mais de uma centena de sacerdotes e freiras abandonaram o departamento de El Quiché quando, ao se solidarizarem com os indígenas que protestavam contra a expoliação de suas terras, seus conventos foram atacados com armas de fogo e, por duas vezes, com granadas de fragmentação.

Mas talar somente da repressão seria ver de forma restrita a situação guatemalteca. E se a crueldade dos militares e da bur-

guesia não são divulgadas no mundo, menos ainda o é a tenaz resistência do povo e de suas organizações de vanguarda.

A resistência

No ano passado, o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), as Forças Armadas Rebeldes e a Organização do Povo em Armas (Orpa), anunciaram a realização de um acordo "que nos levará no momento próprio à criação do partido único da revolução".

O PGT (comunista) é a mais antiga destas organizações. A Orpa é a mais recente, surgiu há pouco mais de um ano. Todas têm em comum a linha político-militar da guerra popular revolucionária e as quatro coincidem em assumir o marxismo-leninismo como ideologia.

Iniciada em 1962, a luta armada nunca parou desde então, mas foi em meados da década passada que se deu um salto qualitativo, surpreendendo os militares e preocupando-os muito: surgiram os primeiros destacamentos guerrilheiros integrados por índios das diferentes etnias do país.

Os índios constituem uma significativa maioria da população e o grau da sua exploração é ainda maior do que o do resto dos explorados do país. Mergulhados no analfabetismo, vivendo nas serras e nas selvas, perseguidos e assaltados em suas terras, os descendentes da cultura maia tiveram que empunhar armas na luta por sua própria sobrevivência.

Com esta base social vinculada a um combatente movimento operário e a organizações camponesas, estudantis e profissionais, a direção conjunta criada pelos guerrilheiros tem a sua maior expressão na Frente Democrática Contra a Repressão, que aglutina quase toda a oposição real à ditadura.

As ações guerrilheiras foram incrementadas nos últimos seis meses e sua área de ação abrange todos os departamentos do país. Diante desse crescimento, Lucas García armou-se até os dentes, recebendo assessoria militar do Chile, Argentina e Israel, além de volumosa ajuda financeira do "sócio Reagan", como o chama um jornal "oficial" guatemalteco.

Apesar do banho de sangue na longa operação de "limpar a casa", a ditadura guatemalteca não está segura: "Mesmo que tudo esteja tranquilo, há algo que vai mal", afirmou recentemente o general Lucas na sua linguagem peculiar. Referia-se a uma notícia publicada por um jornal em dezembro passado que dizia que um povoado do norte do país fora ocupado por várias horas "por uma coluna de mais de 100 guerrilheiros, todos eles índios". □

A reportagem que não me deixaram escrever

Expulso do país pelo único motivo de ser colaborador da nossa revista, o enviado especial dos "cadernos do terceiro mundo" relata sua experiência de 48 horas em Montevideú

Mário Augusto Jacobskind

Desembarquei no aeroporto de Carrasco no princípio da tarde de 27 de agosto, com a intenção de cobrir para os **cadernos do terceiro mundo** e para o jornal brasileiro "Tribuna da Imprensa" o processo de "transição para a democracia" que deveria abrir-se com o juramento do general Gregório Álvarez como presidente, em primeiro de setembro. Mas as autoridades uruguaias não me deixaram ver isso.

Instalado no Hotel Espanhol, na rua Coronel Latorre (que os uruguaios continuam chamando pelo seu nome pré-ditatorial de "Convenção"), saí caminhando pelo centro de Montevideú. O "clima de transição" de final de inverno era muito frio para um corpo habituado ao Rio de Janeiro e em poucos minutos encontrava-me em um restaurante, tentando entabular diálogo com os fregueses. Superado o receio inicial, o tema político e sobretudo a substituição do octagenário Aparício Méndez pelo "Go-yo" Álvarez tornaram-se o centro das conversações. Com um certo orgulho, todos — umas dez pessoas — afirmavam haver votado pelo "Não" em 30 de novembro do ano passado, quando os militares submeteram a plebiscito um projeto de constituição que legalizaria sua presença no poder.

Não seria sincero se não dissesse que falamos de futebol, o outro grande tema do momento, já que o Uruguai acabava de perder em seu próprio campo para o Peru e via com isso ameaçadas suas possibilidades de classificar-se para o Mundial do próximo ano. Somente uma coisa meus interlocutores pareciam desejar com tanto ardor como poder disputar a Copa do Mundo na Espanha: voltar a eleger o presidente e parlamentares por voto direto e secreto. Alguns se assombraram quando comentei que no Brasil nunca havíamos deixado de ter eleições diretas (ainda que nem sempre livres) para o Congresso. Mas como triste consolo contei que minha geração jamais havia votado para governador e que o desejo da maioria dos brasileiros é poder decidir nas urnas o nome do próximo presidente.

A conversa terminou por demonstrar a aspiração unânime dos uruguaios de fechar o quanto antes um capítulo negro da sua história. Quanto aos propósitos democratizantes do general Álvarez, as opiniões eram parecidas: "Teremos que esperar para ver".

Essa noite dormi convencido de que uns poucos dias em Montevideú bastariam para reunir um excelente material jornalístico.

O "homem da rua" está politizado, bem informado e, conseguindo criar um clima de confiança, essas conversações informais podem ser um excelente "termômetro político".

Opinar é arriscado

Para poder sentir também a opinião oficial (um pedido insistente dos editores da "Tribuna" e dos cadernos do terceiro mundo), a primeira visita da sexta-feira pela manhã foi à Direção Nacional de Relações Públicas (Dinarp), que funciona no segundo andar do edifício da empresa aérea estatal *Pluna*. Apresentei-me e solicitei uma entrevista com o presidente designado, com o ministro do Interior, general Yamandú Trinidad, e com o general Abdón Raimúndez, presidente da Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (Comaspo), que conduziu o chamado "diálogo político" com homens públicos dos partidos tradicionais. Uma funcionária, de sobrenome Correa Luna, advertiu-me que seria "muito difícil" obter um encontro exclusivo com o general Álvarez, mas que ele provavelmente concederia uma entrevista coletiva à imprensa. Quanto às outras, talvez tivesse uma resposta na segunda-feira.

Foram bem mais fáceis os contatos com os setores civis. Políticos, jornalistas, técnicos e artistas das mais diversas ideologias, todos estavam dispostos a falar. Num país onde, supostamente, "não acontece nada", descobri um espectro tão grande de atividades que seria impossível cobrir todas nos sete dias que duraria minha visita.

Mas, nessa mesma tarde, deu-se o primeiro incidente revelador dos estreitos limites da "abertura" uruguaia. Mal acabara de iniciar uma entrevista com o advogado e jornalista Enrique Tarigo, diretor do semanário de oposição *Opinar* e figura "presidenciável" do Partido Colorado para



Gregório Álvarez

1984, segundo alguns comentários, quando o telefone interno tocou. Tarigo desculpou-se por não poder continuar a entrevista. Dois agentes policiais esperavam-no: teria que ir imediatamente à Chefatura de Polícia para prestar declarações.

"Amanhã ou segunda continuaremos nossa conversa", despediu-se. "Creio que não gostaram da capa do número de ontem do jornal. Como jornalista você já tem uma notícia", disse brincando.

A capa em questão (não pude comprovar se este foi o motivo real da convocação policial) apresentava uma caricatura de Aparício Méndez com o título "Uma despedida com todas as cores". Pedia-se aos leitores que colorissem a cara do velho dirigente, já que o semanário é impresso somente em preto e branco. Poucos dias antes — 25 de agosto, independência do Uruguai — a televisão iniciara oficialmente a transmissão em cores, com um discurso de Aparício

Méndez que *Opinar* criticou duramente.

Ao sair da sala de Tarigo, vi-o entrar, acompanhado por dois agentes, em uma camioneta azul, quem sabe a mesma que na manhã seguinte me levaria à sede da Direção Nacional de Informação e Inteligência.

Enguia

Esse episódio alertou-me para a enorme distância que ainda separa a realidade cotidiana das promessas oficiais de redemocratização, que prevêem a instalação no Palácio Estévez de um presidente eleito a 1º de março de 1985. Compreendi melhor porque, embora o tema político já tenha lugar nas rodas dos *boliches* (cafés, bares e cantinas na gíria de Montevidéu), os uruguaios sorriam ironicamente quando eu lhes falava de "abertura".

Por que confiar hoje na promessa dos mesmos militares que exorbitaram no combate à guerrilha urbana e que depois de derrotá-la tomaram o poder? Por que razão uma "transição" tão longa (três anos e meio de duração prevista do governo Álvarez), depois de oito anos de arbitrariedade total que, segundo me disseram uruguaios de diversas tendências, foram "quase uma eternidade"?

Há quem diga que "agora os tempos são outros". E apesar de todo o sistema jurídico e o aparelho repressivo permanecerem os mesmos, há pequenos indícios que parecem confirmar esta observação. Poucos meses atrás, essa entrevista dada por um político da oposição a um jornalista estrangeiro teria terminado de uma maneira mais abrupta, com entrevistado e entrevistador conduzidos à força para os calabouços. Já circulam três semanários de oposição e uma revista sindical, esgotando suas edições em poucas horas, tal é a avidez de um público notoriamente insatis-

feito com a cobertura oficialista ou exageradamente autocensurada da imprensa diária.

Os dirigentes políticos hoje autorizados a falar colocam-se, quase que unanimemente, numa atitude de expectativa, enquanto um moderno esquema de relações públicas começou a atuar em torno da imagem do presidente, mesmo antes deste assumir formalmente o cargo. Um fato novo é a projeção que a imprensa dá à esposa do general Alvarez. Na opinião de alguns observadores, Álvarez estaria tentando criar uma liderança pessoal, "no estilo de Perón na Argentina", e, desta maneira, aproveitar a falta de líderes, agravada pela prisão do general Líber Seregni, presidente da Frente Ampla, e pelo exílio de Wilson Ferreira Aldunate, dirigente do Partido Nacional, os dois candidatos mais votados nas eleições realizadas no país em 1971.

Escapando às definições marcantes de "duro" ou "moderado", o anedotário político uruguaio prefere descrever o "Go-yo" Álvarez como uma "enguia", peixe escorregadio e quase impossível de ser agarrado com as mãos.

E assim continuará a ser, opina-se em Montevidéu, pelo menos até fevereiro de 1982, quando passarão para a reserva cinco dos 23 membros do Conselho de Oficiais Gerais das Forças Armadas que, em decisão secreta e, segundo parece, muito disputada, designou Álvarez para presidente.

A divisão interna entre os 15 generais do Exército seria tão profunda, comentou-nos uma fonte informada, que o ultradireitista general Paulós não chegou a ocupar o comando da segunda região militar do país, para o qual já havia sido formalmente designado antes de votar contra o general Álvarez no Conselho.

Disposto a escutar as versões da oposição e do governo sobre

esses temas, levantei-me cedo no sábado. Começava a fazer a barba quando bateram à porta in-à paisana, que se identificaram como policiais, empurraram a porta que eu havia entreaberto. Um deles, que somente conheci como "Pepe", apressou-me para que eu me vestisse, arrumasse minhas coisas e fosse com eles à Direção Nacional de Informação e Inteligência: "Você será imediatamente expulso do Uruguai". Pedi autorização para me comunicar com a representação diplomática brasileira, à qual, por trâmite rotineiro, já havia comunicado minha presença no país, mas negaram-me esse direito.

"Antecedentes negativos"

Quinze minutos mais tarde eu já estava diante de um oficial que apresentou-se como Spaldoni (não quis dar o seu nome completo). Tomaram-me todos os jornais uruguaio que havia comprado, as anotações e fitas gravadas (que me devolveram horas mais tarde, reconhecendo implicitamente que nada havia de "subversivo" nesse material) e voltaram a me proibir de telefonar para a embaixada.

Spaldoni fez uma pequena dissertação, mas falou tão rápido que só consegui entender que se referia à soberania do Uruguai. E concluiu: "Você será expulso por seus antecedentes negativos no país de origem". Como não sabia quais seriam esses antecedentes "negativos", esclareceu-me que "você está ligado a uma publicação que atenta contra a segurança nacional do país".

Disse-lhe que continuava sem entender, já que escrevo para vários jornais brasileiros. Ele respondeu que se tratava de **cadernos do terceiro mundo**, da qual havia encontrado uma credencial entre meus papéis.

— Que significa isso? — perguntou.

— Significa que, como jornalista que não tem contrato de exclusividade, posso escrever onde quiser. E **cadernos do terceiro mundo** é uma publicação legal no meu país, com um sólido prestígio internacional.

O interrogatório me parecia absurdo: se minha intenção tivesse sido ocultar o vínculo com **cadernos** não teria levado uma credencial. Mas a atitude de Spaldoni deixava bem claro que já havia uma decisão tomada, contra a qual seria inútil argumentar.

Ele não parecia interessado em prosseguir o diálogo. Enquanto esperava o próximo passo, comecei a estudar a pequena biblioteca: "A revolução traída", de Leon Trótski, "Crítica do eurocomunismo", de Ernest Mandel, "Estado de sítio", de Albert Camus e vários outros livros de autores desconhecidos sobre temas como "Infiltração esquerdista na igreja católica", editados pela organização católica ultradireitista Tradição, Família e Propriedade.

Junto aos livros, vários troféus e placas de bronze testemunhavam a homenagem de alguns governos estrangeiros a agentes da inteligência uruguaia "por serviços prestados" ou cursos realizados nos Estados Unidos, Argentina, Austrália e Israel.

"Aqui não há Constituição"

Spaldoni interrompe minha investigação para avisar que teria que ir à sala de interrogatório. Descemos as escadas, atravessamos um corredor, voltamos a subir e, finalmente, me ofereceram uma cadeira, diante de um oficial que escrevia à máquina e que de vez em quando ajeitava um revólver calibre 45 que trazia na cintura.

— Vive de seu salário de jornalista?

— Sim.

— Pertence a alguma organização política?

— Não.

— Que estava fazendo no Uruguai?

Antes que eu pudesse voltar a explicar que minha intenção era informar sobre a “transição para a democracia” no país, Pepe chega com um papel que eu devia assinar. Era o comunicado oficial da minha expulsão “por antecedentes negativos em seu país de origem”. Atrás do papel constava que um destes antecedentes era colaborar com os **cadernos do terceiro mundo**. O comunicado invocava o artigo quarto da Constituição uruguaia.

— Terá uma Constituição por aí? Creio que tenho o direito de saber exatamente o que vou assinar.

— Aqui não há nenhuma Constituição. Assine como demonstração de que está informado da sua expulsão.

Argumentei que não assinaria sem a presença de um representante do governo brasileiro que, a meu ver, já estava demorando muito (duas horas antes haviam dito que eles mesmo se encarregariam de se comunicar com a minha embaixada).

Pepe estalou os dedos. Um agente saiu da sala e voltou um minuto depois acompanhado por outros cinco, todos eles com

mais de um metro e oitenta. Informaram-me que “não haveria problemas” se assinasse: poderia voltar tranquilamente ao Brasil.

“Caso contrário, as coisas vão se complicar muito...” Um dos recém-chegados confirmou essa afirmação com um sonoro soco na mesa.

“Se não assina agora — prossegue Pepe — será imediatamente conduzido a uma cela aqui em baixo... e os trâmites burocráticos para a sua expulsão podem demorar de dois a quatro meses.”

Eu não tinha muitas alternativas. Insisti que, ao menos, devia constar em minhas declarações que eu não considerava como “antecedentes negativos” colaborar com os **cadernos do terceiro mundo**.

“Está bem, está bem, o importante é que assine” — disseram.

Voltarei com a democracia

Poucos minutos depois me “acompanhavam” à agência de aviação para marcar minha passagem no primeiro vôo que saísse com destino ao Brasil. Deixaram-me só, alertando-me que não chegasse “nem um minuto” atrasado no aeroporto. O motorista de táxi que me levou solidarizou-se comigo quando lhe contei minha aventura. Fizemos uma para-

da no caminho para informar o que ocorreu à embaixada brasileira. “Em nome do povo uruguaio, desculpe esta vergonha”, despediu-se o chofer quando me deixou em Carrasco, cobrando uma tarifa simbólica. “Obrigado — respondi — mas o povo uruguaio não necessita pedir desculpas e sim continuar lutando pela liberdade”.

Reconheci um agente da Direção Nacional de Informação e Inteligência controlando minha chegada e, depois, vigiando-me do balcão do bar quando aproveitei a espera para tomar um café. Percebi um ar de gozação no seu olhar e decidi fazer uma pequena vingança desmascarando o tira: “Por favor, comunique a seus superiores” — disse-lhe à distância, elevando a voz para que se ouvisse em todo o restaurante — “que o jornalista expulso está embarcando. E diga-lhes também que mais rápido do que se imagina voltarei ao Uruguai, junto com a democracia”.

O agente deu meia volta e se foi. Das outras mesas começaram a me dirigir sorrisos e gestos de aprovação. Uma imagem que me acompanhou na viagem de volta, aliviando minha frustração por não ter podido escrever a reportagem sobre as aspirações políticas dos uruguaiois. □

Condenação

□ A expulsão de Mário Augusto Jakobskind provocou indignação, não só no Brasil como em todos os países do continente”, — foram as palavras pronunciadas na Câmara dos Deputados do Brasil pelo representante (Rio de Janeiro) Edison Khair ao apresentar o protesto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) contra esse “ato de violência injustificável”. O deputado Alceu Collares, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), aderiu ao protesto manifestando que “pela seriedade e pelo alto nível, ‘cadernos do terceiro mundo’ é um privilégio

para a imprensa brasileira”. O Partido dos Trabalhadores (PT), em sua Convenção Regional do Rio de Janeiro, aprovou uma moção em que condena a expulsão do jornalista. Por sua vez, o Sindicato de Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) enviaram uma nota de protesto ao embaixador uruguaio no Brasil, Roberto González Casals. A nível internacional, também aderiram ao protesto a Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap) e a notícia da expulsão de Jakobskind foi publicada por dezenas de jornais do mundo todo, em contraposição às promessas do novo governo uruguaio a respeito da “transição para a democracia” naquele país.

Os paraísos fiscais

O capital estrangeiro beneficia-se da isenção de impostos, mas o povo não ganha nada com isso

Tony Bognes

Para muitos, o Caribe é sinônimo de mar e sol. Para algumas companhias transnacionais, a região significa enormes lucros. Além daqueles que estão envolvidos nos centros financeiros dominantes, pouca gente sabe que, depois de Londres, Nassau, capital das Baamas, é o segundo maior centro mundial de euro-moedas. As ilhas do Caribe sempre foram vistas como lugares propícios ao lucro. Na história da região, observa-se que forças externas sempre procuraram dirigir as ilhas não no interesse da maioria mas, sim, visando grandes lucros. Foi assim no colonialismo e é o que acontece nas relações atuais entre a maior parte das ilhas e o capital transnacional.

Foi neste contexto que, rapidamente, algumas delas se tornaram paraísos fiscais e, uma vez dado o exemplo, muitos governos, em particular os da Jamaica, San Vicente e Montserrat, parecem desejosos de seguir os passos das Baamas, Bermudas e Ilhas Caymán, todas elas consideradas como portos seguros para o não-pagamento legalizado de impostos.

Muitos autores tentaram definir o que é "paraíso fiscal". Paraíso fiscal é um país que procura atrair capitais estrangeiros oferecendo, em troca, certas facilidades financeiras. Entre estas, incluem-se isenção não somente de impostos mas também de con-

troles cambiais e, talvez o mais importante do ponto de vista do investidor, "estabilidade política".

Abrigo seguro

Os paraísos fiscais ganharam impulso no período pós-Segunda Guerra Mundial graças, sobretudo, ao aumento da taxaço em países como Estados Unidos, Canadá e Alemanha Ocidental, onde as receitas provenientes de impostos diretos cresceram mais rapidamente do que as taxas sobre os lucros empresariais. Em segundo lugar, alguns desses países desenvolveram legislações limitando os lucros dos bancos e das companhias transnacionais. Por essa razão, ambos procuraram abrigo mais seguro para seus lucros. E foi nessa busca que o Caribe lhes ocorreu como lugar ideal.

As ilhas eram acessíveis aos capitais financeiros de Londres e Nova Iorque e nelas o inglês é língua corrente. Somado a isto tudo, dava-se o fato de que algumas delas não faziam quaisquer exigências tributárias. Por exemplo: as Ilhas Caymán, onde um decreto especial do rei Jorge III, no século XVIII, dera isenção de impostos. As Baamas, por sua vez, nunca tiveram sistema adequado de taxaço e ainda hoje não têm sistema de imposto direto. Outro grande paraíso fiscal, as Bermudas, também nunca

teve sistema de taxaço direta. Isto não se deve à benevolência dos antigos senhores coloniais — os ingleses — mas ao fato de que, ao contrário do que se passa na Jamaica e em Barbados, em nenhuma dessas áreas a produção de açúcar era importante. Assim, os colonialistas não viram necessidade de nelas desenvolver infra-estruturas que facilitassem a organização da cultura do açúcar em grande escala.

Qual é a situação atual desses paraísos fiscais? Com o desenvolvimento do mercado de eurodólares, ou seja, dos depósitos e empréstimos de moedas fora de seus países de origem, as Baamas tornaram-se um dos principais centros de operações bancárias estrangeiras. Em outubro de 1978, o vice-governador do Banco Central das Baamas declarou que "instituições sediadas naquele país estavam gerenciando cerca de 100 bilhões de dólares americanos". E em setembro do mesmo ano, tanto as Baamas como as Ilhas Caymán tinham 12,4% do total do mercado do eurodólar. Isto significa que os bancos internacionais sediados nessas ilhas controlam um importante setor do maior mercado de moeda européia — o eurodólar.

Em 1980, havia nas Baamas 114 bancos de moedas européias (dos quais 86 eram bancos norte-americanos). Além desses, também havia mais 179 outras instituições bancárias que usufruíam das facilidades oferecidas nas Baamas. Apesar disso, segundo as palavras de um banqueiro norte-americano, muitas dessas empresas eram "simples placas na parede de algum escritório", as chamadas "empresas de papel". Esses bancos estrangeiros são virtualmente isentos não só de taxaço como também de restrições cambiais. Além disso, também operam com empréstimos para o desenvolvimento imobiliário e na construção civil. Estima-se que 20% dos investimentos

em hotéis, clubes e cassinos venham dessa fonte.

“Seguro cativo”

As atividades da comunidade financeira nas Baamas representam 15 a 20% do PNB do país. Isto quer dizer que o governo, ao contrário de muitos outros, obtém sua receita através dos impostos indiretos sobre a importação, sobretudo de alimentos. Uma recente pesquisa demonstra que 60 a 70% da receita pública provém de direitos sobre a importação. É claro que uma das maiores desvantagens de ser paraíso fiscal é que a receita pública sofre. Há quem diga, porém, que o aumento do emprego é uma compensação. A verdade, no entanto, é que as Baamas, como o restante de suas ilhas irmãs, com exceção de Cuba, enfrentam hoje problemas de desemprego.

Embora nas Ilhas Caymán não haja, como nas Baamas, tantos bancos estrangeiros, existe ali o que se denominou de “seguro cativo”. A indústria do “seguro cativo” consiste em operações inteiramente privadas, praticadas por grandes companhias transnacionais e com a finalidade de proporcionar seguro ou resseguro às companhias irmãs ou da família. Trata-se, em resumo, de uma forma de as companhias se auto-segurarem. Sem dúvida que elas são muito importantes para a economia das Ilhas Caymán e respondem por 20% do PNB das Bermudas.

Na fase inicial desse empreendimento, as Baamas chamaram-no de “seguro *cow-boy*” e o governo chegou a aprovar leis restritivas contra ele. Hoje, no entanto, parece que os círculos governamentais repensam o assunto. Este repensar foi provocado por recente decisão do Banco Federal da Reserva dos Estados Unidos.

No ano passado, este banco deu sinal verde para o desenvolvimento de operações bancárias estrangeiras dentro do território norte-americano. O plano é permitir que os bancos peçam ou façam empréstimos, isentos das antigas restrições e de taxas federais e locais. Tais operações são conhecidas como “Facilidades Bancárias Internacionais”. De saída, graças a elas, o *City Bank* já desviou algumas de suas operações no mercado do eurodólar para Nova Iorque.

O efeito da decisão do Banco Federal parece significar que, em

particular, os bancos norte-americanos abandonarão os paraísos fiscais do Caribe, a menos que lhes sejam oferecidas novas atrações. O sistema do “seguro cativo” é uma dessas novas atrações. Por outro lado, relatórios sobre a matéria indicam que, devido à incerteza da situação política no Oriente Médio e em algumas partes da Europa, os bancos suíços estão de mudança para os Estados Unidos. Um desses relatórios diz que das 23 companhias financeiras e bancos suíços que



Enquanto as empresas estrangeiras enriquecem, o desemprego aumenta na ilha

operam no país, 9 foram criados nos últimos 3 anos.

Há, porém, um favor favorável às operações bancárias feitas no exterior. Desde meados dos anos 70 há uma desaceleração no crescimento do lucro internacional. Isto significa que os bancos abrirão filiais para realizar suas operações onde possam ganhar mais e melhorar sua situação em geral. Se as vantagens tributárias continuarem existindo e se houver estabilidade política, os paraísos fiscais do Caribe não sofrerão muito com a saída dos bancos estrangeiros, principalmente os de euromonedas.

Investimento árabe

Ao mesmo tempo, há outros relatórios afirmando que os bancos árabes têm grande interesse em abrir agências na região. Um desses relatórios declara que, das 36 instituições financeiras em que o capital árabe tem papel importante, 33 estão no Panamá e no Caribe. Uma delas é a União de Bancos Árabes e Franceses (Ubafr). Sua subsidiária dos Estados Unidos abriu agência nas Ilhas Caymán, em 1979. Nesse mesmo relatório, há indicação de forte presença árabe nas Baamas, inclusive numa companhia de investimento controlada pela família real saudita e pelo Banco Internacional Saudita.

Contudo, não foi somente através de bancos estrangeiros, companhias financeiras e de seguros cativos, que muitas das ilhas procuraram se tornar paraísos fiscais. Tome-se a Jamaica por exemplo. Desde a independência política, todos os seus governos têm declarado que o investimento estrangeiro tem importante papel a desempenhar no desenvolvimento da economia. No regime do PNP (Partido Nacional Popular), para uma mudança de linha, o governo afirmou que favoreceria somente os investimentos que atendessem os objetivos nacionais. Com o mes-

mo propósito, o governo aprovou uma lei de incentivos industriais, que garantia nove anos de isenção de impostos às indústrias de utilidade local que, além de outros benefícios, produzissem efeitos favoráveis sobre o emprego. Também desenvolveu uma área de zona franca no país.

Nessa área, onde operam somente estrangeiros, toda uma série de incentivos é oferecida. Para a produção industrial, são oferecidos 100% de isenção de impostos sobre os lucros e com caráter de perpetuidade. E para os empreendimentos comerciais, total isenção de imposto de renda sobre lucros provenientes de exportação.

O aumento do emprego e da receita em divisas são as vantagens geralmente apontadas como razão principal para o desenvolvimento de zonas francas. Contudo, há atualmente 16 companhias operando na Zona Franca da Jamaica e empregando menos de 500 pessoas. E houve até denúncia de que duas dessas empresas estariam pagando menos que o salário mínimo, embora no acordo esteja estipulado que isso não é permitido. Informações provenientes de fontes locais explicam que essas irregularidades estão sendo corrigidas.

O novo governo trabalhista declarou que sua política econômica seria baseada no sistema do "mercado livre". Isto significa que o governo não só apoiará investimentos estrangeiros em suas fábricas como também o estabelecimento em grande escala de companhias estrangeiras. Em recente discurso, o Ministro da Indústria disse que os homens de negócios norte-americanos deveriam considerar a Jamaica como uma escolha possível para suas operações internacionais, o que é uma boa indicação dessa tendência.

Todos os que defendem projetos estrangeiros falam das vantagens de aumento de empregos. No Caribe, entretanto, tais proje-

tos não alteraram seriamente a situação, sobretudo porque muitos dos projetos já levam consigo o seu próprio pessoal. E, como não pagam impostos, os governos acabam por não se beneficiarem. Tome-se, por exemplo, o caso da *Tanganyika Concessions*, uma grande companhia mineira que tem interesses em madeira e terras na África, Austrália e Canadá. Possui também uma ferrovia na África e é a maior acionista individual da *Union Minière*, uma companhia belga de investimentos em minas. Suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de Londres, mas é sediada nas Baamas, onde, é claro, não paga impostos. Seus acionistas pagam taxas sobre seus dividendos, caso não vivam em um paraíso fiscal, mas os lucros não distribuídos da companhia são absolutamente isentos de qualquer imposto.

Do exemplo acima, depreende-se com clareza que os paraísos fiscais não geram, basicamente, grandes benefícios para a maioria do povo das ilhas. Uma das formas mais eficazes dos governos arrecadarem dinheiro para a melhoria dos serviços sociais e o desenvolvimento de infra-estruturas locais é a cobrança de impostos. Como eles não são cobrados, a economia das ilhas está distorcida. Além disso, é muito tênue a linha divisória entre a diferença de evitar-se legalmente o pagamento de impostos e a evasão ilegal. O escândalo que se verificou nas Baamas, no qual esteve envolvido Robert Vesco, demonstra esse fato.

Muitas operações clandestinas, que não podem ser enquadradas nos padrões regulamentados das operações empresariais nos países desenvolvidos, são realizadas nos paraísos fiscais. A filosofia dessa política faz parte da idéia de que a base da economia da região tem que ser o capital estrangeiro. A contrapartida dessa idéia está na realidade da pobreza da maioria dos povos daquelas ilhas. □

A invasão sul-africana

Um plano político-militar tenta mudar a correlação de forças na África Austral e a tendência anti-apartheid

Esteban Valenti

Enviado especial de cadernos a Luanda

Os blindados e as tropas de infantaria motorizada do regime racista de Pretória invadiram o território de Angola no dia 23 de agosto passado, na mais vasta operação militar contra esse país desde a sua independência, em 1975. A agressão inaugura uma nova etapa da confrontação na África Austral, com importantes repercussões no quadro internacional.

A invasão — mantida ainda no fechamento desta edição, em meados de setembro — foi preparada ao longo de vários meses, tanto no plano militar como no campo da política interna, com diversos movimentos políticos e diplomáticos desencadeados pelo regime de Pieter Botha.

Quarenta e cinco mil homens foram concentrados na fronteira entre a Namíbia e Angola; esquadrilhas de caças-bombardeiros foram transferidas para as bases militares sul-africanas sediadas na Namíbia, como também para aeroportos civis. Os vôos de reconhecimento sobre território angolano, os ataques e as incursões de comandos numa vasta zona alcançaram particular intensidade nas semanas anteriores à invasão.

As tropas regulares da África do Sul foram reforçadas para a operação com o efetivo do "Batalhão 32" (mercenários brancos e africanos e da União Nacional



O poderio da máquina militar sul-africana lançou-se sobre o sul de Angola

para a Independência Total de Angola, Unita) adestrado e armado pelos sul-africanos.

No plano diplomático, as vias do ministro de Relações Exteriores da África do Sul aos Estados Unidos e suas reuniões com o secretário de Estado Alexander Haig e com representantes do Pentágono não serviram somente para "troca de opiniões sobre política exterior", como afirmaram os comunicados oficiais. Algo muito mais grave estava sendo preparado como as fotos posteriores comprovaram.

Não foi um passeio

A 23 de agosto, toda a força destrutiva da poderosa máquina

militar sul-africana lançou-se sobre as populações da província fronteiriça do Cunene, os acampamentos da Organização Popular do Sudoeste Africano (Swapo) e as tropas das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (Fapla) instalados no sul do território angolano.

Onze mil homens, equipados com canhões autopropulsados de 155 mm e de 88 mm de fabricação norte-americana, tanques pesados *Centurion* (ingleses) de 50 toneladas, veículos blindados *Panhard* (franceses), *Ferret* e *Sarracen* (ingleses) e *Patel* (israelenses), penetraram em duas colunas, com eixos de ataque na direção de Catequero e Xangongo, importante nó de comunica-

ções e onde está a ponte sobre o rio Cunene, que divide esta província da de Huila.

Nos primeiros dias a aviação sul-africana realizou mais de 30 incursões e bombardeios com aviões *Mirage FL* (franceses), *Impala MK2* (italianos) e *Bucaneer* (ingleses). As colunas blindadas eram apoiadas taticamente por helicópteros providos de canhão *Alouette II*, de fabricação francesa.

A primeira e amarga comprovação do alto comando sul-africano foi a de que o "passeio" que haviam preparado — a ocupação das posições-chaves da província de Cunene e a destruição dos acampamentos da Swapo em toda a região — em poucas horas transformou-se em uma complexa operação militar, devido à resistência das Fapla. Na capital da província, Ngiva, por exemplo, os angolanos enfrentaram os assaltos e intensos bombardeios durante seis dias.

A superioridade aérea em uma região constituída fundamentalmente por savanas de vegetação rala, com sérias dificuldades para o aprovisionamento das tropas e da população, teve, sem dúvida, um papel importante em todas as operações bélicas.

Uma semana após o início da invasão, as tropas da África do Sul fizeram 700 mortos entre civis e militares e ocuparam praticamente todo o território da província do Cunene (90 mil quilômetros quadrados e uma população de mais de 200 mil pessoas).

Terra arrasada

A ocupação desta zona prosseguia em meados de setembro, apesar dos comunicados propagandísticos de Pretória que falavam em retirada. Os sul-africanos iniciaram na área obras de fortificação e, sobretudo, disseminaram milhares de minas antipessoais e anticarros.

Nos primeiros quatro dias de luta, Angola denunciou mais de 103 violações do seu espaço aéreo em vôos de reconhecimento e de bombardeio sobre as localidades de Xangongo, Cahama, Cuvela, Tchamutete, Kivete, Porto Alexandre e Tchimbemba.

As destruições eram imensas. Xangongo e Cahama foram riscadas do mapa. Outras populações correm o perigo de serem arrasadas. A obra das bombas de 500 quilos, dos foguetes e canhões de 30 mm da aviação sul-africana, foi completada pelas cargas explosivas dos sapadores, aplicando rigorosamente uma política de terra arrasada. Com amargura, um dirigente de zona do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) comentava, diante da destruição de tantos esforços e sacrifícios, que somente lhes faltava cobrir de sal os campos para terminar sua obra devastadora.

As operações militares não se restringem à área do Cunene (por si mesma já de extraordinária importância), e à ocupação de posições-chaves nesta província, mas buscam estender-se fundamentalmente à província de Kuando-Kubango, ameaçando a cidade de Mavinga e a capital de Menongue.

O simples relato das operações e a mais elementar avaliação das forças que Pretória pôs em movimento evidenciam que não se trata de uma simples "operação punitiva" contra a Swapo, e sim uma busca de objetivos muito mais vastos, complexos e perigosos.

Condenação mundial

Como escreveu o presidente angolano José Eduardo dos Santos ao Secretário-Geral das Nações Unidas, existe o perigo real da ampliação do conflito, o que teria "imprescríveis consequências". O Conselho de Ministros de Angola anunciou, em 4 de setembro, que tinha sido aberto o

precedente para que se recorresse ao artigo 51 da Carta da ONU, que faculta a intervenção de terceiros países em defesa de um Estado agredido.

Até o final desta edição todos os combates tinham a participação exclusiva de angolanos. Se as forças aliadas de Angola (Cuba, os países progressistas africanos, a URSS e os países socialistas) participassem diretamente dessa guerra, o quadro regional seria agravado extraordinariamente e aumentariam as tensões a nível mundial.

A resposta internacional, à nova e perigosa aventura sul-africana, foi de uma amplitude sem precedentes. Às esperadas declarações de respaldo a Angola e repúdio à invasão de parte de todos os países africanos, assim como de governos socialistas e não-alinhados, somou-se praticamente a unanimidade dos governos da Europa Ocidental (com exceção de Londres). O isolamento diplomático e político de Pretória atingiu os seus mais altos níveis.

No Conselho de Segurança, somente o veto dos Estados Unidos e a abstenção da Grã-Bretanha impediram uma condenação unânime da África do Sul. Na Assembléia-Geral da ONU, convocada para discutir a independência da Namíbia, a delegação sul-africana foi expulsa por 117 votos a favor, 22 contra e 6 abstenções.

Bases para a Unita

Apesar do repúdio geral, a África do Sul prossegue sua aventura no território angolano, desafiando, uma vez mais, a opinião pública internacional. E isto torna obrigatória a pergunta: um preço político tão alto corresponde somente a uma tentativa de adiar a independência da Namíbia e destruir os acampamentos da Swapo?

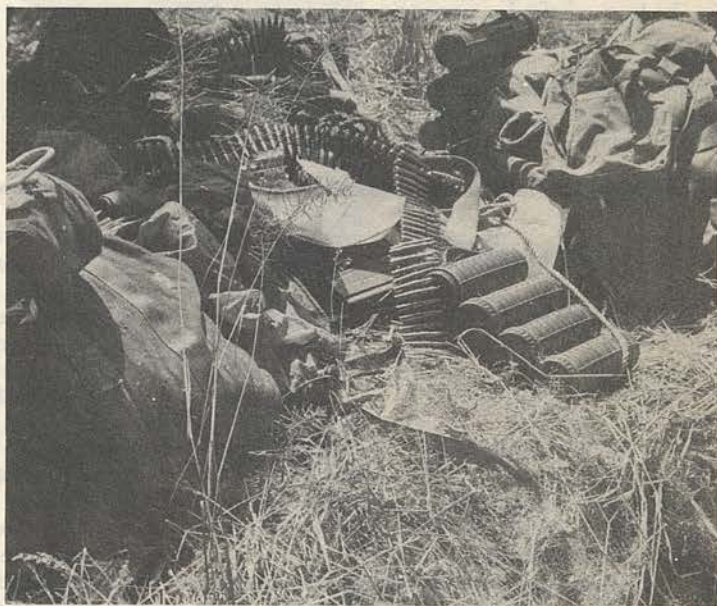
O plano político que impulsiona o avanço da infantaria mo-

torizada de Pretória é de grande alcance. A real proposição é a de eliminar qualquer possibilidade de aplicação das resoluções da ONU, em especial a 435/78, sobre a independência da Namíbia, ocupando militarmente todas as zonas destinadas à desmilitarização. A importância do território da Namíbia, seus 824 mil quilômetros quadrados e suas reservas extraordinárias de urânio, diamantes e outros minerais, não são suficientes para explicar as dimensões do plano sul-africano.

A África do Sul propõe-se a modificar radicalmente as tendências em toda a África Austral (e no continente inteiro), golpeando Angola, país que ocupa as primeiras posições na defesa da independência da Namíbia e que representa um modelo próprio, original, mas profundamente revolucionário, de transformações pós-coloniais. Pretória pretende, dessa maneira, dar um golpe duríssimo nos países da Linha de Frente (grupo anti-apartheid integrado por Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) e nos movimentos de libertação. E, de maneira geral, em todo o movimento que luta pela independência da África.

Para cumprir estas metas pretende instalar em território angolano, de forma estável, os fan-toches da Unita. Nos últimos anos as Fapla derrotaram tentativas sucessivas de instalação de bases permanentes da Unita em território angolano, tirando de Jonas Savimbi toda credibilidade interna e externa.

Movimento pró-sul-africano, a Unita jogou suas cartas em Angola, não somente em oposição ao governo do MPLA-Partido do Trabalho, mas também procurando exarcebar os conflitos raciais e tribais, explorando as divisões fomentadas ao longo dos séculos pela dominação colonial portuguesa. A política de criação de uma consciência e de uma identidade nacional, que impul-



Material de guerra sul-africano abandonado no campo de batalha (foto acima). A devastação, o pesado ônus da agressão

sionou o primeiro governo independente de Angola, sob a presidência de Agostinho Neto e hoje por José Eduardo dos Santos, forçou a Unita a intensos esforços para aprofundar as divisões étnicas.

Mas as populações do sul de Angola vêem a Unita ligada umbilicalmente à África do Sul, movendo-se como parte de um novo projeto colonial de Pretória. E isto a administração Reagan

deverá ter em conta nas suas tentativas de desestabilizar, a qualquer preço, o governo de Luanda. Nesse esforço de minar a solidez do governo angolano, a Casa Branca já havia dirigido uma mensagem ao Congresso pedindo a anulação da "Emenda Clark", dispositivo aprovado em 1975, no calor dos escândalos de Watergate, que proibia a CIA desenvolver atividades clandestinas contra o governo de Angola.

A intenção americana era instalar um governo fantoche da Unita em território angolano, protegido pelo exército de Pretória, o que explica a globalidade do plano sul-africano.

Na África do Sul, os setores mais radicais e racistas pretendem modificar radicalmente as tendências atuais em toda a região e romper o processo de derrotas que culminou na independência do Zimbábue em 1980 e isolou progressivamente o regime racista.

Os sul-africanos estão conscientes, como reconheceu o general Lloyd, chefe das tropas de ocupação da Namíbia, que um plebiscito neste país daria um apoio nunca menor que 60% à Swapo. Mas são conscientes, sobretudo, de que este é o penúlti-

mo ato do drama, e que nele está em jogo o último e mais dramático elo da corrente: 3,5 milhões de sul-africanos brancos dominam uma população de 18 milhões de negros. Não está somente em discussão o seu domínio racial, seu odioso regime do *apartheid*, mas também o sistema econômico e o modelo de desenvolvimento da África do Sul.

As suas minas de ouro, carvão, bauxita e cobre funcionam sobre os ombros de centenas de milhares de negros que recebem salários miseráveis e vivem em condições sub-humanas.

Esses elementos expressam a periculosidade e a complexidade da situação. Objetivos tão ambiciosos, se não contassem com o apoio dos Estados Unidos e com o seu veto no Conselho de Segu-

rança da ONU, correriam o risco de serem isolados em toda a África e em boa parte do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos e parte da Europa quiseram deixar marcado o seu apoio à África do Sul. Um apoio que vai muito além da simples cobertura diplomática na ONU, pois este é expresso também a nível econômico e militar.

Esta perspectiva é que dá ao conflito no sul de Angola uma gravidade e importância extremas. Nessa guerra estão em jogo a independência da Namíbia, a paz e a tranquilidade para as martirizadas populações do sul de Angola, a independência de todos os países da região, os direitos inalienáveis de 18,5 milhões de africanos, oprimidos pelo *apartheid* e, além disso, a paz e a segurança internacional. □

“Camaradas, atingimos o Impala”

□ O “Jornal de Angola” publicou uma crônica do seu enviado especial ao sul do país, na qual se descreve a derrubada, pelas forças armadas angolanas, de um caça-bombardeiro sul-africano do tipo Impala MK2.

“Reunidos em conversa debaixo de uma árvore — conta o repórter — vimos de repente o reluzir brilhante de um avião que na extremidade das asas transportava dois reservatórios de combustível bastante visíveis, que pareciam dois grandes mísseis.

Era um Impala MK2 da força aérea sul-africana, que, proveniente do lado direito de onde estávamos, viajava na nossa direção. Numa questão de segundos, o avião baixa de altitude. O soldado que se encontrava perto grita: ‘Todos ao chão, vai atirar’. Ouvimos uma explosão muito perto de nós e logo a seguir, o disparo de dez roquetes, um dos quais alvejou uma pequena árvore situada a dez metros do local em que nos encontrávamos deitados.”

“Com o coração na mão” — prossegue o repórter — vimos o Impala virar verticalmente a quase 90 graus. Entretanto, as baterias antiaéreas já tinham começado a fazer fogo em duas direções, procurando atingir igualmente um Mirage, que nós não tínhamos percebido.

Depois de várias tentativas para bombardear a nossa posição, pois as baterias faziam uma forte barragem em ‘tiro cruzado’, os dois aviões se dispersaram, para logo voltarem cada um do seu lado, tentando enganar os artilheiros, e descarregar a sua mortífera carga.”

Escreve o repórter: “Ouvimos os canhões abrirem fogo quase em conjunto no pequeno espaço aéreo onde os dois aviões inimigos tinham acabado de realizar um ‘cruzamento a quatro asas’. Um deles começa a pegar fogo. É o Impala MK2, que continua se aproximando do chão. A fumaça envolve já esse avião, e o vemos continuar seu vôo descendente sem registrar a mínima tentativa de correção. Alguns segundos depois, o avião desaparece por detrás das árvores que nos ocultam a visão do local da queda, no seu vôo de pique para a morte. Um estrondo, um forte estrondo, acompanha a grande coluna de fumaça cinzenta que começa a elevar-se para o céu. ‘Camaradas, atingimos o Impala’ — grita o soldado que aperta a sua metralhadora. Um grande sorriso se estampa na cara negra coberta de poeira.” □

Bond contra Mobutu

A crise econômica, a corrupção e a medíocre administração do país podem levar a uma mudança de poder

Gabriel Omotozo

Acuado por uma profunda crise econômica, o governo do presidente Mobutu Sese Seko se depara com o fantasma de frentes adversárias que ameaçam sua estabilidade.

Em abril passado, seu primeiro-ministro, Nguza Karl I Bond, pediu asilo na capital belga, para onde havia viajado a fim de visitar sua esposa, hospitalizada em Bruxelas. Após um período de avaliação, Bond lançou, em 30 de junho, uma nota pública na qual sugeria a derrubada de Mobutu. Traçou um quadro catastrófico da economia, da corrupção e da repressão que caracterizam a vida atual no Zaire.

"Era preciso (no passado) um poder forte, porém não a ditadura, a intolerância nem o imobilismo", disse. Em seguida, ofereceu-se para salvar a pátria apresentando-se como candidato presidencial às eleições de 1984 ou "antes, caso seja necessário". Ao mesmo tempo, a Igreja divulgava uma Carta Pastoral que continha uma profunda denúncia ao regime do general Mobutu e exigia mudanças políticas e estruturais. (Ver quadro).

"O guia da revolução" — como o presidente gosta de ser chamado — sabe que Bond não é um inimigo desprezível. Tentando silenciá-lo, intimou a Bélgica, que tem 20 mil cidadãos e grandes investimentos e interesses em sua ex-colônia, a restringir as atividades políticas de Bond, caso con-



Mobutu: estabilidade ameaçada

trário romperia relações diplomáticas com Bruxelas. Com tal atitude conseguiu limitar as declarações de seu ex-primeiro-ministro à imprensa, porém não poderá impedir que Bond atue sigilosamente.

Relações instáveis

As relações entre estes dois homens passaram por lances curiosos. Bond fez uma carreira vertiginosa sob o regime do general Mobutu, que tomou o poder em 1965. Mas Bond pertence à etnia lunda, predominante na província de Shaba, onde houve levantes populares que foram sufocados quando tropas aerotranspor-

tadas da França, Bélgica e Marrocos chegaram ao país em auxílio de Mobutu.

Quando do primeiro levante, Mobutu suspeitou do envolvimento de Bond, então seu ministro de Relações Exteriores e seu porta-voz. O presidente mandou detê-lo e condená-lo à morte. Em seguida, perdoou-o e promoveu sua reabilitação reempossando-o no mesmo cargo. Imediatamente promoveu Bond para primeiro-ministro, convertendo-o no segundo homem do governo. O exílio e a postura de Bond como adversário de Mobutu encerraram, por enquanto, esta estranha parábola.

Os observadores políticos identificam Bond como o zairense que goza de maior confiança entre as potências dominantes do Ocidente, que veriam com bons olhos a substituição de Mobutu por ele. Após as ofensivas desencadeadas pela Frente de Libertação Congoleza contra a ditadura, em 1978 e 1979, ficou claro que Mobutu estava sentado sobre um vulcão e que a economia estava em ruínas. As grandes potências ocidentais compreenderam que o Zaire e, em especial, a riquíssima província de Shaba (ex-Congo) poderiam empreender o caminho da libertação, alterando a política mineira do país, caso a situação não fosse remediada.

Poucos países têm para as potências capitalistas industrializadas a importância do Zaire, grande produtor de minerais críticos e estratégicos. Isto possibilitou a Mobutu conseguir o apoio dessas potências (em particular dos Estados Unidos, Bélgica e França) para "salvar" a economia nacional, à beira da bancarrota.

O artífice desta operação de "salvamento", que colocou o Zaire sob o controle do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi precisamente Bond. Sua eficiência e obediência às receitas prescritas pelo FMI valeram ao primeiro-ministro o reconheci-

O saque organizado

□ O presidente da Conferência Episcopal, Monsenhor Kaseba, leu na Catedral de Nossa Senhora do Zaire, em Kinshasa, uma carta pastoral de condenação ao regime do general Mobutu.

Vindo de uma entidade tão cautelosa como a Igreja, este pronunciamento institucional é um documento importante para se avaliar a situação do país. Face à tradicional prudência eclesiástica, pode-se deduzir que a "declaração do Comitê Permanente dos Bispos do Zaire" não radicalizou, mas empregou uma linguagem moderada.

A Carta Pastoral foi lida em 28 de junho, mas somente um mês depois foi difundida no exterior. Eis alguns trechos mais expressivos:

No capítulo "Grave desconhecimento do homem" denuncia que, "sob nenhum pretexto, a administração dos poderes públicos pode obstruir sistematicamente a realização das aspirações fundamentais e legítimas de todos. Pelo contrário, estes direitos básicos deveriam ser assegurados: eliminação da miséria que nos oprime; garantia de emprego estável; existência da comida necessária; ausência da exploração do homem; boa assistência médica; ausência de condições que ofendam à dignidade; ofertas de estudo aos jovens, condições para sua boa educação e garantias para seu futuro". Segundo os bispos, nenhum desses direitos vigora no país.

"Quando haverá um pouco de bem-estar? Enquanto o aguardamos, vivemos uma exploração sem precedentes, um saque organizado em proveito do estrangeiro e de seus representantes, enquanto a maioria do povo está submetida à miséria.

Não terá chegado o tempo em que se atue de maneira que o povo zairense seja o primeiro beneficiário das riquezas de seu solo e subsolo?

Devemos recordar à consciência de cada um e a cada grupo que (...) os povos fazem sua própria história e só ao povo zairense compete fazer a sua. Seus amigos estrangeiros não podem substituí-lo, como também não deveriam saquear nosso solo e subsolo, ficando com a 'parte do leão'.

A difícil situação global por que passa nosso país deveria alertar a todos sobre eventuais situações críticas que possam surgir entre os zairenses, frequentemente tentados a se refugiar por trás da cortina de fumaça do tribalismo e do regionalismo. Deveriam apresentar uma frente unida para se opor às forças da desintegração.

Sabe-se de casos de sequestros, de prisões arbitrárias, de perseguições e ainda de torturas, para não se falar de roubos e de outras degradações.

Há queixas fundadas contra os tribunais. Haverá o dinheiro imposto seu domínio em todas as partes?

Não esqueçamos outras pressões a que são submetidos os juízes e demais magistrados. Quem pode pagá-las obtém a impunidade."

mento de seus interlocutores ocidentais.

Mesma ideologia

Sob o ponto de vista ideológico, não há diferenças substanciais entre os dois personagens. Ambos são partidários de um modelo cujos alicerces são as empresas transnacionais e tentam liderar uma reduzida burguesia negra. No entanto, Mobutu é um ditador que usou o poder para criar uma fortuna pessoal incalculável, cercando-se de funcionários corruptos. E mais: nem sequer é capaz de administrar com eficiência os bens públicos. Bond, pelo contrário, tem uma imagem de competência e de seriedade, mas não estava em condições de

desafiar o poder de Mobutu no interior do país. A solução foi optar pelo exílio e esperar uma oportunidade.

Os representantes dos interesses ocidentais tiveram de aceitar a curto prazo esta situação. Se não recebesse ajuda urgente, o país entraria em falência total e o perigo da desagregação nacional voltaria a rondar. Teria, então, chegado a hora de Mobutu, mas em semelhante situação sua sucessão poderia escapar ao controle daqueles interesses. Assim, os dirigentes ocidentais preferiram ajudar o regime de Mobutu a superar sua instabilidade e, em 24 de junho passado, o FMI concordou em ampliar sua ajuda: concedeu ao regime de Kinshasa um empréstimo de um bilhão de

dólares que se tornará efetivo num prazo de três anos.

Esta medida implica uma dependência ainda maior do Estado e funciona como um incentivo para que as empresas transnacionais realizem novos investimentos no país. O FMI justificou sua decisão declarando que o governo (em virtude da política instrumentada por Bond) estava cumprindo com seu compromisso de começar a pagar as dívidas. No entanto, é óbvio que se trata de uma justificativa. A verdade é que houve a intenção política das potências que manejam o FMI de salvar o regime daquele país.

Entretanto, os economistas ocidentais não acreditam que a atual administração consiga uma



Em 1980 a taxa de crescimento econômico foi negativa. Em 1981 a previsão é a de que ela será nula

recuperação produtiva. O panorama é sombrio. No ano passado a taxa de crescimento econômico foi negativa (entre um a dois por cento a menos) e tudo indica que em 1981, no melhor dos casos, o crescimento seja nulo.

Recuperação difícil

Em consequência da estagnação do campo, estima-se que este ano seja necessário importar alimentos num valor de 500 milhões de dólares. A dívida externa, calculada em aproximadamente seis bilhões de dólares, é excessiva em relação às possibilidades de exportação que, em 1978, representaram 925 milhões de dólares. Além disso, os preços de alguns dos produtos de exportação

mais importantes do Zaire — principalmente o cobre e o cobalto — estão muito baixos.

Assim, o apoio oferecido a Mobutu pelo FMI e pelas potências ocidentais deve ser visto como necessário nesse quadro, e não como uma garantia de sustentação do regime a longo prazo e sem condições. Neste sentido, a insurreição de Bond como aspirante formal à presidência introduz um novo fator no sistema zairense, uma vez que ele se coloca como uma alternativa a Mobutu que convém ao Ocidente.

Talvez Bond espere que as potências ocidentais obtenham as garantias necessárias que lhe permitam concorrer às eleições de 1984. É difícil conceber-se esta possibilidade uma vez que ao

longo de seus 16 anos de ditadura o general-presidente liquidou, sistematicamente, todos os seus rivais. É mais provável que devido à deterioração do regime de Mobutu, os aliados que Bond ainda tem no interior do governo afastem o ditador, levando-o à presidência. É bem possível que por trás do exílio de Bond e de sua proclamação pública estejam incluídas promessas secretas e um plano de ação cujo primeiro passo exigiria a fuga do primeiro-ministro.

O tempo se encarregará de esclarecer as dúvidas que envolvem estes acontecimentos. Porém, já pode-se dizer que o outrora inatingível general Mobutu contempla nuvens negras em seu horizonte. □

O povo tamil quer a autonomia

A intransigência governamental agrava as tensões e pode provocar choques cada vez mais violentos com a minoria de origem indiana

Narinder Koshla

Durante os últimos meses aconteceram no Sri Lanka fatos violentos e conflitos políticos envolvendo a minoria tamil. Os observadores temem que se repitam os cruéis levantes vividos pela ilha em 1957 e em 1977.

Durante o mês de agosto, grupos de origem tamil que habitam regiões onde predominam os singaleses — que constituem a maioria nacional — sofreram ataques, incêndios e roubos. O governo adotou medidas de emergência, incluindo o toque de recolher e a lei marcial. Os excessos foram contidos, mas não se eliminou a tensão e nem se evitou a repetição de numerosos incidentes.

Este problema tem velhas raízes, mas foram dois os recentes estopins: primeiro, os incidentes de Jaffna, uma cidade tamil no norte da ilha, onde um grupo guerrilheiro atacou um posto policial, matando vários agentes. O governo obrigou o exército e a polícia a intervirem, ambas as corporações integradas predominantemente por singaleses e, portanto, vistos como símbolo da opressão pela população de origem tamil. A repressão ocorreu em fins de junho, foi intensa e aumentou o mal-estar regional.

O segundo fato aconteceu no mês seguinte e foi um ato sem precedentes na história constitucional: o partido governante do



Sri Lanka emitiu um voto de desconfiança parlamentar contra o líder da oposição, que é precisamente o chefe do partido tamil.

Uma medida inédita

Em nenhum congresso do mundo tinha sido adotada anteriormente uma medida semelhante. Este passo arbitrário provocou inúmeras críticas e ironias, pois o líder da oposição não necessita ter a confiança do governo, mas das suas próprias bases. Além da inédita moção, este epi-

sódio reflete o agravamento das relações entre o governo e o povo tamil, que representa 22% dos 15 milhões de habitantes do Sri Lanka.

O Partido Nacional Unido (PNU) governa a ilha desde as eleições de 1977, e é uma formação de centro-direita orientada pelo presidente Junius Jayewardene. Em consequência do sistema eleitoral vigente (inspirado no britânico) em cada circunscrição elege-se um deputado por maioria simples, ao invés do sistema proporcional. Neste,

quando um partido triunfa por uma boa porcentagem de votos, adquire um controle quase que total sobre o parlamento.

O PNU recebeu 142 das 168 cadeiras. O Partido da Liberdade, de tendência progressista, cuja líder é a ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike, e os demais grupos opositores conseguiram poucos assentos. Dentro da oposição, a Frente de Libertação Tamil (Tulf), por ser o que mais cadeiras obteve, conquistou para o seu chefe o título de líder da oposição.

A população de origem tamil, que provém da Índia, concentra-se nas províncias do norte e do leste da ilha. É uma minoria étnica e cultural cuja autonomia não é aceita pelo governo central. O problema também é de ordem econômica. O povo tamil afirma que uma das formas de discriminação utilizada contra ele é o da pouca aplicação dos fundos estatais nas suas províncias, as mais pobres do país.

Traição à pátria

A negativa dos diversos governos que se sucederam em Colombo em atender suas reivindicações levou o Tulf a assumir uma posição separatista. A meta fixada é a criação de um Estado independente — o Tamil Eelam —, mas seus métodos não são violentos. Em compensação, a juventude tamil se sensibiliza mais com os grupos que desejam conquistar a independência pela via armada. Um deles foi o autor do ataque ao posto de polícia de Jaffna.

O governo repele energicamente a posição separatista e apresentou um programa de descentralização através das instâncias municipais e regionais, o que concederá um maior poder de decisão local à população tamil. O Tulf aceita sua aplicação, mas o considera insuficiente. Appapillai Amirthlingam, líder da Frente Tamil, visitou a Índia e os Esta-



As províncias onde vive o povo tamil são as mais pobres do país

dos Unidos, em sua campanha de respaldo à secessão.

Denunciou em sua viagem a situação do povo e, segundo o governo, exortou a Índia a apoiar concretamente a constituição do Tamil Eelam, assim como o governo de Nova Déli respaldou militarmente a separação de Bangladesh do Paquistão.

O regime do PNU considerou as ações de Amirthlingam como traição à pátria. Foi esse o pretexto usado no congresso para apresentar a moção de desconfiança, que foi votada em 24 de julho e aprovada por 121 votos a favor e nenhum contra: os deputados da oposição se abstiveram de participar de um debate onde não se concedeu a palavra a Amirthlingam.

Por outro lado, foi significativo o fato de que vários membros do Parlamento, que são figuras proeminentes do gabinete, não tenham participado da votação, apesar da ordem partidária, sugerindo a discordância em relação à medida.

Ainda que absurda, a decisão permitiria ao governo tirar de Amirthlingam os privilégios concedidos ao líder da oposição: um automóvel oficial, uma residência e passaporte diplomático.

Mas a preocupação maior foi com a interpretação de alguns patrocinadores da moção. O regime atual — disseram — deveria modificar-se, fazendo com que a eleição do líder da oposição fosse feita pelo Parlamento, controlado pelo oficialismo. Outros "falcões" singaleses pronunciaram-se por sanções para os partidários da separação. Ou seja, condena o tamil que manifestar sua reivindicação nacional.

Os analistas não acreditam que se chegue a tais extremos, mas assinalam que o governo deu provas de que poderá empregar sua esmagadora maioria sem reflexão. Ações como a desta proposta não fazem senão jogar lenha na fogueira do descontentamento tamil. □

O retorno dos bonzos

A tolerância do governo permite que o povo se reencontre com suas tradições religiosas

Maria Fialho

Na estrada que vai de Phnom Penh a Kompong, nosso guia pára repentinamente o carro. Ao longe, à nossa esquerda, um pagode no meio do campo. Ao seu lado, um teto de palha apoiado em pilares de madeira protege do sol e da chuva vários meninos: é uma escola. À nossa direita, atrás das árvores, a aldeia de Prektaten.

O templo budista é grande. Chegando mais perto notamos sua fachada bastante destruída e perfurações de balas. Mas ao menos este pagode restou, coisa que não se pode dizer de muitos outros, atualmente em ruínas.

Os seguidores de Pol Pot destruíram seu teto original para substituí-lo por um de estilo chinês. Mas o pagode ali está com cerca de 30 fiéis que entregavam suas oferendas ao bonzo. É o oitavo dia da lua e por esta razão eles levavam suas ofertas ao templo. Nos outros dias, os bonzos com sua cesta na mão, mendigando, percorrem as estreitas ruas do povoado.

Nos bons tempos, o pagode de Prektaten tinha vinte bonzos. Um núcleo considerável para um povoado tão pequeno. Atualmente não restam mais que qua-



tro; o resto morreu ou desapareceu. A casa dos monges, nos informaram, foi completamente destruída, tal como a escola do lugar. Nenhuma das duas pôde escapar da fúria destruidora dos khmer vermelhos de Pol Pot. Quando estes foram expulsos em 1979, construiu-se um local para a escola, onde antes viviam os bonzos, à sombra do pagode.

O budismo é a principal religião tradicional no Campúchea, e antes de 1975 influía sobre 85% da população. Durante o período de 1975-1979, sob o regime de Pol Pot e seus khmer vermelhos, tudo que dizia respeito à religião foi destruído sistematicamente. Bonzos e monges, que naquele momento somavam 82.000, isto é, um por cento da população, viram-se obrigados a se unir a milhões de khmers concentrados nas "comunas" primitivas, para trabalhar a terra. Os pagodes foram transformados em depósitos para os produtos agrícolas ou em prisões, onde torturavam e executavam os opositores do regime. Muitos deles, construídos ao longo de gerações com a ajuda dos aldeões, foram simplesmente destruídos.



Os bonzos retornam a Prekhaten e reabrem o pagode aos fiéis: a tradição é mantida

Liberdade religiosa

Quando, em 1979, as tropas vietnamitas entraram no Campúchea e derrotaram o regime de Pol Pot, os campucheanos começaram a regressar às suas terras de origem, numa marcha lenta e angustiante para suas casas, suas famílias, seus amigos.

Os habitantes de Prekhaten que sobreviveram, reencontraram-se e reuniram-se em grupos de solidariedade. Chegaram quatro bonzos que, a partir deste momento, começaram a reconstruir o pagode para reabri-lo aos fiéis. E esta cena se repete em outros lugares. Novamente surgem nos povoados ou ao longo das estradas os bonzos, mendigando o alimento de cada dia, como manda a tradição.

Uma vez terminada a colheita da estação seca, os camponeses preparam-se para a cerimônia das flores. Vimos nos pagodes flores artificiais feitas de notas (dinheiro) oferecidas pelos fiéis para ajudar a reconstrução.

A nova administração campucheano de Heng Samrin afirmou sua vontade de garantir a liberdade religiosa, um elemento tão importante da cultura khmer. Segundo o Conselho da Revolução Popular, em 1980 foram restaurados 3.000 pagodes para fins religiosos, 500 bonzos retornaram à vida clerical e foram ordenados 1.500 noviços.

A atitude da nova administração é mais de tolerância do que de estímulo. Há muitos meses foi promulgado um decreto que fixa, de agora em diante, a idade

de 50 anos como a autorizada para quem quiser transformar-se em monge. Esta atitude foi justificada pela necessidade de mobilizar todas as forças produtivas para a reconstrução do país.

Enquanto isso, com o tempo e as novas colheitas, a população atravessa esta primeira fase de sobrevivência retomando as velhas tradições religiosas.

A tradição diz que os camponeses devem entrar no pagode de camisa branca e calça negra. Pouco a pouco os vemos chegar respeitando o hábito tradicional. Os que não possuem as roupas tradicionais vestem-se com a roupa diária, todos com as suas superstições e a esperança de que o fantasma de Pol Pot, que ainda paira sobre o bosque, cesse um dia sua ameaça. □

A aliança mundial contra a agressão

Mais de 250 governos e organizações políticas se reúnem em Trípoli pressionados pelo avanço da estratégia belicista de Reagan. Da Coreia ao Líbano, do sul de Angola ao Golfo de Sirtre, as agressões se multiplicam, desafiando a unidade e a resistência dos povos

Neiva Moreira

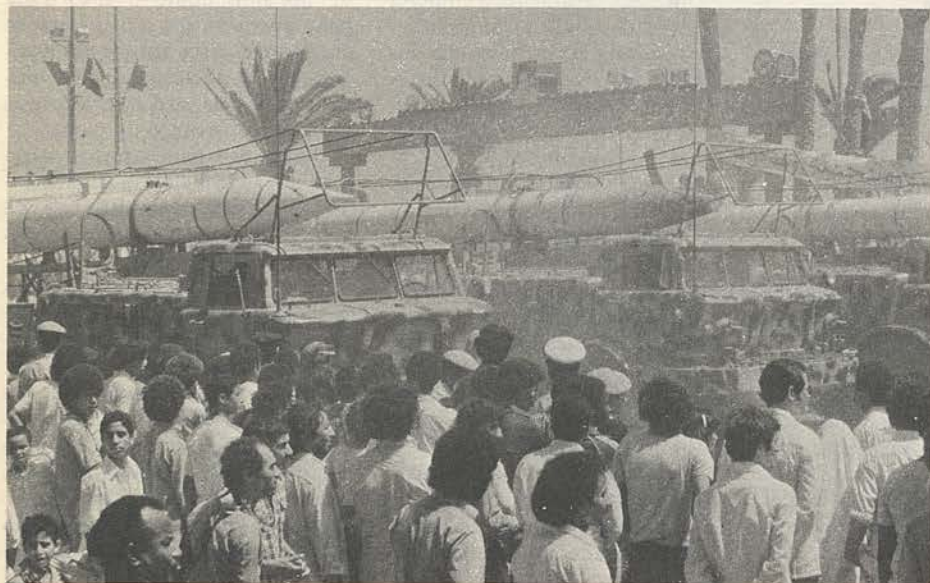
Os dias que antecederam às comemorações do 1º de Setembro – 12º aniversário da revolução líbia – foram movimentados e por vezes tensos. A violação das águas e dos céus líbios pelos barcos e aviões da frota dos Estados Unidos transformou essas comemorações em um momento de reafirmação nacional líbia e árabe, como também, em um acontecimento de repercussão mundial. Também outros fatos

contribuíram para aumentar a temperatura política dessa área decisiva do Mediterrâneo e o mais grave deles foram as revelações da imprensa norte-americana sobre o complô da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), para assassinar o coronel Khadafi.

Nos meios oficiais líbios as revelações da revista *Newsweek* não causaram surpresa. Desde maio, os seus serviços de inteli-

gência tinham conhecimento do plano e haviam tomado suas contra-medidas. De qualquer modo, era um tema que contribuía para radicalizar as posições.

O quadro internacional revelava, por igual, um agravamento das tensões na região. A decisão de Reagan de fabricar a bomba de nêutrons provocou na Europa e na bacia do Mediterrâneo, mesmo entre os amigos dos Estados Unidos, uma reação de



Os mísseis na parada militar do dia 1º de setembro, na Praça Verde, em Trípoli

indignação e perplexidade. Uma bomba que mata as pessoas e preserva as coisas — as casas, as fábricas, as pontes etc — não pode ser considerada uma conquista tecnológica da arte da guerra, e sim um artefato genocida de extrema crueldade. Na Europa há um clamor contra a fabricação da bomba de nêutrons e também uma crescente preocupação pela instalação nos seus países de 571 supermísseis tipo *Pershing*, capazes de atingir a União Soviética, mas, também, de provocar represálias sobre os países europeus.

Governos e organizações políticas e populares estão pressionando os Estados Unidos a aceitar a proposta para que os países europeus se reúnam urgentemente procurando fórmulas de deter a corrida armamentista, pois teme-se que essa gigantesca acumulação de armas conduza a uma guerra.

Provocações nos quatro cantos do mundo

O que ocorreu nos últimos dias, em lugares separados por milhares de quilômetros, revela



O presidente Didier Ratsiraka

que os preparativos militares dos Estados Unidos não são casuais nem isolados; ao contrário, são elementos de uma política belicista que recoloca o mundo no caminho de uma conflagração generalizada. Quando a frota norte-americana realizava provocações deliberadas no golfo de Sirtre — que é território integrante do Estado Líbio, internacionalmente reconhecido — aviões da mesma nacionalidade violavam a fronteira das duas Coreias para realizar tarefas de espionagem contra os norte-coreanos.

Os acontecimentos no Líbano e em Angola não estão fora desse contexto. Dependendo política,

econômica e militarmente dos Estados Unidos, Israel jamais se aventuraria a uma ofensiva como a que realizou no sul do Líbano e contra Beirute, se não contasse com o aval prévio da Casa Branca. De nenhum modo, também, a ofensiva de 45 mil soldados sul-africanos contra Angola teria sido desencadeada, não estivesse Pretória segura do apoio de Reagan. O veto norte-americano à unânime condenação na ONU a essa agressão comprovou a cumplicidade do governo de Washington com os racistas sul-africanos.

Assim, a bomba de nêutrons, a agressão à Líbia, as provocações contra a Coreia do Norte, a ofensiva no sul do Líbano e a invasão a Angola não podem ser consideradas isoladamente, mas como desdobramentos de uma estratégia mundial, elaborada nos Estados Unidos.

A Conferência de Trípoli

A Conferência de Solidariedade com o Povo Líbio, que se realizou nesses dias em Trípoli, não se limitou, assim, a condenar o ataque à baía de Sirtre. Ela alargou suas vistas para uma aná-

A Líbia se transforma

O povo da Líbia comemorou o 12º aniversário da sua revolução nacional em um clima de preocupação pelas ameaças e agressões externas, mas de euforia pelos logros alcançados.

Além das transformações institucionais, com evidentes avanços no processo de participação do povo no poder, são notórios os progressos nos demais campos.

“A Líbia é um canteiro de obras”, nos dizia o deputado José Frejat, que acaba de visitar Trípoli. “Sim, se pode dizer que é uma nação rica, tem muito petróleo, mas outros países também têm e seus governantes estão cada vez mais opulentos e os seus povos cada vez mais pobres. Na Líbia, o dinheiro do petróleo sai dos poços e vai direto ao povo”, acentuou.

O plano quinquenal 1975-1980 foi realizado com êxito. Um investimento superior a cinco bilhões de dólares ampliou consideravelmente o parque industrial. Na semana do aniversário da revolução foram inauguradas 75 obras básicas, incluindo os portos de Massara e Zwara. Mais de 45 fábricas estão na fase de acabamento e outras 46 em início de obras. A produção petroquímica aumentou notavelmente, como também a de cimentos, que passou de 233.000 toneladas para 2.900.000, por ano. Mas também foi importante o incremento em outras áreas. A produção de sapatos passou de 38.000 pares, em 1975, para 4.000.000 em 1980, e a de leite de 8,5 milhões de litros para 29,9 milhões.

Os líbios estão convencidos de que a agressão norte-americana se destina, fundamentalmente, a destruir sua experiência revolucionária, que se constitui num “mal exemplo” na região.

lise global dessa indisfarçável ofensiva estratégica, através da qual o Pentágono tenta intimidar os que resistem, para melhorar suas posições políticas e militares em uma escala mundial. "Já não se pode considerar a ação imperialista como um mito. Suas provocações são reais", declarou nessa reunião Didier Ratsiraka, presidente de Madagascar.

O mais importante da conferência foi, sem dúvida, a sua representatividade e a clareza com que os acontecimentos foram analisados. Mais de 250 representantes de governos, partidos, organizações populares e revolucionárias, mais de mil delegados procedentes de quase 90 países, estiveram reunidos durante quatro dias ouvindo as declarações que se faziam no imenso recinto do Congresso do Povo, de Trípoli, ou discutindo, trocando experiências, consolidando a unidade internacional contra a agressão.

Muitos desses delegados encontraram dificuldades para chegar a Trípoli, outros tiveram que superar pressões. Daniel Ortega Saavedra, dirigente sandinista e membro do governo da Nicarágua, disse que foi advertido —



"Nosso povo é antiimperialista", afirmou Daniel Ortega

não mencionou diretamente Washington mas deixou patente que a iniciativa partiu do governo dos Estados Unidos — de que não deveria viajar à Líbia. "Esqueceram-se que nosso povo é antiimperialista e já não existe mais Somoza", afirmou na sua intervenção.

A assembléia foi eminentemente política e de nenhuma

maneira marcada pelo militarismo ou belicismo como tentam fazer crer as análises das transnacionais da comunicação. Não foi um encontro de organizações guerrilheiras. Havia representação de movimentos armados, como a Frente de Libertação Moura, das Filipinas, ou a Frente Democrática de El Salvador e a Frente Unitária das Organizações Armadas Guatemaltecas. Mas também estavam presentes delegações de partidos nacionalistas islâmicos e até conservadores, como alguns representantes do Sudão, assim como vários movimentos populares do Golfo Árabe, dirigentes de partidos e organizações democráticas da Europa e Estados Unidos. O denominador comum era o espírito de libertação política e econômica e a consciência de que essa meta não pode ser alcançada a não ser através de uma confrontação organizada contra o imperialismo.

Foi o caráter pluralista dessa conferência que lhe deu maior importância e lhe reforçou a representatividade. Mais ainda: embora tenha sido uma demonstração de apoio aos líbios, na sua resistência à agressão, transcen-

Apoio a Angola

A conferência internacional de Trípoli, considerando a atual escalada belicista, sumamente grave, seguida de múltiplas agressões, invasões e tentativas de ocupação perpetradas na região sul da República Popular de Angola por tropas do regime racista da África do Sul com a cumplicidade da administração norte-americana decide:

1) Expressar sua indignação e condenação a esta agressão de tipo nazista, assim como às permanentes agressões de que é vítima o Estado independente e soberano da República Popular de Angola. Considera que estas ações constituem uma flagrante violação do direito internacional, como também das resoluções e da carta das Na-

ções Unidas. Elas são a expressão do desprezo à opinião pública mundial e à comunidade internacional, constituindo-se em uma séria ameaça de guerra generalizada na África Austral e ameaça à paz mundial;

2) Renovar sua solidariedade com os povos de Angola e da Namíbia, vítimas da agressão e invasão pelo regime do *apartheid*; renovar, ainda, sua admiração e reafirmar seu apoio ao heróico povo de Angola, desejoso de paz, assim como à sua vanguarda revolucionária: o MPLA — Partido do Trabalho, por sua firme posição internacionalista na África do Sul, por sua luta junto ao povo da Namíbia no seu justo combate pela independência nacional;

3) Insistir no sentido de que sejam tomadas medidas imediatas e enérgicas por parte da comunidade internacional para pôr fim, sem demoras, à tentativa de ocupação do território, violando a

deu esses limites para representar um esforço de unidade e de organização na luta pela autodeterminação dos povos.

O caloroso apoio a Angola e Palestina esteve no centro dos debates. A conferência reclamou uma solidariedade "moral, política e material à República Popular de Angola no combate que trava pela liberdade, paz e justiça na África Austral e no mundo". "Nenhuma pessoa no mundo poderá sentir-se livre enquanto um só palestino continue exilado ou oprimido", declarou pela sua vez o conhecido pensador francês Roger Garaudy, que assim exprimia o ponto de vista geral da conferência. "É um dever sagrado lutar pelo direito dos palestinos", disse ele ainda.

No caminho certo

Os líbios se colocaram nesse contexto. No seu discurso de abertura da conferência, o coronel Muammar Khadafi acentuou que o seu povo considerava essencial o apoio internacional que estava recebendo, porque isso lhe dava a segurança de que estava no caminho certo. Definiu



Jallud defendeu o direito da Líbia de apoiar a luta de libertação dos povos

a linha política da revolução líbia como um esforço de "viver em um clima de paz, de segurança, de estabilidade, para consagrar todos os esforços à conquista do progresso através da via pacífica". Mas advertiu: "O povo líbio deseja exercer uma soberania total sobre todas as suas potencialidades, suas riquezas, para instaurar livremente um verdadeiro sistema democrático fun-

do sobre o poder popular direto."

Já no seu discurso de encerramento, o comandante Abdel Salam Jallud, o segundo na hierarquia líbia, analisou amplamente a situação internacional e os deveres de todos os povos e organizações amantes da paz na luta contra a guerra e o respeito aos direitos das nações. Jallud acusou o governo de Washington de "uma conduta abjeta", ao tramar um complô para matar o coronel Khadafi. "Esquecem que cada líbio é hoje um Khadafi", disse. E acrescentou ainda que a Líbia é contra o terrorismo e não o apóia. Porém, de nenhuma maneira, Trípoli pode aceitar a "doutrina Reagan" de que toda luta nacional em favor da libertação se equipara ao terrorismo. "A Líbia não renuncia assim ao dever revolucionário de apoiar a luta de libertação dos povos, com temor de que Reagan lhe acuse de estar respaldando o terrorismo", assinalou Jallud.

Um centro de luta

A idéia da solidariedade foi ainda mais definida no discurso

soberania inalienável da República Popular de Angola, agressão que se perpetra em cumplicidade com as forças ocidentais que fazem parte do chamado Grupo de Contato (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, República Federal da Alemanha e Canadá), transformando-se num verdadeiro genocídio em relação às populações independentes do sul deste país soberano, membro da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não-Alinhados;

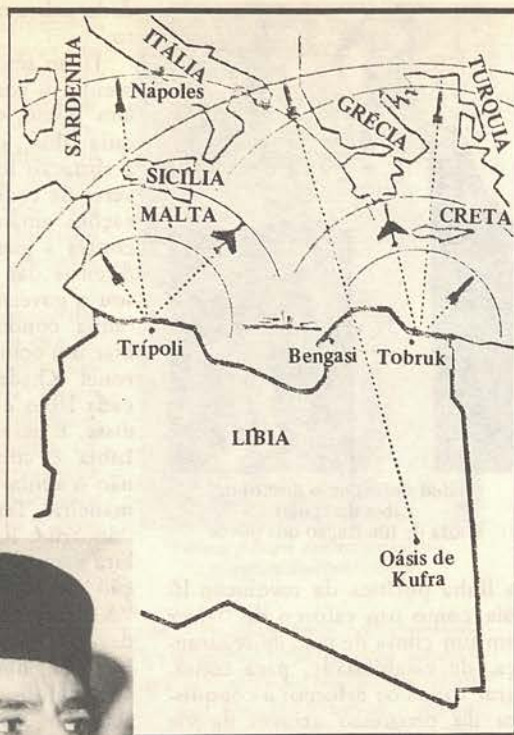
4) Reafirmar seu apoio total à Swapo, único e legítimo representante do povo da Namíbia em sua luta por uma independência nacional verdadeira; solicitar a imediata aplicação da Resolução nº 435/78 das Nações Unidas como base internacional para a independência do país, ilegalmente ocupado pelo regime do *apartheid*; rechaçar como inaceitáveis e arrogantes as pretensões de Pretória referentes a um hipotético "direito de

perseguição" no interior do território angolano contra os combatentes da Swapo;

5) Destacar que na luta contra a ofensiva atual do imperialismo — conduzida por um escravo da militarização e da agressão contra os povos, tanto em Angola como na África Austral, Líbia, Líbano, no Oriente Médio e na região do Golfo Árabe, no sudeste asiático e na América Latina — a cooperação crescente, a solidariedade mútua e a unidade de ação das forças patrióticas, democráticas, antiimperialistas e pacifistas em todo o mundo são de grande importância e significação;

6) Fazer um urgente chamado a todas as forças nacionais, democráticas e antiimperialistas representadas na conferência internacional de Trípoli para assegurar sua solidariedade moral, política e material com a República Popular de Angola no combate comum pela liberdade, a justiça e a paz na África Austral e em todo o mundo.

Os foguetes de tipo intercontinental exibidos na parada militar em Trípoli poderiam alcançar as bases da Otan na Itália, Grécia ou Turquia. Porém, nas palavras de Khadafi não havia um tom belicista e sim uma advertência aos aliados dos EUA que as agressões à Líbia que partissem dos seus territórios poderiam originar represálias. O mapa assinala o alcance desses foguetes.



de Khadafi na abertura da Conferência. Ele disse que, fiel à posição líbia de “defender a liberdade onde quer que seja e em retribuição à solidariedade internacional que está recebendo, o povo líbio aceitará, por sua vez, se lhe for solicitado, que a Yamahiriya se converta em um centro de resistência internacional contra o colonialismo, o imperialismo, a reação vil sob todas as formas”.

É evidente que essa é uma decisão de importância mundial, mas que se destina a provocar, igualmente, uma ampla controvérsia. Quais são os seus alcances e os seus limites?

O fato de que essa imensa assembléia de povos possa funcionar e que iniciativas políticas isoladas possam ser conjuntamente analisadas e reciprocamente apoiadas, já é um fato importante. Deve-se tomar em conta que só uma pequena parte dos participantes está engajada em processos armados e que a sua maioria, ao contrário, busca vias pacíficas e formas de luta política para a conquista da sua independência, da sua autodeterminação e do direito ao progresso dos seus povos. Também foi destacado o clima de unidade interárabe da reunião, um fator de estímulo à união de todo movimento progressista mundial.

A demonstração de força líbia

Não teria sido essa, sem dúvida, a declaração de Khadafi que provocou nesses dias decisivos maior impacto internacional, sobretudo na Europa, e sim a sua alusão à capacidade militar das

forças armadas líbias de poder dirigir operações de represálias contra as bases da Otan no sul da Europa. Já de si o desfile militar do dia 19 de setembro pode ter sido a maior demonstração de força já realizada no Oriente Médio e no Mundo Árabe. Mais de 20 mil soldados de infantaria, de pára-quedistas, de infantas da marinha, de tropas especializadas, de batalhões de mulheres, precederam um desfile de artilharia e de blindados, além de modernos aviões de combate, que surpreendeu a todos. Mais de dois mil blindados e carretas de artilharia passaram diante das tribunas, foguetes de enorme porte, tanques pesados, canhões de grosso calibre e artefatos cobertos que aguçavam a curiosidade dos observadores, sobretudo dos ocidentais.

Os líbios, sempre ciosos de seus avanços tecnológicos e militares, não tomaram dessa vez — a não ser cobrindo com grossas lonas, capazes de resistir às fotos dos satélites norte-americanos, alguns artefatos mais sofisticados — medidas especiais para evitar que o seu poderoso armamento fosse visto. Ao contrário, quem quis o fotografou ou recenseou soldado por soldado e tanque por tanque. Era como se quisessem dizer aos norte-americanos ou a seu aliado Anuar Sadat: “Venham que terão a resposta”.

Muitas pessoas nas tribunas se perguntavam se aqueles jovens soldados e aviadores saídos das tendas do deserto, beduínos ou filhos de beduínos, seriam capazes de usar com eficácia um material tão moderno. No fundo, havia um resquício de racismo antiárabe nessa dúvida. Mas o fato concreto é que ali estavam, manobrando aqueles tanques imensos, dos mais variados modelos, e conduzindo foguetes do tipo intercontinental, sem que um só deles, um só soldado daquela enorme força em desfile fosse de outra nacionalidade senão árabe.

Brasil: anticolonialismo

O deputado Haroldo Sanford, vice-presidente da Câmara de Deputados e presidente da delegação brasileira ao Congresso de solidariedade com o povo líbio e às comemorações do Dia da Revolução leu, na tribuna do Congresso do Povo, uma declaração em que se manifestava a "solidariedade, simpatia ao povo líbio e ao governo chefiado pelo coronel Muammar Khadafi no momento em que a Líbia é vítima de agressões políticas, econômicas e, agora, militares". Ao mesmo tempo exaltava os seus esforços "em fa-



Haroldo Sanford

vor da verdadeira autonomia política e da libertação econômica e social".

Na declaração se abordava a crise internacional, assinalando: "Nosso povo se preocupa com a atual situação internacional dominada pelas ameaças à paz mundial". Afirmava ainda: "E acompanha com profunda inquietação recentes fatos, como as manobras da esquadra norte-americana nas costas da Líbia, no golfo de Sirtre, o recrudescimento da agressão israelense no sul do Líbano e a invasão de Angola pela África do Sul." Acrescenta que esses acontecimentos são mecanismos "de uma política agressiva e perigosa para a paz mundial e visam a que se perpetue no mundo o colonialismo e o neocolonialismo."

Em declaração à imprensa, o deputado Sanford pontualizou que "o Brasil é um país antiimperialista, que defende a causa da libertação dos povos e da justiça social e condena toda agressão".

A delegação brasileira estava assim composta: Partido Democrático Social (PDS), deputados Haroldo Sanford (Ceará), Ubaldo Barém (Mato Grosso do Sul), Emídio Perondi (Rio Grande do Sul); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), deputados Francisco Pinto (Bahia), José Carlos Vasconcelos (Pernambuco), Iranildo Pereira (Ceará), e deputado estadual José Queiroz (Pernambuco); Partido Democrático Trabalhista (PDT), deputados Genival Tourinho (Minas Gerais), José Frejat (Rio de Janeiro) e ex-deputado Neiva Moreira (Maranhão); Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Cechinel (Santa Catarina); Partido Popular (PP), deputado Milton Figueiredo (Mato Grosso).

Na grande manifestação popular que encerrou as comemorações do 1º de Setembro, Khadafi pode ter dado a chave para que se entenda o "descuido" da indiscrição na apresentação do seu armamento. Advertiu aos países do Mediterrâneo cujos governos permitem que seus territórios sejam usados como base de agressão — Itália, Grécia, Creta, Turquia — de que o braço armado dos líbios poderá alcançá-los.

E estariam plenamente justificados pelo fato de que é de suas bases que saem os navios e aviões norte-americanos para provocar os líbios e atacar o seu

território. A repercussão da advertência em toda a bacia do Mediterrâneo demonstrou que ela foi eficaz. Afinal, os sicilianos ou os turcos nada têm contra os líbios e por isso mesmo o que menos lhes interessa é ser uma plataforma norte-americana para as suas provocações no mar Mediterrâneo.

Os acontecimentos de Trípoli, como na Coréia, no Líbano ou em Angola, revelam que a temperatura internacional está em ascensão. Exigem, também, que cada homem e cada mulher no mundo exerça sua influência, grande ou pequena, para deter essa onda de insanidade, esse vento de belicismo irresponsável

que, de novo, sopra da Casa Branca. O líder da OLP, Yasser Arafat, fez uma dramática exposição sobre os riscos da guerra e convocou o mundo a unir-se contra o holocausto atômico.

A presença de tantos governos e organizações nessa conferência — mesmo aquelas que defendem outros modelos políticos e de organização do Estado que não os da revolução líbia — comprova que os povos tomam consciência de que sua paz está em perigo e que só através da uma mobilização de todos, organizada e militante, será possível impedir uma nova guerra. Enfim, uma estratégia de resistência popular organizada.

GRANDE PROMOÇÃO

DA

editora terceiro mundo Ltda.

Adquira a coleção encadernada da edição brasileira dos cadernos, do nº 24 ao 29, o guia do terceiro mundo edição 1981 e faça uma assinatura da nossa revista.

Envie-nos diretamente o seu pedido, preenchendo o cupom abaixo, acompanhado de cheque ou vale postal e endereçando-o à:

editora terceiro mundo Ltda

Rua da Glória, 122 – Gr. 105
20241 – Rio de Janeiro – RJ

cadernos do
**terceiro
mundo**

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.360,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 700,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.200,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Preparando novas batalhas

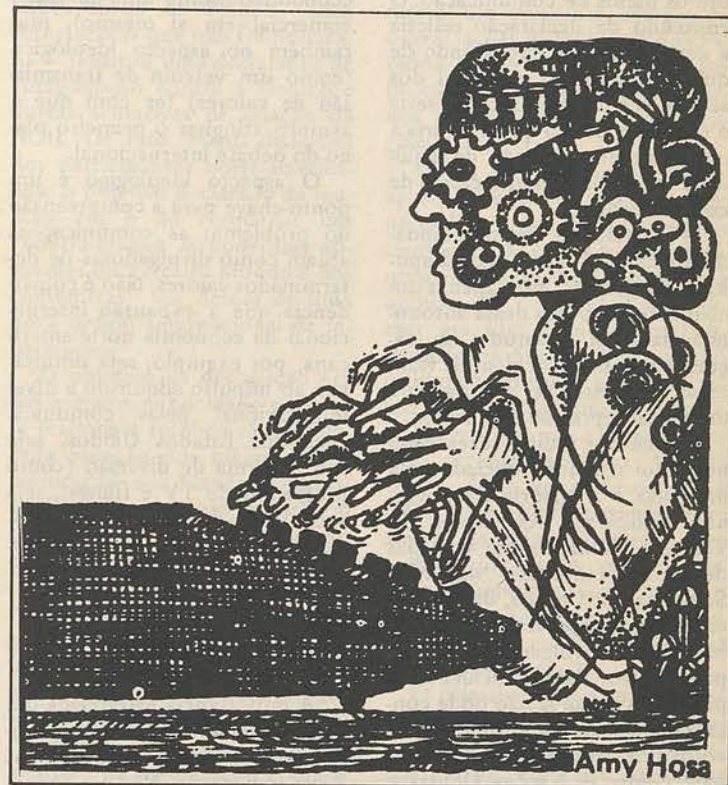
Em nome da "liberdade de imprensa", os monopólios da comunicação combatem a reivindicação do Terceiro Mundo de maior democracia e igualdade no campo da informação

Phil Harris

Foram estabelecidas, mais uma vez, novas frentes de combate na "guerra da informação" deflagrada nos últimos anos em torno da reivindicação do Terceiro Mundo de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII). Em Tailleres, na França, em reunião realizada em maio desse ano, com presença predominante de profissionais dos meios de comunicação ocidentais, definiu-se nitidamente uma posição de linha "dura": foi aprovada uma declaração que critica veementemente as atividades da Unesco no campo da informação.

Esse ataque não é, porém, novidade. Suas raízes datam de 1976, quando setores da imprensa ocidental reagiram energicamente contra o que consideravam como tentativas das forças antiocidentais de controlar a liberdade de imprensa. A partir desse momento, porta-vozes da grande imprensa ocidental atacaram violentamente os esforços dos países do Terceiro Mundo em estabelecer maior igualdade e democracia na ordem internacional de informação. Em particular, investiram contra a Unesco, no seu papel de principal fórum do debate sobre a informação internacional e as questões ligadas à comunicação.

As nações ocidentais se opunham principalmente ao projeto de declaração sobre os meios de comunicação, apoiado pelo Terceiro Mundo. Um dos seus artigos pedia o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelos conceitos racistas ou belicistas divulgados eventualmente pelos



meios de comunicação de massa sob a sua jurisdição. Esse projeto de declaração foi redigido para ser apresentado na Conferência Geral da Unesco, realizada em Nairóbi, no outono de 1976. Tratava-se, porém, de apenas um dos componentes da campanha do Terceiro Mundo para desmantelar as barreiras que enfrenta, a nível internacional, no campo da informação. Os países subdesenvolvidos tinham constatado que, mesmo após sua independência política, o fluxo de

notícias, tanto para dentro como para fora de seus países, continuava sendo controlado e dominado por umas poucas organizações da imprensa do mundo desenvolvido, cujos interesses tomavam visivelmente rumos diferentes (e muitas vezes contrários) aos do Terceiro Mundo.

Ataques venenosos

Foi esse domínio do fluxo internacional da informação por

parte de poderosas organizações que deu força à campanha para reestruturar a ordem existente. Era de se prever, portanto, uma reação imediata e, às vezes, violenta por parte dos interesses ocidentais que muito tinham a ganhar com a manutenção do status-quo.

A gota d'água para o Ocidente foi o projeto de declaração sobre os meios de comunicação. O conteúdo da declaração refletia a certeza do Terceiro Mundo de que a autonomia nacional dos seus meios de comunicação seria o elemento básico que o levaria a conseguir uma posição de igualdade no sistema internacional de comunicações.

A questão da "responsabilidade do Estado" não era uma apologia da censura, mas apenas um elemento na busca dessa autonomia nacional. Contudo, as nações capitalistas ocidentais viam nisso o ponto de partida para uma total repressão à imprensa.

Violento, e muitas vezes venenoso, foi o ataque iniciado pela imprensa e a maioria dos governos ocidentais. As nações do Terceiro Mundo foram acusadas de meros "fantoques" da União Soviética e a Unesco, de incentivar o controle governamental da imprensa e divulgar informações panfletárias. Para o Ocidente, o problema é que já não pode contar com sua antiga supremacia de votos nos organismos internacionais como as Nações Unidas e suas organizações associadas (ver editorial nesta edição). O rápido aumento da participação do Terceiro Mundo nessas organizações internacionais significava que já não se poderia automaticamente prever que fossem tomadas decisões favoráveis ao Ocidente.

Ao contrário, depois de décadas de subserviência e dependência, as nações do Terceiro Mundo estavam começando a encontrar uma postura comum a nível internacional e seu objetivo declarado era fazer com que essa

vantagem redundasse em benefício de seus próprios povos.

Isso acontecia tanto no campo das comunicações como no debate internacional mais amplo a respeito das relações entre os países ricos e países pobres (por exemplo, na Unctad e nos diálogos Norte-Sul). No entanto, a importância crucial das comunicações, não apenas no sentido econômico (como uma operação comercial em si mesmo), mas também no aspecto ideológico (como um veículo de transmissão de valores) fez com que o assunto atingisse o primeiro plano do debate internacional.

O aspecto ideológico é um ponto-chave para a compreensão do problema: as comunicações atuam como divulgadoras de determinados valores. Não é coincidência que a expansão internacional da economia norte-americana, por exemplo, seja simultânea ao impulso adquirido a nível internacional pelas comunicações dos Estados Unidos, seja sob a forma de diversão (como programas de TV e filmes), seja sob a forma de informação (*Associated Press*, *UPI*, *Time*, *Newsweek*).

Contra o monopólio

A importância estratégica das comunicações é bem compreendida pelos países poderosos e daí a sua indignação. Não era apenas o monopólio das comunicações que estava sendo ameaçado, mas também sua dominação internacional econômica e política.

As nações ocidentais lançaram-se, então, ao ataque. E, em Nairóbi, com um misto de ameaças e pressões, esmagaram o que, a seu ver, seria um desastre iminente. A conferência decidiu adiar a decisão sobre a minuta da declaração até a próxima Conferência Geral da Unesco, em 1978, em Paris, onde seria apresentada uma nova versão. Em troca, reconhecendo o funda-

mento de algumas queixas do Terceiro Mundo, o Ocidente ofereceu um pacote de "assistência": ajuda financeira aos meios de comunicação do Terceiro Mundo e ampliação do programa de formação de jornalistas. Essa estratégia destinava-se a assegurar a influência ocidental nos meios de comunicação do mundo subdesenvolvido.

Na realidade, sob o disfarce de "ajudar" a melhorar sua capacidade de informação, eles reforçaram o sistema existente de influência e controle. Quando a Conferência Geral da Unesco voltou a discutir a questão em 1978, foi aprovada por consenso uma versão bastante diluída do projeto inicial. Os observadores mais ingênuos pensaram que, com o consenso alcançado, o problema havia sido solucionado.

De fato, durante algum tempo, após a reunião de Paris, a relativa falta de cobertura da imprensa ocidental sobre o debate levaria a pensar que o assunto já tinha sido superado. Como se explica então que, como um Fênix, toda a questão da informação, do controle e liberdade de imprensa, do papel da Unesco e dos meios de comunicação alternativos do Terceiro Mundo, tenha ressurgido das cinzas e tomado dimensão ainda maior?

Campanha internacional

Nos últimos meses, foi lançada uma campanha bem planejada para desacreditar as contínuas tentativas do Terceiro Mundo de criar uma Nova Ordem Internacional de Informação (NOII). Mais uma vez, como em 1976, as principais organizações da imprensa ocidental estão fazendo circular comentários venenosos contra todos os esforços favoráveis à criação da NOII, assinalando como principais inimigos a Unesco, o *Pool* das Agências de Notícias dos Países Não-Alinhados e a agência de notícias IPS-

Terceiro Mundo (*Inter Press Service - Third World*).

Dois principais (mas nem por isso únicos) fatores podem ser identificados e talvez expliquem o retorno às armas. O primeiro, tem sua origem na Conferência Geral da Unesco de 1976. O segundo inspira-se na reativada agressividade internacional dos Estados Unidos após a eleição de Ronald Reagan.

A Comissão Mac Bride

Em 1976, a Conferência Geral da Unesco em Nairóbi decidiu criar uma comissão internacional para estudar a questão da informação e das comunicações, conhecida como "Comissão Mac Bride", em homenagem a seu presidente, Sean Mac Bride, Prêmio Nobel da Paz. Os outros membros foram escolhidos entre profissionais dos meios de comunicação e de outras atividades, com a finalidade de se obter uma ampla representatividade geográfica.

Depois de quase quatro anos de trabalho, o relatório final da Comissão (intitulado "Muitas vozes, um só mundo") foi apresentado na Conferência Geral da Unesco de 1980, em Belgrado. Apesar das controvérsias, o relatório foi aceito, porém rapidamente esquecido.

A Comissão havia proposto a criação de um organismo internacional para coordenar o desenvolvimento das comunicações. Desde então, esse organismo tomou forma e, com o nome de Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações (PIDC), foi formalmente constituído. Sua criação, porém, representa uma das razões para os novos ataques do Ocidente à NOII. A "linha dura" do Ocidente, invocando o tradicional e sacrossanto princípio da liberdade de imprensa viu no PIDC uma tentativa de regular as comunicações internacionais.

No. 37 - Setembro - 1981

Na reunião realizada em Taillores, na França, em maio deste ano, com a presença predominante de profissionais dos meios de comunicação ocidentais (e alguns convidados do Terceiro Mundo cuidadosamente selecionados) foi montado o cenário para outra grande confrontação.

Da reunião, realizada apenas três semanas antes do encontro em que seriam discutidos os detalhes finais do PIDC - uma coincidência que não foi por acaso - resultou uma declaração de antagonismo contra a Unesco e outras tentativas de criação da NOII. De fato, como disse um dos participantes norte-americanos, o objetivo declarado da reunião era o de coordenar um "contra-ataque às poderosas atividades do Terceiro Mundo e dos comunistas" em defesa de uma nova ordem internacional de informação.

O objetivo da declaração era dar a maior publicidade possível (e realmente recebeu uma destacada atenção dos meios de comunicação nos Estados Unidos) ao descontentamento do Ocidente com os esforços da Unesco no campo da comunicação.

E, embora reconhecendo "certas falhas no atual sistema global de comunicação", a NOII foi atacada, praticamente por unanimidade, como uma tentativa soviético-terceiromundista de "legitimar o controle governamental" da informação e abalar o respeito à liberdade de imprensa ocidental.

Chantagem

A reunião de Taillores e seu tom nitidamente político estão em estreita ligação com o segundo fator mencionado: a agressividade de Reagan. Como sustenta o editorial da nossa revista, a política de Reagan com relação às principais organizações intergovernamentais internacionais parece marcada por uma espécie de

chantagem, que consiste na ameaça de retirada da ajuda financeira a essas organizações, caso ultrapassem os limites defendidos pelos norte-americanos.

Em Taillores, esse tipo de chantagem tornou-se claro quando alguns representantes das organizações norte-americanas de informação propuseram que o Ocidente se retirasse coletivamente da Unesco. E, nos últimos meses, um crescente número de organizações de imprensa dos Estados Unidos e da Europa têm procurado convencer seus governos a pressionarem a Organização.

Como se fosse um incidente aparentemente isolado, mas que na realidade faz parte da mesma campanha, as conexões das organizações das Nações Unidas com a agência IPS - *Third World*, foram atacadas num editorial do *Washington Star* de 29 de junho último, distribuído pela *Associated Press* a nível mundial. O artigo sugeria que não é conveniente que organizações das Nações Unidas dêem apoio financeiro à IPS - *Third World* para divulgar, através da agência, artigos sobre o desenvolvimento, pois, segundo o *Washington Star*, "a IPS é uma instituição privada que muitos jornalistas consideram parcial contra o Ocidente".

O primeiro round da luta entre a imprensa ocidental e a Nova Ordem Informativa foi encerrado, afinal, em Paris, em junho deste ano. Na reunião convocada para pôr o PIDC em funcionamento, os dois lados opostos concordaram com o lançamento do Programa, estabelecendo suas linhas gerais de operação.

Contudo, a maioria dos países ocidentais mostrou relutância em atender os pedidos de contribuição financeira para o programa e são bastante claras as indicações de que, caso as coisas não ocorram ao gosto de Reagan e os seus aliados, serão feitos todos os esforços para evitar que a NOII se torne uma realidade. □

Comunicações para o desenvolvimento

Na ilha de Malta é lançada uma Fundação Internacional com o objetivo de promover um fluxo mais equilibrado de informação entre os povos

Muita cobertura tem dado a imprensa, nos últimos anos, ao debate sobre a criação de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII) e, em particular, a dois dos principais protagonistas desse debate: de um lado, a coalisão das principais organizações ocidentais de notícias e, de outro, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Com brilhantes editoriais e emotivos títulos, muitos órgãos ocidentais de informação têm feito campanhas, muitas vezes venenosas, contra quaisquer esforços para a criação da NOII que, receiam eles, poderá vir a diminuir o seu atual domínio no campo da informação.

No entanto, o lançamento, em 18 de julho de 1981, de uma nova Fundação Internacional para promover a difusão de informações voltadas para o desenvolvimento e para apoiar a criação da NOII, foi acolhido com pouco ruído.

Conhecida como Codev — “Comunicação Para o Desenvolvimento” — essa Fundação internacional pode muito bem vir a merecer maior atenção, à medida em que continue a desenrolar-se o debate sobre a NOII. Pode acontecer também que a Codev venha a ser reconhecida como uma importante iniciativa progressista no campo da informação internacional, para aparar os ataques dos que se opõem à reestruturação dos fluxos de infor-

ciações internacionais e à eliminação dos desequilíbrios da informação.

A Codev, que foi lançada em Valletta (Malta), é uma resposta aos crescentes descontentamentos com o que seus fundadores chamaram de “as muitas deficiências do atual estado de coisas da informação”.

Os principais objetivos da Codev são o de promover um fluxo mais equilibrado de comunicação entre os povos e, em particular, entre os setores da sociedade tradicionalmente negligenciados pelos sistemas existentes, e o de estimular o aumento da informação voltada para o desenvolvimento.

Reconhecendo a diversidade de formas pelas quais as pessoas compreendem a realidade e o vasto leque de valores culturais dos povos, a Codev compromete-se em seguir o princípio do pluralismo nas comunicações. Para a Fundação, as comunicações são o meio pelo qual as pessoas podem com maior clareza compreender reciprocamente as suas condições materiais, seus valores e suas aspirações.

Com o fim de contribuir para o estabelecimento da NOII que, no dizer dos fundadores da Codev, deveria resultar “em benefício dos povos de todos os países”, a Fundação dirigirá suas atividades para a criação e fortalecimento de vínculos de comunicação direta entre e dentre as sociedades do Terceiro Mundo e também entre estas últimas e as

do industrializado Norte. Além disso, em comum com os que apoiam a criação da NOII, a Codev encara a comunicação como parte essencial do processo de desenvolvimento, “como uma função social e não como uma mercadoria”.

A preocupação da Fundação em promover um fluxo mais equilibrado de comunicações e com a abertura de canais de comunicação para aqueles a quem o acesso a ela é normalmente negado, reflete-se no encorajamento que dá à criação e difusão de sistemas alternativos de comunicação.

Reconhecendo que os meios de comunicação existentes são geralmente usados para a transmissão de informações a audiências passivas, a Codev argumenta que muitas das pessoas atuantes no processo de desenvolvimento são ignoradas na sua qualidade de fornecedoras em potencial de informação. Como exemplo, a Codev cita as associações de mulheres, de jovens e de consumidores, os grupos religiosos, os sindicatos, os movimentos cooperativistas, as organizações camponesas, os grupos ecológicos e as associações profissionais.

Para a Codev, tais grupos tornar-se-iam participantes ativos do processo da comunicação, através do incremento de sistemas alternativos de comunicação. A Fundação acredita, também, que esses sistemas alternativos possam ajudar a revitalizar for-

mas tradicionais de comunicação, o que não significa desconhecer a importância do uso apropriado das tecnologias mais modernas.

No que diz respeito ao conteúdo da informação, a Codev observa que os meios de comunicação existentes dão grande ênfase às notícias isoladas. Embora reconhecendo a importância do relato fático dos acontecimentos, a Fundação pretende encorajar os comentários mais aprofundados sobre os processos latentes que provocam esses acontecimentos. Outros itens do programa da Fundação abrangem atividades tais como o desenvolvimento cultural dos jornalistas, a prestação de serviços de consultoria, estudos de pesquisa, publicações e outras atividades em todos os campos da comunicação.

A Codev é uma fundação não-governamental e sem finalidade lucrativa que tomou como base o princípio enunciado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de que "... todos têm o direito... de procurar, receber e transmitir informação e idéias através de quaisquer meios de comunicação". Como entidade essencialmente de apoio ao incremento de redes de comunicações alternativas, a Codev buscará assistência financeira para as suas atividades e para canalizar recursos destinados a instituições similares. Normalmente, a Fundação por si mesma não executará projetos, mas operará através de seus membros constituintes e de outros que a ela se associarem. Os membros constituintes e fundadores da Codev são seis instituições representando a região árabe, a África, a Ásia, a América Latina e a Europa: Asso-

ciação de Mulheres Africanas para Pesquisa e Desenvolvimento (Senegal); Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento (Suíça); *Inter Press Service-Third World* (Roma); Fórum do Terceiro Mundo (Egito) e Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (México).

Até o momento, um dos maiores problemas para os proponentes do NOII tem sido a falta de um organismo unificador para combater os poderosos interesses dos grandes meios de comunicação ocidentais. A falta de tal organismo desestimula os elementos mais progressistas da NOII. O surgimento da Codev como uma iniciativa conjunta no campo da comunicação internacional é sinal de que medidas concretas estão sendo tomadas para a unificação das forças progressistas da NOII.

Phill Harris

ASSINE

BARRICADA
INTERNACIONAL



Assinatura semestral:	
América Central	US\$ 4.80
EUA, América do Sul, Caribe e México	US\$ 6.00
Nicarágua	C\$ 36.00
Europa e Canadá	US\$ 9.60
Outros países	US\$ 12.00

Órgão de difusão para o exterior da Frente Sandinista de Libertação Nacional — FSLN

Nome: _____
 Endereço: _____ CEP: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____
 Estado: _____ País: _____

Vale Postal
 Cheque nº _____ em nome do Diário Barricada

Endereço: **BARRICADA Internacional**
 Apdo. No. 576 Manágua
 Nicarágua
 Telex: 1705 BARR Telf: 748-85

A Opep e a galinha dos ovos de ouro

Existe uma clara divisão na Organização, e a Arábia Saudita faz o jogo dos Estados Unidos

Pablo Piacentini

Em sua última reunião, os países da Opep perderam a oportunidade de recuperar a unidade. Em consequência deste fracasso, alguns dos efeitos negativos que os exportadores de petróleo já estavam sofrendo, começam a ser sentidos com mais força. Na realidade, a organização está dividida e há excesso de oferta no mercado. A abundância de petróleo — um lago que tem cerca de 2,5 milhões de barris diários, à deriva na praça — leva a uma tendência à queda do preço, impõe a necessidade de reduzir os níveis de produção e torna difícil a comercialização dos volumes atuais. Isto é, menos divisas para os exportadores e a incerteza do futuro, pelo menos de um futuro próximo.

Todos estes fatores deveriam atuar como razões naturais de entendimento entre os países membros. Mas a reunião consultiva da Organização, realizada em Genebra entre 19 e 21 de agosto último, com a esperança de selar um acordo, deu resultados negativos, aprofundando-se a divisão existente durante a sexagésima reunião ordinária de maio, que também aconteceu em Genebra.

Golpe baixo

Assim, retornou-se, formalmente, à situação surgida na re-



Xequé Yamani

união de Bali, em dezembro de 1980. Ali, a discordância derivou em duas faixas de preços. A cotação do petróleo corrente foi estabelecida num mínimo de 32 dólares por barril, mas permitiu-se um preço máximo de 36 dólares. Para os petróleos do tipo mais valioso (produzidos pela Argélia, Líbia e Nigéria) admitiu-se uma cotação máxima de 41 dólares.

Essas margens permitiram medir as forças das diferentes posições existentes na Opep. A Arábia Saudita, representante da ala "branda" e contemporizadora com os interesses dos Estados

Unidos, ofereceu o seu petróleo ao preço mínimo, enquanto a maioria escolhia os preços máximos.

Mas, além disso, a Arábia Saudita aumentou a sua produção, fornecendo quase a metade do petróleo da Opep (10,3 milhões de barris, num total de 21,5 milhões). Induziu, desta maneira, o deslocamento dos compradores para o seu petróleo, em detrimento dos demais membros da organização (no caso dos óleos mais valiosos, seus competidores diretos são os similares do Mar do Norte).

Para os outros países as consequências foram severas. No mercado livre era possível adquirir petróleo por menos de 36 dólares. Dessa maneira, muitos importadores denunciaram todos os contratos possíveis a este preço, e deixaram os "duros" com excedentes, sem alternativa de colocação. Teriam de optar entre baixar a produção ou os preços. Na reunião de maio, o ministro saudita, xequé Yamani, somente teria aceito reduzir a sua produção se seus interlocutores recusassem em sua política de preços. Os outros países eram partidários de uma redução conjunta das exportações, de maneira a diminuir a oferta e reanimar os preços.

Yamani não cedeu e ficou isolado nessa posição, diante dos

outros doze associados e diante de um decisivo fracasso da Opep. Os doze países concordaram, nesta reunião, em reduzir suas produções, mas em diferentes níveis. Mantiveram-se firmes nessa atitude, mas tiveram de pagar um alto preço.

Nesse contexto, a reunião de agosto foi uma tentativa de conciliar as diferentes posições. Foi precedida por contínuas pressões dos governos membros, a fim de apaciar a intransigência de Riad (capital da Arábia Saudita). Por sua vez, os sauditas conseguiram alinhar em seu campo o Kuwait e os Emirados Árabes, seus pequenos vizinhos, muito sensíveis à sua influência. Às vésperas da conferência foram realizadas numerosas consultas e fez-se uma reunião preparatória de três ministros com o propósito de encontrar uma fórmula de negociação. Pouco adiantaram esses esforços.

Como durante as sessões a Arábia Saudita concordou com um aumento de dois dólares, mas ficou irredutível nos 34 dólares por barril, enquanto a outra posição representada pela Venezuela não aceitava menos de 36 dólares, procurou-se um compromisso de equilíbrio em 35 dólares (no caso dos petróleos mais valiosos, Yamani pedia uma redução para 37 dólares). A maioria concordou mas faltava o "sim" de Riad. Consciente da necessidade de fazer nesse momento uma violenta pressão, o presidente do Iraque, Saddam Hussein, pegou o telefone e pressionou o rei saudita Khaled a aceitar a fórmula da concórdia, recebendo, em princípio, uma resposta positiva.

Mas, quando o homem forte da monarquia foi consultado, o príncipe e chefe do governo Fahd, tal como em maio, pronunciou o "não" decisivo. Fracassada a conferência consultiva, a política de preços vigente continuou a ser a de Bali, isto é, de amplas margens, que dão cota-



Petróleo: qual a perspectiva?

ções diferentes para petróleos semelhantes. Portanto, se houver alguma mudança no mercado, será provavelmente depois de 12 de dezembro, data estabelecida para a próxima reunião ordinária da Opep, em Abu Dhabi.

A jogada saudita

Logo depois de encerrada a conferência, Yamani anunciou uma parcial mas importante mudança de sua posição: a redução das suas exportações em um milhão de barris diários. Apresentada como uma concessão endereçada a diminuir a aversão e, em

alguns casos, a hostilidade de seus associados, assim como para compensar seu isolamento, esta decisão pode também ser devida a motivos econômicos internos. Em todo caso, não estão claras, para os observadores, as razões sauditas.

A desorganização no mercado projetada a partir desse desencontro dos exportadores torna difícil prever quais serão suas consequências. Por um lado, é corrente a afirmação de que, no próximo fim de ano, alguns países industrializados começariam a sair da recessão e, portanto, ampliariam a demanda. Por outro lado, vários países, à espera de uma solução, haviam sustentado preços altos, enquanto viam suas rendas caírem rapidamente. Veja-se o caso da Nigéria que, a meados de 1980, produzia 2,2 milhões de barris, em maio 1,3 milhões, e no início da conferência somente 700 mil barris. Para travar a queda das suas exportações, a Nigéria teve que diminuir a cotação aproximando-se do preço de Riad.

Do milhão restante, em virtude da redução das suas exportações, a Arábia Saudita será certamente mais que compensada pelos países que acompanhem o caminho da Nigéria e pelos que não possam continuar suas reduções voluntárias. Deve-se também levar em conta as enormes reservas acumuladas nos depósitos dos países industrializados. Por isso, os prognósticos coincidem quando assinalam que, no resto do ano, os preços mostrarão tendência à queda. Mas, se isso acontecer em dezembro, quando os ministros da Opep voltarem a se encontrar, as distâncias serão menores entre os preços dos sauditas e dos seus adversários, não sendo, a princípio, tão difícil identificar o ponto de entendimento que esteve a um passo de ser atingido em Genebra.

As outras duas causas do impasse foram a respeito do tempo que deveria durar o congelamen-

to dos preços — Riad pronunciou-se por um longo prazo — e as diferenças das cotações entre os diversos tipos de óleo que os sauditas, possuidores de um petróleo corrente (o *arabian light*), quiseram ver diminuídas.

Concepções diferentes

Em torno do comércio de petróleo se chegou, basicamente, a duas posições que revelam concepções profundamente diferentes. A fórmula da maioria dos países consiste em elevar ao máximo o custo do petróleo, cientes de que é um bem não-renovável e a fonte de energia que mais vantagens apresenta aos consumidores. Pensam que a demanda poderá sofrer oscilações e que poderá, inclusive, continuar decrescendo devido à redução do consumo e à introdução de outras alternativas, mas sabem que ele será — enquanto existir — a fonte energética mais disputada no mercado.

Os preços elevados representam para os produtores três tipos de conveniência: 1) a possibilidade de investir os excedentes derivados das vendas no seu próprio progresso, de modo a cumprir o ciclo de desenvolvimento nacional antes de se esgotarem suas reservas; 2) facilitar uma política de conservação do recurso, pois cada aumento permite vender a mesma quantidade e ganhar mais do que antes; 3) incrementar fontes alternativas no mercado, pois isto faz com que sofram menos pressões externas para aumentar constantemente a demanda, como aconteceu ininterruptamente nos últimos dois anos.

Esses princípios servem para todos os países-membros, mas são aplicáveis em maior escala às nações cujas reservas calculadas não são muito grandes e que começarão a se esgotar nos próximos anos, por volta do fim deste século, como nos casos da Arábia Saudita, do Irã e da Venezuela, que

têm, portanto, muito pouco tempo para um ciclo que não poderão cumprir se a queda nos preços se prolongar.

A tese da nobreza

Apesar dessas evidências, há somente um país — ou melhor, uma nobreza — que raciocina de maneira oposta. O intérprete desta tese é precisamente o ministro Yamani, que afirma ser um erro situar os preços além de uma cota que, em 1981, estipulara em 32 dólares. Quando esta cota é superada, afirma, tornam-se rentáveis os investimentos em fontes de energia que competem com o petróleo. Isto parece ser o que Yamani ensina aos seus parceiros da Opep. Seria como matar a galinha dos ovos de ouro.

Segundo Yamani, os problemas não seriam resolvidos reduzindo-se a oferta de petróleo (e assim justifica sua omissão na matéria) mas situando o preço no nível exato em que não estimule seus competidores.

A proposta saudita completa-se com a "indexação"; isto é, com um mecanismo de reajustes periódicos dos preços de acordo com a inflação, ligada às oscilações das principais moedas ocidentais, a fim de perpetuar o valor real do barril no equivalente a 32 (e, posteriormente, a 34) dólares de 1981.

É evidente que as altas cotações estimulam os investimentos em fontes alternativas, e faz tempo que isto está acontecendo. Na realidade, elas só anteciparam os planos de desenvolvimento de outras fontes energéticas (ou de jazidas petrolíferas de extração cara que antes não se justificava), prevendo a extinção do petróleo.

Mas isso, como vimos, não contraria os interesses da Opep, pois facilita as políticas conservacionistas. Por isso, a maioria dos governos membros da Organização afirmou, até a exaustão, às potências ocidentais, que de-

veriam cessar a dilapidação do petróleo e que não devem traçar suas políticas a longo prazo com base nos volumes das recentes exportações.

Na realidade, o governo que zelar pelo interesse nacional investirá o máximo nas indústrias de derivados e na petroquímica, que multiplicam os lucros do petróleo, pois a venda desse produto sem refinamento é a operação — dentro do negócio petrolífero — que dá menos dividendos. A substituição progressiva do petróleo como combustível básico ajuda a especializar e a maximizar o seu rendimento econômico.

O que Yamani assegura não tem cabimento, pois é pretender que a oferta não seja um dos componentes que conta na fixação do custo de uma mercadoria. Trata-se de um absurdo econômico, refutado pela própria experiência da Opep. E evidente que não é o único componente mas no momento de estabelecer os preços, sua consideração é da maior relevância, particularmente quando há excesso de oferta.

Aliado americano

Será necessário procurar outras causas para se entender o programa imposto pela casa real. Encontraremos duas: primeira, a Arábia Saudita é, há muito tempo, o primeiro exportador mundial, tem imensas reservas e uma população limitada. As quedas de preços não a atingem da mesma forma que a outros países e a monarquia concebe o país como um fornecedor de petróleo a longo prazo. Não sente, portanto, a necessidade premente de construir uma economia pós-petróleo. Além disso, efetuou investimentos multimilionários de seus excedentes de capital no Ocidente e, em particular, no circuito financeiro norte-americano. A nobreza *wahabita* e seus homens de negócios têm, pois, uma parte considerável dos seus inte-



Na Líbia a receita do petróleo é aplicada no desenvolvimento agrário, habitações para os camponeses (foto) e setores considerados prioritários na economia do país. Na Arábia Saudita, grande parte do seu excedente de capital é investido nos EUA.

Haig e Faid

resses vinculados ao funcionamento da economia ocidental.

A segunda causa é que, para a preservação dos interesses da nobreza e dos grandes empresários (não do povo saudita) eles precisam da garantia de que o regime será mantido no poder, e isso requer respaldos militar e político que só os Estados Unidos lhes podem oferecer. Washington (haja um Carter ou um Reagan na Casa Branca) responde a essas necessidades, fixando a doutrina da intervenção militar no Golfo para preservar o status-quo, não somente no caso de uma força externa ameaçar a estabilidade de qualquer uma das monarquias, mas também na hipótese de que uma insurreição interna possa alterá-la. Isso significa: se, por exemplo, um grupo de oficiais derruba a monarquia absolutista da Arábia Saudita e estabelece um sistema democrático e popular que, entre outras coisas, possa impor uma política petrolífera nacionalista, as forças armadas dos Estados Unidos — autoproclamadas guardiãs da liberdade e da democracia no mundo — poderiam atuar para reconduzir ao trono a casa *wahabita* e salvar, dessa ma-



neira, o que consideram seus interesses estratégicos. Essa é a doutrina oficial dos Estados Unidos, manifestada ao mundo pelo ex-presidente Carter em seu discurso sobre o estado da união. Reagan não mudou em nada esta fórmula, como também demonstrou ir ainda mais longe que o seu antecessor.

Essas garantias norte-americanas incluem uma contrapartida: os príncipes sauditas (da mesma forma que ontem, eles e o xá, e com mais razão agora que o xá já

se foi) devem jogar a cartada de Washington dentro da Opep. E os Estados Unidos, que são importadores de petróleo, não podem que os preços acompanhem uma linha de aumento de acordo com os nacionalistas da Organização. E os sauditas, até onde podem, fazem esse jogo. É bem verdade que Riad não admite que os seus verdadeiros motivos sejam esses. Mas é igualmente verdade que ninguém acredita na fábula da galinha dos ovos de ouro. □

Aprofunda-se o fosso

Os analistas do Banco Mundial estão pessimistas: a perspectiva dos países pobres é "cada vez mais desesperadora"

Agustín Castaño

Uma paisagem sombria surge do "Relatório Anual sobre o Desenvolvimento" emitido pelo Banco Mundial, em julho passado. O dado mais aberrante talvez seja o da absurda desproporção entre o país mais rico — Kuwait — e o país mais pobre, Butão. A renda média per cápita de um kuaitiano é 213 vezes superior à de um butanês, o habitante mais miserável da terra, com somente 80 dólares por ano, isto é, muito menos do que o necessário para uma dieta alimentar suficiente.

Não se trata somente de uma anomalia devida à extraordinária

concentração petrolífera existente no pequeno território kuaitiano (17.818 km² de superfície). Os dez países mais ricos têm rendas por habitante superiores a 10 mil dólares anuais (a França está somente 50 dólares abaixo desta quantia) para uma população de 283 milhões de habitantes, que representa menos de dez por cento do total mundial e que pertence ao Norte industrializado (a única exceção, irrelevante, é constituída pelo milhão e trezentos mil da população do Kuwait). Dez mil dólares significam 52 vezes o que cabe à Índia,

que tem mais do dobro da população daquela minoria privilegiada.

Ao contrário, se consideramos os países com menos de 300 dólares per cápita — ou seja, na miséria — inclui-se mais de 2 bilhões de indivíduos, a metade da população mundial.

Outro dado alarmante é a estimativa sobre o número de vítimas da "pobreza absoluta", calculadas em 750 milhões de pessoas, localizadas nos países mais pobres e em algumas regiões particularmente desfavorecidas de nações do Terceiro Mundo. Isto quer dizer que quase 20% da população do planeta vive na mais completa miséria.

Os peritos do Banco Mundial, um organismo das Nações Unidas, formularam duas hipóteses sobre a situação que poderia ser criada no fim deste século.

A hipótese otimista: se durante esse período o crescimento médio anual dos países do Terceiro Mundo exportadores de petróleo for de 2,7% (o mesmo verificado na década passada), o número de miseráveis baixará para 630 milhões. Se, ao contrário, o índice de crescimento for

Eis os dez países mais ricos e os dez mais pobres do mundo, segundo o relatório do Banco Mundial. Os dados correspondem ao Produto Nacional Bruto por habitante, de 1979, calculado em dólares.

País	PNB/hab.	País	PNB/hab.
1. Kuwait	17.100 dólares	1. Butão	80 dólares
2. Suíça	13.920 dólares	2. Bangladesh	90 dólares
3. Suécia	11.930 dólares	3. Chade	110 dólares
4. Dinamarca	11.900 dólares	4. Etiópia	130 dólares
5. Alemanha Federal	11.730 dólares	5. Nepal	130 dólares
6. Bélgica	10.920 dólares	6. Mali	140 dólares
7. Noruega	10.700 dólares	7. Birmânia	160 dólares
8. Estados Unidos	10.630 dólares	8. Afeganistão	170 dólares
9. Holanda	10.230 dólares	9. Burundi	180 dólares
10. França	9.950 dólares	10. Alto Volta	180 dólares

de somente 1,8%, esse número aumentará para 850 milhões.

Os analistas do Banco parecem um pouco pessimistas, indicando que para esses países a perspectiva é "cada vez mais desesperadora", pois não vêm "nos anos 80, que para os pobres começaram mal, nenhuma mudança da situação em matéria de ajuda ou de comércio".

Isso, dito de outro modo, significa que os fatores que caracterizam a conjuntura atual — recessão, inflação e aumento paralelo dos preços das importações industriais e do petróleo — não permitem esperanças.

Projetar os dados — ou os termos — da pobreza absoluta como faz o Banco Mundial, é mostrar somente um ângulo do problema. A realidade é que, em qualquer das duas hipóteses, o fosso entre países ricos e países pobres será cada vez mais profundo.

Para uma nação com 10 mil dólares de renda per capita, o aumento de um por cento no Produto Nacional Bruto (PIB) — muito baixo, por sinal — equivale a um aumento de 100 dólares. Para aqueles que têm 100 dólares de renda per capita, um aumento anual de cinco por cento — índice bastante alto e improvável — significa um aumento de 5 dólares. Isto é, ainda que dentro de uma hipótese muito favorável para os pobres e negativa para os ricos, as distâncias serão ainda maiores.

Mas, a partir dos próprios indicadores manipulados pelo Banco Mundial, é preciso concluir que tal possibilidade está excluída. O Banco calcula que, a partir de 1985, o índice de crescimento das nações industrializadas estará próximo aos quatro por cento. Quer dizer, supõe-se que a recessão estará superada, a custo, principalmente, dos países subdesenvolvidos e não-produtores de petróleo. E entraremos em uma nova fase do crescimento desigual.

No. 37 — Setembro — 1981

O dilema dos metais desvalorizados

A queda das cotações do cobre e da prata no mercado internacional influi de forma dramática nas economias dos países produtores do Terceiro Mundo

Pedro Aguirre

Preocupado pela constante queda das cotações dos minerais que exporta, o governo peruano convidou outros exportadores desses produtos para formarem uma frente comum para a defesa dos preços no mercado mundial.

Este apelo, face a uma situação desesperadora, refere-se ao cobre, que está há muito tempo desvalorizado, e à prata, que depois de ter alcançado cotações bastante altas no ano passado, desceu velozmente até encontrar-se atualmente em baixa.

No primeiro caso, fracassou o Conselho Intergovernamental dos Países Exportadores de Cobre (Cipec), criado em 1967 pelo Chile, Peru, Zaire e Zâmbia. Posteriormente se incorporaram outros exportadores, dando ao Cipec um importante grau de representação: em 1979 produziu 3.018.100 toneladas métricas de um total mundial de 7.892.700; quase 45%.

Sob esse ponto de vista, a situação do Cipec é similar à da Opep: um pequeno grupo de países (nove no Cipec, treze na Opep) controla uma parte substancial das exportações mundiais. Poderia, assim, com uma política firme de restrição da oferta, influir na fixação dos preços. Os países membros tentaram fazê-lo no passado, reduzindo a oferta em cinco por cento e utilizando a estratégia de posteriores re-

duções no caso das cotações não se recuperarem.

Mas há diferenças entre o petróleo e o cobre. Este compete com outros produtos substitutos, preferidos pela indústria quando é mais alto o preço do cobre. Além disso, durante a recessão, os consumidores adquiriram grandes estoques a baixo custo, podendo, assim, estimular a tendência à baixa. E o Chile, que é o maior exportador mundial, continuou sua política unilateral, incrementando suas exportações e seus investimentos no setor.

Em 1979, o preço médio, que foi de 102,4 centavos de dólar por libra de metal refinado, baixou para 99,2 centavos no ano seguinte. No primeiro semestre de 1981 estava em 81,5 centavos. Enquanto esta curva decrescia, a inflação se intensificava e o custo das importações industriais das nações agrupadas no Cipec subia verticalmente. Esses fatores afetaram de forma calamitosa as balanças comerciais.

Mas o problema não eram só os preços. As empresas transnacionais calculam que o crescimento da oferta será lento durante muito tempo e que o mercado terá reservas disponíveis para o desenvolvimento industrial até o ano 2000. E já que seriam necessários preços superiores a 170 centavos de dólar por libra para

Os peruanos tentam convencer os chilenos da importância de uma frente comum dentro do Cípec para persuadir os demais membros para um programa de emergência. O Chile é o maior exportador mundial de cobre



que o negócio fosse lucrativo, as empresas não prevêem novos investimentos.

Isto significa que se não surgirem novas circunstâncias internacionais, uma das quais deveria ser uma reação enérgica do Cípec, a sombria situação deste metal estratégico poderá prolongar-se por muitos anos.

O caso da prata é diferente. Ela foi objeto de manobras especulativas que a submetem a uma instabilidade inusitada. No ano passado a onça troy (31 gramas) marcou o recorde de 50 dólares. Há alguns meses estava a 38 dólares. E até a metade deste ano estava a 8 dólares, quando o governo dos Estados Unidos anunciou que lançaria no mercado suas reservas estratégicas, ameaçando um novo declínio das cotações.

Estimou-se que esta variação da prata custará ao México, prin-

cipal exportador mundial, perdas de 500 milhões de dólares em 1981.

Mas o Peru, um dos maiores exportadores de cobre e de prata, país endividado e com poucos recursos, é quem mais sofrerá com estes golpes. Só a prata, da qual é o segundo exportador, ocasionará perdas de 400 milhões de dólares, segundo estimativas, o que representa uma boa parcela das suas exportações (em 1978 as exportações totais do Peru foram de 1.900 milhões de dólares).

Por isso, o presidente peruano, Fernando Belaúnde Terry, formulou em meados de julho o seu apelo aos países produtores de prata e cobre. Posteriormente, foram feitos contatos e consultas diplomáticas.

Em relação à prata, o governo procura coordenar-se com o México e Canadá, outro importante

exportador, com vistas a uma difícil gestão: conseguir que a administração norte-americana desista de pôr no mercado as suas reservas. E quanto ao cobre, os peruanos tentam convencer os chilenos para que os dois países formem uma frente comum dentro do Cípec para persuadir os demais membros a adotar um programa de emergência.

Se até agora as políticas de Lima e de Santiago têm sido divergentes, apesar do interesse manifestado publicamente por funcionários chilenos diante do convite peruano, deduz-se que não será fácil compatibilizar as duas posturas.

Mas, na realidade, a conjuntura para estes países é dramática e só poderiam corrigi-la com atitudes drásticas que acarretariam sacrifícios a curto prazo. □

Ferreira Aldunate em Porto Alegre

□ "Um fato político da maior transcendência, que terá grandes repercussões no Uruguai". Foi assim que o ex-senador e líder máximo do Partido Nacional (Blanco), Wilson Ferreira Aldunate definiu sua breve estadia em Porto Alegre. O dirigente uruguaio veio ao Brasil a convite da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para participar de um seminário sobre o tema "Democracia e Sistemas de Poder na América Latina", do qual participaram também o ex-primeiro-ministro português Mario Soares, e o ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez.

Quatro mil uruguaio, aproximadamente, viajaram de diferentes pontos de seu país para assistir à conferência do líder exilado. Muitos dentre eles exibiam a *vincha blanca* (*), emblema do Partido Nacional. A Assembléia gaúcha hasteou, no dia do seu pronunciamento, a bandeira uruguaia na fachada do edifício e Ferreira discursou na sala do plenário entre duas grandes bandeiras que decoravam o estrado: a brasileira e a uruguaia.

As duas primeiras filas do plenário foram reservadas para os dirigentes uruguaio cassados que vieram especialmente do seu país para encontrar Ferreira Aldunate. Entre outros, estavam presentes os ex-parlamentares Alembert Vaz, Dardo Ortiz, Carlos Julio Pereira, Pivel Devoto, Silveira Zabala, Horacio Terra, Oscar López Balestra, Martin Aguirre, Zabalza etc.

Estes seriam aspectos meramente simbólicos se a capital gaúcha não ficasse a poucos quilômetros da fronteira com o Uruguai, e porque é a primeira vez, em oito anos de exílio, que Ferreira Aldunate chega tão perto de sua terra natal. Há circunstâncias que tornam o acontecimento ainda mais importante, pois ele foi amplamente divulgado pela imprensa

**Vincha blanca* (fita branca). Em uma das guerras internas que se sucederam à independência do Uruguai, os generais Manuel Oribe e Fructuoso Rivera se defrontam na batalha de *Carpintería* (setembro de 1836), sendo o último derrotado. Para se diferenciarem durante a luta, os partidários de Oribe usavam uma fita branca amarrada na testa e os de Rivera uma vermelha (*colorada*), pois a cor original, azul claro, desbotava em contato com o sol. As cores desses emblemas foram a origem do nome dado aos partidos tradicionais *Blanco* e *Colorado*.

sa brasileira local — que circula no Uruguai — assim como pelos meios de comunicação uruguaio, principalmente nas rádios, que solicitavam aos jornalistas brasileiros informações sobre o conteúdo da palestra do dirigente cassado.

Além do mais, a presença de Ferreira Aldunate no Brasil tornou propício o reencontro com as autoridades máximas do Partido Nacional, particularmente com o Triunvirato que exerce a direção provisória na ausência de Ferreira. É a primeira vez, desde 1973, que Ferreira Aldunate mantém encontros orgânicos de trabalho com a presença de um grupo tão numeroso de seus companheiros de partido. Esses acontecimentos estão se registrando em meio a uma conjuntura muito especial da vida política do Uruguai. Os militares chamaram os partidos tradicionais, *Blanco* e *Colorado*, para um diálogo político que visa à reimplantação a médio prazo de um regime democrático. Os dirigentes *blancos* transmitiram a Ferreira Aldunate o conteúdo das conversações mantidas com os militares uruguaio, e ao voltar foram porta-vozes das respostas e opiniões do líder exilado.

Fontes chegadas a Ferreira Aldunate declararam a *cadernos do terceiro mundo* que o Partido Nacional continuará reivindicando uma total democratização da vida política do país e uma mudança da atual política econômica ultraliberal. Acrescentaram que o Partido se oporá taxativamente ao envio de tropas uruguaio ao Sinai — operação coordenada pelos Estados Unidos e que contou com o apoio do governo do general Alvarez.

O fato da calorosa acolhida a Ferreira por parte dos políticos brasileiros, assim como o convite para realizar uma palestra sobre democracia no continente, não devem ter passado despercebidos às autoridades uruguaio. Neste momento de diálogo político e de negociações, o líder *blanco* saiu fortalecido com o apoio de seus vizinhos brasileiros e com o reconhecimento de sua liderança por parte dos dirigentes *blancos* mais representativos dentro do Uruguai.

Mas a repercussão dentro do Uruguai da visita de Ferreira Aldunate a Porto Alegre é um assunto que ultrapassa as cúpulas dirigentes, civis e militares. Em meio a um ambiente dominado ainda pelo medo e pela repressão, quatro mil pessoas se deslocaram até o Brasil para assistir a conferência e realizar encontros políticos muito amplos no hotel onde o dirigente *blanco* estava hospedado. Este fato demonstra a revitalização da mobilização

popular no Uruguai, particularmente após a vitória do "Não", no plebiscito de 30 de novembro passado.

Toda essa multidão de uruguaios deverá transmitir, de volta ao seu país, as idéias e palavras-de ordem do ex-senador e candidato à presidência da República nas eleições de 1971, que teve, assim, a primeira oportunidade nestes anos todos de falar diretamente com seu povo sem ser através de recursos condicionados pela distância e pela repressão, como fitas cassetes e cartas.

Dessa forma, as repercussões da visita de Ferreira Aldunate a Porto Alegre estabeleceram um marco na política uruguiaia, que parece ter entrado numa etapa de revitalização.

Um voto contra os Estados Unidos



Juan Mari Bras, secretário-geral do Partido Socialista de Porto Rico, elogiou os resultados da votação sobre a independência da ilha no seio da Comissão de Descolonização da ONU como "a primeira grande derrota diplomática" sofrida pelo governo norte-americano de Ronald Reagan.

Charles Lichenstein, embaixador substituto dos Estados Unidos na ONU, qualificou-a, no entanto, de "interferência inapropriada e indefensável nos assuntos internos de Porto Rico e dos Estados Unidos", refletindo a irritação de Washington.

A resolução aprovada pela comissão em 20 de agosto recomenda à Assembléia-Geral da ONU a inclusão do problema de Porto Rico como ponto especial da agenda para 37ª sessão da Assembléia, a realizar-se em 1982.

A resolução recomenda que a Assembléia-Geral pressione os Estados Unidos para que aprove as medidas necessárias a fim de permitir a plena transferência de todos os poderes ao povo do território porto-riquenho, da mesma maneira como o faz

com a África do Sul para acabar com a sua ocupação colonial e ilegal da Namíbia.

A votação teve um resultado de onze votos a favor, dois contra e onze abstenções. A China não participou da votação. Os votos positivos foram dos autores da proposição — Afeganistão, Cuba, Iraque e Síria — juntamente com a Bulgária, Congo, Checoslováquia, Etiópia, Irã, União Soviética e Tanzânia. A Austrália e a Dinamarca votaram contra, enquanto que as abstenções procederam do Chile, Fidji, Índia, Indonésia, Costa do Marfim, Venezuela e Iugoslávia.

A liberdade se faz esperar

□ A 5 de julho de 1980 o governo da Maurítânia emitiu um decreto de abolição da escravidão. Mais de um ano depois, um grupo de *experts* sobre o assunto, reunido em Genebra com a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, encontrou evidências de que o decreto não resolve o problema.

Segundo o informe apresentado em meados de agosto deste ano pela Sociedade Antiescravagista, existem hoje na Maurítânia mais de 100 mil escravos, cuja venda pouco difere da do gado. Há, além disso, perto de 300 mil semi-escravos e ex-escravos, submetidos a diversas formas de discriminação e a uma exploração implacável.

Como a população da Maurítânia situa-se abaixo de 2 milhões de habitantes (1.590.000, segundo dados de 1979), entre 20 a 25% dos mauritanos vivem essas anacrônicas e desumanas situações.

Ainda hoje o possuidor de uma escrava é o proprietário de todos os seus filhos, aos quais pode vender ou dar o destino que desejar. A condição de reprodutoras e de serem empregadas também como prostitutas, faz com que o preço das mulheres seja o dobro (em média) em relação ao dos homens. Quanto aos ex-escravos, são considerados como cidadãos de segunda classe e obrigados a realizar as tarefas mais penosas.

Escravos e ex-escravos constituem uma enorme massa de mão-de-obra a baixíssimo custo. Trata-se de um fenômeno difícil de eliminar, pois não está

somente ligado à exploração agrária de tipo feudal, manifestando-se também nas cidades.

O Comitê Militar de Salvação Nacional governa a Mauritânia desde 4 de janeiro de 1980 e é presidido pelo tenente-coronel Mohamed Juma Uld Haidallah. É um regime de orientação progressista que corrigiu a política pró-marroquina e anti-Polisario, impulsionada pelo fundador da República, Moktar Uld Daddah, derrubado em julho de 1978. Nouakchott reconheceu a Frente Polisario e assim terminou com a guerra.

Por outro lado, o governo está concentrando seus esforços para levantar a economia abalada pela guerra, pelas adversidades naturais e por uma debilidade estrutural que converte a Mauritânia em um dos países mais pobres da África. A renda per capita — dados de 1977 — era de 270 dólares anuais. Mas o Comitê de Salvação Nacional, por enquanto, não teve condições ou capacidade para remover estas formas cruéis de opressão social.

Espiões em todas as línguas



Pelo menos quatro importantes centros de estudos africanos dos Estados Unidos recusaram recentemente participar de um programa, com verbas de meio milhão de dólares, criado pela Agência Militar de Inteligência (DIA) para formação

de especialistas em línguas africanas. Os centros de estudo das universidades de Indiana, Michigan, Boston e Howard afirmam que o projeto envolve atividades de espionagem em vários países negros.

Segundo os dirigentes da DIA, a agência pretende aumentar em até 50% o número de especialistas em línguas africanas que trabalham na coleta e interpretação de informações. Entre as línguas consideradas prioritárias pelos responsáveis pela espionagem militar norte-americana estão o *afrikans*, o *swahili*, o português e o *shona*. Além disso a DIA pretende contratar tradutores e intérpretes em árabe, em espanhol e no idioma somali.

As críticas levantadas pelos centros de estudos africanos nos Estados Unidos foram confirmadas pelo próprio porta-voz do Departamento de Defesa

dos EUA, Craig Wilson, que em depoimento no Congresso norte-americano reconheceu que as unidades militares de deslocamento rápido tinham necessidade de pelo menos 874 lingüistas. Estas forças de deslocamento rápido são uma unidade criada há pouco tempo e que se constituem numa espécie de "polícia mundial" dos Estados Unidos. Elas podem ser deslocadas rapidamente para qualquer parte do globo terrestre para intervir em países estrangeiros.

O projeto elaborado pela DIA foi encarado também pelos africanistas norte-americanos como um indício claro de que os Estados Unidos estarão preparando planos para possíveis novas ações militares intervencionistas na África Austral.

Sadat contra todos

O precário equilíbrio político-religioso mantido até agora pelo presidente egípcio Anuar Sadat parece ter chegado ao fim. E não são poucos os que prevêem para muito breve uma grave crise no Egito, podendo ocorrer até mesmo a derrubada de Sadat e uma completa alteração do jogo de interesses estratégicos mundiais na região. Os sintomas da fragilidade do regime pró-americano encabeçado por Sadat ficaram evidentes quando ele deflagrou há pouco a maior onda de prisões registrada no país nos últimos cinco anos. Nada menos que 500 personalidades políticas e religiosas foram detidas pela polícia de segurança em pouco mais de 48 horas. A repressão foi tão violenta que atingiu até mesmo um jornalista norte-americano, outro francês e diplomatas soviéticos.

O pretexto oficial para justificar as prisões e expulsões foi o de que os atingidos ameaçavam a segurança nacional. Mas as explicações do governo Sadat não conseguiram ocultar o fato de que o presidente egípcio enfrenta dificuldades cada vez maiores para sobreviver às pressões crescentes dos dois maiores grupos religiosos do país e também ao aumento do prestígio dos grupos políticos oposicionistas.

Anuar Sadat, desde sua ascensão ao poder há onze anos, vem fazendo concessões tanto aos coptas como aos muçulmanos, os dois principais grupos religiosos do Egito. Favoreceu ora um lado, ora outro, mas o agravamento da situação econômica do país está acabando rapidamente com a margem de manobra do principal aliado árabe dos Estados Unidos.

Os coptas formam aproximadamente 10% dos 40 milhões de egípcios. Eles se consideram descendentes dos faraós, controlam boa parte da economia nacional, embora existam muitos coptas que são camponeses pobres, trabalhadores braçais, operários ou pequenos comerciantes. Os muçulmanos por seu lado são mais numerosos, formando quase 80% da população egípcia. Não têm o mesmo poder econômico dos coptas e sempre foram manipulados por Sadat, porque eram extremamente divididos.

Ao mesmo tempo em que concedia privilégios econômicos aos capitalistas coptas, o presidente egípcio se apresentava como muçulmano fervoroso, fazendo questão de rezar em público para obter dividendos eleitorais. Sadat também manipulou os muçulmanos ortodoxos transformando-os no principal instrumento de sua campanha anticomunista desde a assinatura dos acordos de Campo David, que estabeleceram a paz entre Egito e Israel.

Com o agravamento da crise econômica, Sadat foi obrigado a reduzir as vantagens dadas aos coptas para atender em parte os muçulmanos que eram a base do seu eleitorado. Acontece que um setor islâmico começou a criticar a corrupção e esbanjamento de dinheiro dos setores políticos e econômicos ligados ao governo. Apesar de violentamente reprimidos, os Irmãos Muçulmanos (grupo político de integristas islâmicos) passaram a ter uma influência cada vez maior, principalmente entre os jovens, os desempregados, os assalariados e nas lideranças religiosas.

Os conflitos entre as duas comunidades religiosas foram crescendo de intensidade até junho deste ano, quando ocorreram sangrentos distúrbios no bairro pobre de Zaquia El-Hamra, no Cairo, onde mais de cem pessoas morreram. Choques semelhantes ocorreram também em Alexandria, um reduto dos coptas, e Asyut. Atualmente a situação chegou a um ponto tão crítico, que muitos jornalistas já classificam a crise como um "barril de pólvora prestes a explodir".

Entre as 500 pessoas detidas no começo de setembro, há vários dirigentes oposicionistas, entre eles Mohamed Haikal, ex-assessor de Nasser, e dois ex-ministros de tendência moderada. A maior parte dos detidos é de origem muçulmana, entre eles Omar Tlemsani, líder dos "Irmãos Muçulmanos", o que acentua a conotação política da crise. O isolamento de Sadat aumentou até no exército, onde, segundo David Butler da agência IPS, estaria crescendo o número de oficiais favoráveis a um



Sadat: sua queda pode deitar por terra com a estratégia da Casa Blanca para o Oriente Médio

golpe de Estado contra o regime de Sadat. São em sua maioria oficiais de tendência reformista, contrários ao acordo de Campo David.

A crise no Egito pode mudar radicalmente a situação no Oriente Médio, porque Anwar Sadat é no momento a principal cabeça de ponte dos Estados Unidos no mundo árabe. Uma eventual queda do presidente egípcio enterrará de vez o acordo de Campo David, acabará com a estratégia do Departamento de Estado de buscar aliados que aceitem conviver com Israel e tornará ainda mais intenso o isolamento do regime de Menahem Begin, em Telavive.

Zimbabwe: o "boom" econômico

□ Enquanto a grande maioria dos países atingidos em diversos graus pela crise mundial enfrentam lentos crescimentos, estancamentos ou declínios econômicos, o Zimbabwe surge como uma exceção, segundo as estimativas divulgadas em fins de agosto pelo jovem governo de Robert Mugabe. Durante o ano de 1980 o Produto Nacional

Bruto (PNB) cresceu em 13,9%. Trata-se de uma taxa de expansão altíssima: é o triplo do índice que há um ano o governo havia calculado como meta.

São várias as razões deste fenômeno. Durante o longo e cruel processo de luta contra o regime de minoria branca, a economia sofreu uma grave crise. Houve fuga de capitais, de técnicos e de empresários de origem européia. A agricultura e a indústria foram afetadas, incidindo ainda o peso do efeito das sanções comerciais. Tudo isso fez com que, entre 1974 e 1979, o PNB da então Rodésia caísse em 12,5%.

O fim da guerra, o início da etapa da convivência democrática e a supressão das sanções originaram um processo inverso. Regressaram alguns capitais e — não se sabe ainda em que quantidade — técnicos e empresários. A paz e a normalização das atividades produtivas, além das boas colheitas, proporcionaram um intenso e veloz ciclo de reanimação da economia em seu conjunto.

O que os indicadores mostram não é um milagre e sim o efeito econômico de uma situação de pós-guerra. Mas, desde 1974 até hoje, a população cresceu rapidamente: o PNB atual, apesar de semelhante ao daquele ano, divide-se entre mais pessoas. Neste mesmo período a renda per capita tinha caído em 25%. Porém, mesmo com a recuperação do ano passado, constatou-se que a renda per capita encontra-se 17,5% mais baixa do que a do ano de 1974.

Estes dados não desmerecem o fato de o país ter avançado em apenas um ano a passos de gigante, com a perspectiva de continuar se desenvolvendo num ritmo elevado. O setor que mais se expandiu foi o comercial, aumentando suas vendas em 35%, enquanto o valor da produção industrial subiu em 29%. O consumo privado cresceu em quase 30% e os investimentos em 25%.



A economia está num ciclo de reanimação

União Interparlamentar condena Israel

□ O Conselho da União Interparlamentar Mundial, reunido em Havana, aprovou uma moção que condena Israel pelas repetidas violações das resoluções da ONU, pelos ataques sionistas ao sul do Líbano e à central nuclear iraquiana, assim como pela contínua ocupação dos territórios árabes. A resolução contou com o apoio de 40 países: 9 votaram contra (entre outros, Estados Unidos, Israel, Grã-Bretanha e Nova Zelândia) e 8 se abstiveram. "Uma paz justa e duradoura na região deve basear-se na retirada incondicional de Israel de todos os territórios ocupados, inclusive de Jerusalém, e no reconhecimento do direito inalienável do povo palestino à autodeterminação e ao estabelecimento de seu próprio Estado, sob o comando da Organização de Libertação da Palestina (OLP)", estabelece mais adiante a resolução de Havana. O reconhecimento por parte da União Interparlamentar da OLP como legítima representante do povo palestino assim como o apoio a um Estado palestino independente são duas definições extremamente importantes, podendo ter reflexos futuros na diplomacia do Oriente Médio.

Na mesma reunião, o Conselho rendeu homenagem ao ex-deputado uruguaio Gerardo Cuesta, recentemente falecido na prisão, em seu país de origem. A União Interparlamentar havia solicitado sua liberdade, pois corria perigo de vida. Sua saúde era precária, tendo sido submetido a todo tipo de sevícias durante anos de prisão. As autoridades uruguaias não tomaram nenhuma providência. A União Interparlamentar lamentou que o pedido não tenha sido atendido no momento oportuno e responsabilizou as autoridades uruguaias pela "violação dos direitos humanos e pela morte do ex-parlamentar".

Existem atualmente seis parlamentares presos no Uruguai cujas libertações já foram solicitadas pela União Interparlamentar: José Luis Massera, Jaime Pérez, Wladimir Turiansky, Alberto Altessor e Rosário Pietrarroia. O estado de saúde de Altessor é grave e sua vida depende de uma nova operação cardíaca (a primeira ocorreu em 1974) que deveria ser realizada em Buenos Aires. As autoridades não autorizaram sua saída do país, impedindo, assim, a continuação do tratamento.

TELEX

● Belize

Os condicionamentos interpostos pela Guatemala não influíram no ânimo festivo do povo de Belize para comemorar a sua independência da Grã-Bretanha, formalizada no dia 21 de setembro. Foram realizados atos culturais e desportivos durante 11 dias de festa.

As autoridades guatemaltecas reafirmaram que não reconhecerão a independência de Belize, consideraram o ato britânico unilateral e romperam as relações diplomáticas que ainda mantinham com os ingleses. Como medida de represália foram expulsos da Guatemala cerca de 50 estudantes de Belize que faziam cursos de medicina e veterinária na Universidade Autônoma de San Carlos. No entanto, portavozes do país descartaram a possibilidade de uma invasão armada, como exigiam os setores políticos da extrema-direita guatemalteca.

A presença de uma força militar britânica com aproximadamente 1.600 homens e uma esquadrilha de caças de decolagem vertical *Harrier* mantém a situação calma. As tropas permanecerão no país por tempo indefinido, resguardando a segurança de suas fronteiras e a ordem interna. Assessores ingleses instruem os efetivos que integrarão a futura força de defesa de Belize.

O primeiro Governador-Geral de Belize é uma mulher, Minita Gordon, que fora alta funcionária do Ministério da Educação antes da independência.

● Cooperação

Os dois maiores produtores de petróleo da América Latina — Venezuela e México — prolongaram por mais um ano o programa de cooperação energética para a América Central e Caribe, que consiste em fornecer o produto a nove países da região com condições preferenciais de pagamento. Desde que o programa foi posto em prática foram entregues 200 mil barris diários a Barbados, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, o que significa um suprimento de 70% das necessidades desses países. O acordo estabelece ainda que os créditos podem ser estendidos por vinte anos, com uma taxa de juros de dois por cento ao ano, caso o produto se destine a programas de desenvolvimento prioritários.

● Transporte

"A Linha Marítima Árabe, uma empresa mista, entrará em operação brevemente para servir a todos os portos do mundo árabe", afirmou o secretário-geral da Associação dos Armadores daqueles países, Suleiman Dawood. O mundo árabe enfrenta graves problemas pela inadequação dos serviços marítimos: "Os exportadores dos Estados norte-africanos são forçados a deixar suas mercadorias em consignação nos portos europeus, ainda que sejam destinadas a nossos mercados". Dawood solicitou aos Estados árabes que aumentem os subsídios nacionais para as transportadoras marítimas, a fim de facilitar o comércio entre eles.

● Assistência

A Organização de Assistência de Emergência da ONU (Undro) está organizando uma equipe para atender a solicitação de ajuda para dezenas de milhares de angolanos deslocados de suas residências pela invasão sul-africana e pelas secas. A solicitação de ajuda foi feita através de uma carta do governo de Luanda ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim.

● Aproximação

O sub-secretário de Relações Exteriores do Chile, coronel Fernando Arancibia, enviado do governo que está dando um giro pela América Central, manteve recentemente conversações com as mais altas autoridades de El Salvador. A visita do funcionário chileno foi qualificada como uma aproximação militar, política e cultural entre ambos os governos.

● Fusão

Foi anunciado no México um acordo para fusão do Partido Comunista Mexicano (PCM) com quatro organizações socialistas, a fim de formar um novo partido. Depois de conversações que duraram vários meses, o PCM, o Partido do Povo Mexicano (PPM), o Partido Socialista Revolucionário (PSR), o Movimento de Ação e Unidade Socialista (Maus) e o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) anunciaram o acordo num comunicado "ao povo do México".

● Reabilitação

O presidente Samora Machel anunciou a desativação do Centro de Reeducação de M'Sawize, na província moçambicana de Niassa. No Centro, estavam 480 antigos membros de organizações repressoras criadas pelo governo colonial português no país, tais como a Pide (polícia política), OPVS, GES etc.

O chefe de Estado moçambicano afirmou que, a partir daquele momento, todos os ex-reeducandos passavam a desfrutar os mesmos direitos dos outros cidadãos moçambicanos. A medida não abrange porém a elementos que, tendo servido numa daquelas organizações, ainda não passaram pelo processo de reeducação.

Tem sido uma das características do governo de Moçambique independente, o humanismo com que são tratados os elementos que fizeram parte dos órgãos repressivos coloniais. Uma lição prática de respeito aos direitos humanos.

Nos campos de reabilitação eles viviam como qualquer camponês, cultivando a terra e integrados à população, cujos problemas os ex-agentes compartilhavam.

● Desemprego

A direção geral de Estatísticas e Censos do Uruguai divulgou recentemente que houve um leve aumento do desemprego em Montevidéu. Elevou-se a porcentagem de chefes de família desocupados, assim como de menores de 14 anos. A população economicamente ativa diminuiu de 55,85% para 53,30%. Todos os dados são comparativos entre o primeiro e o segundo trimestre de 1981.

● Bancos estrangeiros

Vinte e quatro bancos e institutos financeiros internacionais se estabeleceram no Chile desde 1975, segundo informação da Corporação de Fomento à Produção (Corfo). Outros 20 novos bancos comerciais estrangeiros estão em negociações para abrir seus escritórios no país.

● Opep

Será inaugurado brevemente na Venezuela um Centro de Estudos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que analisará sistematicamente os problemas petrolíferos do mundo, fazendo também seminários e divulgando informações sobre a história da Opep.

● Armas

O governo egípcio está fornecendo armas à Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola), de Jonas Savimbi. A informação foi divulgada em Lisboa em decorrência de uma série de apreensões de armamento ocorrida no país. O contrabando bélico egípcio foi descoberto em caixas que, supostamente, continham algodão, apreendidas na cidade do Porto. O armamento em questão inclui armas ligeiras, bombas e cargas explosivas. Por outro lado, a revista *Al Watan al Arabi* informa, em sua última edição, que a inteligência militar egípcia descobriu que uma organização clandestina do exército, tinha intenções de derrubar o regime de Anwar El Sadat. Cem oficiais de alta patente foram detidos e submetidos a interrogatório, dentro do maior sigilo.

● Desenvolvimento nuclear

"Se o Iraque deseja firmar com meu país um novo acordo para instalar um reator nuclear, a França está pronta a fazê-lo nas mesmas condições que tem feito com outros clientes" — afirmou o ministro das Relações Exteriores da França, Claude Cheysson. O ministro garantiu que os contratos de vendas de armas assinados pelo governo anterior serão respeitados, mas que a França não venderá armas aos países totalitários, que poderiam utilizá-las como meio de repressão.

● Campanha

O ministro de Relações Exteriores da República Democrática de Timor (Timor Oriental) acusou o regime da Indonésia — que ocupa o país — de "lançar uma campanha diplomática com o intuito de confundir a opinião pública mundial". Al Katari — que viajou a Luanda para manter entrevistas com autoridades do governo de Angola — afirmou também que a Fretilin deverá lançar uma ofensiva para sufocar a campanha. Cinco dias depois de sua independência a República Democrática de Timor foi ocupada por tropas indonésias e, desde essa época, é o cenário de uma guerra sangrenta que já custou milhares de vidas. Os patriotas, organizados na Frente Revolucionária do Timor Leste Independente, Fretilin, refugiaram-se nas montanhas e de lá lançam ofensivas militares que desgastaram as tropas de ocupação. Entretanto, o regime indonésio trata de simular diante da opinião pública mundial, a imagem de "normalidade" na ilha. É essa a campanha a que se refere o ministro Al Katari.

A grande festa do teatro em São Paulo

Só faltou Cuba no III Festival Internacional de Teatro: o Itamarati não concedeu vistos à sua delegação

Beatriz Cannabrava

Com um ruidoso e animado desfile, começou na Avenida Paulista o III Festival Internacional de Teatro promovido, em São Paulo, no mês de agosto, pela atriz e empresária Ruth Escobar.

Palhaços, motoqueiros, grupos de mímica e várias das delegações convidadas, entre elas a do Panamá, Equador, Nicarágua, o grupo *El Galpón*, do Uruguai (exilado no México), Espanha, Estados Unidos, além de grupos folclóricos e de teatro popular do Brasil, cantaram e dançaram por quase um quilômetro. Ao chegarem ao Teatro Ruth Escobar, sede do Festival, foram saudados por sua promotora: "Estou muito feliz com este acontecimento. A unidade da América Latina tem que se efetivar com uma festa consciente e lúcida."

Com todas as delegações presentes na cerimônia de abertura, Ruth Escobar, num emocionado discurso, dedicou o festival ao General Omar Torrijos, Comandante-em-Chefe da Guarda Nacional do Panamá, falecido na véspera, em um acidente de avião. Torrijos foi um dos grandes incentivadores da Festa, cedendo inclusive, um avião da Força Aérea Panamenha para trazer as delegações do Panamá, Nicarágua, Equador e o grupo uruguaio

El Galpón. A sua morte causou grande consternação entre todos os delegados do Festival. E foi unânime a consciência da grande perda que significou esse desaparecimento para todos os povos da América Latina que lutam pela sua libertação.

O ponto alto da festa de abertura foi a apresentação de Luis Enrique Mejía Godoy, cantor e compositor nicaraguense, e seu grupo *Mancotal*, que realizam um interessante trabalho, vanguardista, incorporando elementos de toda a música do Caribe ao folclore nicaraguense.

O Festival teve dois recitais de Atahualpa Yupanqui, onde o velho "violêiro" e poeta argentino deslumbrou a todos com o seu virtuosismo musical e com seus poemas cheios de tristeza, amizade e testemunhos da vida do homem do campo.

Uruguai e Nicarágua

Ao inaugurar o II Festival Internacional de Teatro em 1976, Ruth Escobar denunciava o fechamento, pela ditadura uruguaia, das salas de espetáculo do grupo *El Galpón* e a proibição de seus integrantes de trabalhar no país. Na abertura do III Festival,

Ruth Escobar lembrou o fato e declarou sua alegria de poder ter esse grupo uruguaio no Brasil. *El Galpón* é, possivelmente, o grupo de teatro mais importante da América Latina.

Com um elenco de 15 atores e atrizes e seu diretor e fundador Atahualpa del Cioppo, *El Galpón* trouxe três peças: "Pluto" de Aristófanes; "Prohibido Gardel", de Pedro Orgambide e "Pedro y el Capitán" de Mario Benedetti. A apresentação do grupo uruguaio foi um grande sucesso.

Além do grupo *Mancotal*, de Mejía Godoy, a Nicarágua compareceu com o teatro coletivo *El Nistayolero*. A delegação nicaraguense, com seus jovens atores e músicos, foi, sem dúvida, a grande atração do III FIT.

O grupo *El Nistayolero* é formado por jovens camponeses, operários e estudantes e realiza um trabalho de criação coletiva que recebeu o aplauso unânime do público e do pessoal de teatro que acompanhou de perto o Festival. Despojados de recursos cênicos, mas com uma excelente utilização da música, da dança e da expressão corporal, os atores interpretaram a *Danza de los Zopilotes*, que aborda o tema da contra-revolução em suas diferentes formas. Utilizando elementos do folclore e da cultura popular nicaraguense, o teatro coletivo construiu um espetáculo de grande beleza plástica e alto conteúdo político. Segundo Leda Alves, atriz e folclorista brasileira, o grupo nicaraguense apresentou um verdadeiro espetáculo de teatro popular, onde o público participa com alegria e entusiasmo.

Outras delegações

O Panamá foi representado pela *Junta Teatral Victoriana*, que trouxe a obra *La Madriguera*, de Jairo Anibal Pinto, cujo tema



No desfile de abertura, o balé popular do Recife (no alto). O grupo "El Galpón" do Uruguai, exilado no México, numa das cenas da peça "Pluto", de Aristófanes (no centro). E o Conjunto Folclórico Popular Palestino, uma das grandes atrações do Festival, com seus excelentes bailarinos e instrumentistas

III FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO **DÁ VIVAS A PALESTINA**



é um golpe de Estado em qualquer lugar da América Latina. A *Junta* é ligada ao movimento do Novo Teatro Latino-Americano cuja proposta é lutar pela justiça social, pelo respeito aos direitos humanos e pela unidade latino-americana. A delegação panamenha esteve integrada também por Pedro Rivera, cineasta, do Grupo Experimental de Cinema Universitário.

O Equador veio com Marfa Escudero e o grupo *Saltamontes*. Marfa Escudero é argentina, foi diretora do *Libre Teatro Libre de Córdoba* e atualmente está exilada no Equador. O desafio de María Escudero e seus "saltamontes" é contar a história dos que não a escreveram. "Quem construiu as pirâmides com o faraó?" perguntam. O grupo utiliza em seu espetáculo versos de cordel, recitados e representados com música e canto, como os cegos andarilhos.

Os Estados Unidos foram representados pelo grupo *Mabu Mines*, com "Prelúdio para morte em Venezuela", escrita e dirigida por Lee Brener. O personagem principal da obra é uma marionete gigante, animada por Bill Raymond de forma magistral. É uma fábula sobre o poder e o vício do poder, segundo seu ator.

O Chile nos trouxe "Três Marias" e "Uma Rosa", de David Benavente, uma alegoria sobre o "juízo final". "O que buscamos é uma forma teatral do que acontece no Chile neste momento", afirma a atriz Soledad Alonso.

A Espanha compareceu com o grupo *Cuadra de Sevilla* e a peça "Andalucía Amarga" que abordou o problema da migração. Uma retroescavadora no palco conduz o espetáculo entre suas garras de aço e mostra a vida dos que vão sendo privados de suas raízes, de sua terra, de seu trabalho e de sua liberdade.

Portugal, representado pelo grupo *Comuna*, trouxe dois espetáculos: "Bão" (para as novas gerações), conta a história de um jovem explorado pelo seu patrão, que procura reprimir sua consciência e sua liberdade. E "Sere-na Guerrilha", uma criação coletiva sem roteiro pré-determinado, que mostra a experiência vivencial de oito atores após a revolução do 25 de Abril.

Estiveram ainda presentes ao III FIT o *Performing Ars Troupe* da Nigéria, o Teatro Belga, o grupo uruguaio *La Carreta* e os grupos brasileiros "Tá na Rua", "Balé Popular do Recife", entre outros.

Paralelamente ao Festival, foram realizados dois festivais de cinema: um norte-americano, na Sala Haydée Santa Maria do teatro Ruth Escobar, e outro de filmes latino-americanos, no Museu da Imagem e do Som.

Diariamente, foram organizadas mesas redondas sobre diferentes temas: Teatro Latino-Americano, Teatro e Revolução na Nicarágua, A Pesquisa em Teatro, Estratégias de Sobrevivência etc. Gente de teatro do Brasil — Augusto Boal, Amir Haddad, Cesar Vieira, entre outros — e membros das delegações convidadas participaram dos debates.

A última semana

A última semana do Festival agitou ainda mais o cenário teatral de São Paulo.

O argentino Cipe Likovsky conquistou o público paulista com a sua versatilidade, sua voz profunda e seu grande talento, interpretando Brecht, Tiago de Melo, tangos: um "kabaret" literário, colagem de pequenas obras de arte no seu "Yo quiero decir algo".

O grupo *Plan K*, da Bélgica, com seu *Quarentaine* atraiu um

grande público, com lotações esgotadas todas as noites. Apresentando um espetáculo de vanguarda, com recursos visuais e musicais, os belgas ganharam também a admiração de todos pela sua simpatia e cordialidade.

O Balé da Nigéria, *Performing Ars Troupe*, trouxe o colorido e o ritmo contagiante de seus tambores em *Ogbanje* ("Nascido para morrer"), que revive na dança e na música uma velha crença do seu país: a existência de espíritos crianças que nascem para morrer e que só podem ser resgatados da morte pela intervenção das forças sobrenaturais.

Mas, sem dúvida, a grande atração dessa última semana foi o Conjunto Folclórico Popular Palestino, que nasceu com a Revolução Palestina e percorre o mundo apresentando as tradições culturais e históricas do seu povo. Com seus excelentes bailarinos e versáteis instrumentistas, nos deram uma mostra da sua cultura milenar, de seu espírito de luta e resistência, apesar das inúmeras agressões que vêm sofrendo através dos tempos.

Algumas ameaças telefônicas, uma carta do "Comando Delta" e mesmo a provocação de alguns elementos que acusavam o Festival de estar "acobertando guerrilheiros e terroristas", não conseguiram empanar o brilho de suas apresentações. Com casas permanentemente lotadas, o Conjunto Palestino foi prestigiado por toda a colônia árabe de São Paulo e por todos aqueles que vêem na resistência do povo palestino uma luta justa pela sua autodeterminação e seu direito à pátria e à soberania do seu território usurpado.

Cuba: sem vistos

A grande ausente do III FIT foi a delegação cubana. O governo brasileiro negou o visto de en-

trada ao grupo "Cabildo Teatral de Santiago" e aos cantores e compositores Silvio Rodríguez e Pablo Milanés. Inúmeros apelos foram feitos ao Ministério de Relações Exteriores e ao próprio Presidente da República no sentido de conseguir a liberação dos vistos, mas de nada adiantou.

Todas as delegações protestaram contra a atitude do governo brasileiro e, na festa de abertura, o Grupo de Teatro Popular "União e olho vivo" interpretou "Cuba, que linda és Cuba", acompanhado em coro por todos os artistas no palco. Na saudação a todas as delegações, Cuba

também foi mencionada e todos responderam: presente.

Ao finalizar a segunda semana, Ruth Escobar declarou que o Festival não terminou, continua em aberto, até que seja concedido o visto para os compositores e intérpretes cubanos Silvio Rodríguez e Pablo Milanés.

Uma militante dedicada ao teatro brasileiro

Em 20 anos de atividade teatral como produtora, animadora cultural e atriz, Ruth Escobar é hoje uma das figuras mais importantes do teatro brasileiro. Nesse tempo, realizou 33 montagens e três Festivais Internacionais de Teatro, que transformaram São Paulo na capital brasileira do teatro.

Ruth Escobar nasceu em Portugal e aos 16 anos chegou ao Brasil. Foi vendedora de anúncios, jornalista, percorreu o mundo entrevistando gente famosa e ao regressar ao Brasil integrou-se ao Grupo Novos Comediantes, embrião do Tea-



Ruth Escobar: uma portuguesa dedicada à arte e à cultura brasileira

tro Oficina, iniciando sua carreira teatral. Terminou por criar sua própria companhia.

Em 1964, apelando para empréstimos e venda de cadeiras cativas, conseguiu construir seu teatro no Bexiga — tradicional bairro de imigrantes italianos de São Paulo — num terreno "que era um buraco". Inaugurado em dezembro do mesmo ano e recentemente remodelado, o Teatro Ruth Escobar conta hoje com duas salas de espetáculos, uma livraria, uma sala de vídeo-teipe, um bar e a recém-inaugurada sala de cinema Haydée Santa Maria, em homenagem à falecida diretora da Casa de Las Américas de Cuba.

Ruth Escobar realizou montagens tão importantes como a "Ópera dos Três Vinténs" de Brecht, "As Fúrias" de Rafael Alberti, "O Balcão" de Jean Genet, "Cemitério de Automóveis" de Arrabal, entre outras. Foi no seu teatro, em 1968, que se deu o lamentável incidente da agressão ao elenco da peça "Roda Viva" de Chico Buarque, por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), fato que gerou muita revolta e uma enorme mobilização da classe teatral.

Nas épocas mais negras da ditadura, Ruth Escobar desafiaria a censura inúmeras vezes, realizando leituras públicas de peças proibidas e levando à cena obras como a "Missa Leiga", de Chico de Assis, que chegou a provocar, na época, um choque entre a Igreja e os órgãos de repressão.

Em 1980, realizou outro importante projeto. Começou a trabalhar com os presos da Casa de Detenção de São Paulo e criou um Centro de Dinamização Cultural numa favela da periferia da capital paulista.

Esse trabalho silencioso só se tornou público quando a botaram para fora da Casa de Detenção, acusando-a de incitar, com seu trabalho teatral junto aos presos, uma rebelião. A verdade é que seu trabalho estava mudando, pela tomada de consciência dos presos, a passividade diante das formas de dominação no presídio.

O teatro de criação coletiva

O trabalho conjunto pode ser um caminho para recriar o teatro como uma das formas de comunicação e reflexão mais importantes em relação aos principais problemas político-sócio-econômicos e culturais do continente latino-americano. Nesse sentido se orientam grupos cada vez mais numerosos, até onde as circunstâncias o permitem

Julia Maciel

Os conquistadores chegaram à América Latina com seu teatro nas costas e, a partir deste momento, nossos cenários passaram a ser utilizados pela propaganda do dominador. Cenários, corais, palcos modestos e, finalmente, salas suntuosas serviram para impor uma cultura cujas pautas estéticas e tramas dramáticas pertenciam a outro mundo.

A proposta teatral que chega às colônias espanholas é universal mas estranha. Com o passar dos séculos a mensagem teatral continua sendo estranha, pois integra uma forma privilegiada de comunicação que exclui aqueles que não participam da grande festa do poder — e, portanto, da cultura.

Já o fato de se ter que pagar um ingresso para presenciar como espectador passivo o desenrolar de uma história que se desenvolve num cenário alto e distante, torna a mensagem estranha. Não tentamos, na realidade, minimizar ou reduzir a importância do teatro em sua concepção, digamos, “clássica”. Este teatro “dos outros” pode ser assimilado a partir de sua aceitação como tal, desde que sua condição de estranho (alheio) não seja imposta e sim solicitada.

O teatro popular

No entanto, o teatro para o povo só se tornará acessível quando mudar profundamente a situação política do nosso continente. Esse lento caminho do teatro até o povo só poderá realizar-se na medida em que esse mesmo povo não seja sujeito passivo da cena política e sim protagonista ativo de uma sociedade em que a integração não o exclua de privilégio algum. Onde não lhe sejam negados certos direitos, nem condenado a duras privações.

Na América Latina, a época populista permitiu a existência de vastos movimentos teatrais que tentaram superar a secular passividade, propondo o protagonismo das maiorias. Aí está o exemplo do teatro do Rio da Prata, no princípio do século, quando as vanguardas lutavam para sancionar o voto universal e dar voz aos marginalizados. Nesse contexto floresce o *sainete*, uma nova cosmovisão teatral, cujo conteúdo está baseado nos limites do continente. Depois desse antecedente, somente em Cuba revolucionária há condições concretas para o desenvolvimento desse novo teatro.

A atual experiência teatral cubana é uma prova de que — desaparecendo a estrutura de exploração comercial do teatro, o uso da arte como objeto de consumo — pode se chegar a uma nova proposta que elimine resíduos e heranças das estruturas de dominação.

A partir da obra *La vitrina*, de Elbio Diaz, surge uma nova forma de participação teatral, onde o público intervém na obra opinando, propondo até a sua conversão não mais num espectador passivo e sim num verdadeiro co-protagonista.

Depois da criação do *Grupo de Teatro Escambray* outros trabalhos abrem o caminho. A proposta é sedutora: instalar-se numa região; conviver, informar-se sobre os problemas, preferências, possibilidades do conjunto; discutir com as pessoas do lugar; informá-los sobre a possibilidade de transferir esses seus problemas para o “teatro”; levar adiante o esforço para concretizar uma proposta cenicamente válida; e, finalmente, “apresentar a obra” em que participe todo aquele que esteja em condições de fazê-lo por sua capacidade ou por sua necessidade.

O trabalho coletivo sai de Cuba

Depois do *El Escambray* são organizados outros grupos na ilha como o *Teatro La Yaya*, o da província de *Las villas*, e o “Teatro de Participação Popular”. Mas não somente em Cuba se tenta esta abertura. Atores, dramaturgos, diretores do continente comprometidos com os processos de emancipação em seus países reconhecem a iniciativa e a transferem para dentro das possibilidades locais.

Cuatrotablas, no Peru, floresce durante a gestão do presidente Velasco Alvarado. O grupo

tenta nesse momento de abertura contribuir com sua experiência e sua proposta teatral para desenvolver uma consciência coletiva revolucionária.

Em Porto Rico, o momento mais interessante do teatro de criação coletiva é alcançado pelo grupo *Bahiasucia-Bahianegra*. No Panamá, o *Grupo Teatro de Los Trashumantes* propõe a seus compatriotas a colaboração para trabalhar temas que terminam por converter-se em verdadeiras e valiosas "obras de repertório", como *El surgimiento de una barriada bruja* ou *El anexo de la Escuela*.

A temática utilizada pelo teatro de criação coletiva da Colômbia é a dos camponeses e serve para analisar a própria história a partir do enfoque do conquistado. A Colômbia se situa no panorama do teatro popular de criação coletiva do continente como uma das forças mais sólidas. Trabalha-se intensamente e com êxito.

Para dar uma idéia do esforço e seus resultados basta mencionar o *Teatro Experimental de Cali* (TEC), que significa um momento importante do teatro colombiano, reconhecido em todo o mundo. *La Denuncia* converteu-se quase num clássico da criação coletiva.

Alguns outros grupos ilustram o fenômeno na Colômbia: o *Teatro Experimental La Mama*, o *Grupo Teatral El Local*, o *Grupo Teatral La Candelária*.

Nas fronteiras do México

Na fronteira do México com os Estados Unidos também se desenvolve um tipo de teatro que é em si mesmo uma forma de protestar, utiliza uma linguagem agressiva, diz coisas ingratas, desmitifica o mito absurdo dos Estados Unidos, mostrando as coisas como realmente são,

falando em "chicano" (o inglês falado pelos mexicanos norteamericanos).

Em 1973, o "Teatro Coletivo de Albuquerque" apresentou sua primeira obra, *En la corte de Nixon*, e assim foi iniciado um grande movimento teatral que, em 1975, deu origem à criação do *Claro* (*Chicano League Against Racism and Opression*), a Liga Chicana contra o Racismo e a Opressão.

Também a Argentina conheceu um interessante momento do teatro de criação coletiva, através das suas cores locais, como era inevitável. Na cidade de Córdoba o "Teatro Livre Teatro" (TLT) começa suas atividades em 1969 quando estoura um movimento popular conhecido como *el cordobazo*. Até 1975 foi possível desenvolver um trabalho intenso e realmente valioso.

Em Buenos Aires as atividades se intensificam a partir do

governo do presidente Héctor J. Cámpora. A abertura política tem reflexos também no teatro. Diversos grupos que, na verdade, têm uma origem comum na busca pela criação coletiva, percorrem a cidade e propõem formas de trabalho conjunto. Duas experiências diferentes sintetizam o momento: o grupo de estudantes de teatro e atores que junto com Norman Briski, um mímico e ator popular, propõem um trabalho de criação sobre os conflitos sindicais e estudantis e *La murga de Liniers* que, partindo dos grupos carnavalescos, incita uma nova forma de expressão de eficácia imediata.

Quase todos os integrantes daqueles grupos florescentes na época do auge do peronismo, após o golpe militar, foram alvo de perseguições, morte e exílio. Para dar um exemplo, há o caso de Polo Cortes, desaparecido em 1976. Até hoje, não se sabe se ele está vivo ou morto.

As perseguições e as dificuldades de toda ordem que vivem os defensores do teatro coletivo não inviabilizam suas idéias. Pode ser que não surja daí uma nova escola teatral. Mas, eventualmente, podem surgir novas formas de trabalho dramático. Além disso, contribui para fazer do teatro um território que possa ser compartilhado por todos — atores e público. Um local de participação. □

O teatro tradicional e o teatro na rua (México)



Dias Gomes: uma nova linguagem na televisão brasileira

O criador de *Odorico Paraguaçu* e de *Sucupira* conta a história da resistência dos dramaturgos brasileiros, do teatro e da televisão

Altair L. Campos

Dias Gomes vive na vida real um personagem quase tão singular quanto a maioria dos personagens que ele criou para o teatro, o rádio, a televisão e o cinema: escritor com posições de esquerda publicamente assumidas, escreveu as principais novelas da poderosa "Rede Globo", a maior cadeia de televisão do país, sem se preocupar com o que o sistema pensa e espera dele. Detalhe: o seu trabalho, habitualmente crítico e com definição política clara, consegue geralmente aplausos.

Para Dias Gomes, a situação atual é uma conquista, fruto de mais de dez anos de trabalho. Além disso, é a possibilidade de concretizar um velho sonho: escrever para o grande público, rompendo as limitações do público de teatro, quase sempre dirigido às elites. No conjunto, o público de televisão no Brasil atinge cerca de 60 milhões de espectadores, distribuídos por 94 estações emissoras e cerca de 14 milhões de aparelhos receptores em todo o país. Neste quadro, a "Rede Globo" mantém praticamente um monopólio: das 94 emissoras de televisão, 61 pertencem ou a ela são filiadas.

Quando fala do seu trabalho, Dias Gomes faz questão de dizer

sempre que não abre mão da sua visão do mundo. Gosta também de falar no plural, usando o pronome "nós". É uma forma de generalizar toda uma angústia de sua geração, cujas várias tendências ideológicas se reuniam num ponto de convergência: o questionamento da realidade brasileira. Dela fazem parte figuras como Ariano Suassuna, Jorge Andrade, Oduvaldo Viana Filho, Plínio Marcos e Augusto Boal, todos vítimas do regime militar que instaurou a censura, proibiu peças e perseguiu intelectuais.

Nesta entrevista, Dias Gomes fala da sua vida que é, também, o retrato do drama de uma geração de teatrólogos que queriam um teatro popular, político e, sobretudo, revolucionário.

Onde você nasceu?

— Salvador, na Bahia.

Sua formação intelectual foi influenciada por Jorge Amado?

— Não. Jorge Amado é de uma geração anterior à minha. Eu vim para o Rio muito cedo. Tinha 13 anos. Já estou com 58.

A infância sempre marca a gente. Além disso, o peso cultural da Bahia é muito forte. Você não sente isso?

— Toda minha obra tem influência da paisagem, da diversidade dos tipos humanos da Ba-



Dias Gomes

hia. A infância é uma coisa muito viva. Às vezes, nossas raízes pesam mais do que a formação intelectual, que chega mais tarde.

Antes de chegar ao teatro, você tentou outras profissões. Como chegou a uma definição?

— Quando terminei o que hoje se chama de segundo grau tentei duas ou três carreiras, inclusive a militar.

A experiência militar foi boa?

— Aos três anos fiquei órfão de pai. Meu irmão mais velho era quem sustentava a família. Ele se formou em Medicina e, como precisava trabalhar imediatamente, foi ser médico do Exército. Foi ele quem me influenciou para que eu fizesse exame. Prestei concurso na antiga Escola Militar de Realengo, no Rio.

E passou?

— Na hora da prova, eu tive um "branco". Excesso de estudo, sabe? Na hora da prova de álgebra eu não conseguia lembrar nada e fui reprovado. Como eu tinha ido bem em todas as outras provas, o então Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, de triste memória, permitiu que eu me matriculasse. Entrei no terceiro ano da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre.

Quanto tempo você ficou lá estudando?

— Um mês. A metade do tempo passei na cadeia.

Indisciplina?

— Não me adaptei à disciplina militar. Pedi desligamento e vim para o Rio num navio da Costeira.

E aí?

— Tentei estudar Engenharia e Direito. No curso de Engenharia, fiquei um ano; no de Direito, cheguei ao terceiro ano. Desisti de ambos. Nunca seria nem engenheiro, nem advogado. De nada me adiantava o anel de doutor.

A vocação era mesmo o teatro...

— Na faculdade, eu já sentia isso. O teatro começava a me chamar, a me solicitar de forma violenta. Eu já escrevia minhas primeiras peças e começava a encená-las.

Qual foi sua primeira peça?

— Foi "O pé de cabra". Ela foi encenada quando eu tinha 19 anos, pelo Procópio Ferreira. O Oduvaldo Viana, pai, viu a peça, gostou e me chamou para integrar a equipe de redatores da Rádio Panamericana que ele estava organizando. Ele foi o responsável pela minha ida para o rádio-teatro. Eu escrevia ou adaptava peças de uma hora de duração.

Foi nesta época que você conheceu Janete Clair?

— Dois anos depois eu fui para São Paulo trabalhar nas Emissoras Associadas. Foi lá que conheci Janete.

Janete Clair é hoje uma das grandes autoras de novelas para a televisão. Vocês começaram a escrever ao mesmo tempo?

— Não. A Janete começou a escrever depois de mim. Antes, ela escreveu para o rádio.

Seria você o responsável pela "descoberta" da vocação dela?

— É possível. Afinal, ela casou-se com um escritor, com um homem que não fazia outra coisa senão escrever. Isso deve ter ser-

vido de estímulo, pode ter influenciado alguma coisa. Dos quatro romances que escrevi quando éramos namorados, ela datilografou três. Ela já tinha a vocação e, penso, o "micróbio" infiltrou-se nela a partir daquele momento.

Como é que você chegou à "Rede Globo"?

— A história começa quando eu fiquei sem poder trabalhar.

Sua obra teatral ficou alguns anos interrompida, não?

— Ao todo foram sete anos. Entre 1969 e 1977. Nesse período, eu só podia escrever para a televisão. A ditadura não deixava eu fazer outra coisa. Depois do Ato Institucional nº5 o arrocho

aumentou. Foi a repressão violenta que me deu certeza da impossibilidade de viver como escritor de teatro. As minhas peças começaram a ser proibidas.

Exemplo?

— "O berço do herói" foi a primeira. Estávamos em 1965. Ela teve a triste glória de iniciar a longa série de proibições de peças no teatro. Em 1968, "A invasão", que já tinha sido encenada em 1962, também foi proibida. Meu filme, "O pagador de promessas", ficou sete anos proibido. Houve também a proibição de "A revolução dos beatos", na Bahia. Foi aí que vi que tinha duas opções: me adaptava ao modelo que o regime impunha ou teria de sobreviver em outros mares. Optei pela segunda hipótese. A televisão me fizera um convite e eu resolvi aceitar.

Foi então que você entrou na "Globo"?

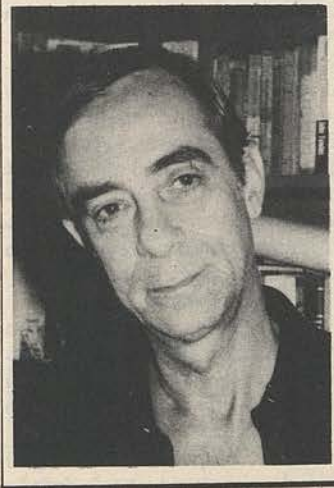
— Exato. Eu aceitei o trabalho, em primeiro lugar, por questões de ordem econômica. Era também uma opção de sobrevivência artística. Além disso, a televisão era um desafio, tinha um público imenso. Eu seria incoerente comigo mesmo se recusasse, na medida em que era a platéia popular com a qual sonhávamos.

Quantos milhões de pessoas?

— Hoje são 50 milhões, 60 milhões. De qualquer forma, era uma platéia popular e não apenas a platéia de elite que eu tinha no teatro, muito a contragosto. Na televisão, o público ia da classe A à classe Z e podia ser qualificado como rigorosamente representativo. Era o povo. Eu não iria desprezar uma experiência desta, principalmente por ser um dramaturgo, um intelectual com a minha formação. Eu vinha de uma geração que sempre propôs um teatro político popular.

É conhecida a sua militância política, militância essa muito vinculada ao hoje ilegal Partido

"O que queríamos, só é possível num regime socialista, num regime onde o governo tenha interesse real em difundir a cultura"





Quadro do Brasil em 1968: os direitistas invadem e agridem o elenco da peça *Roda Viva*

Comunista Brasileiro...

– Illegal hoje e quase sempre...

Quando começou essa militância?

– Eu entrei para o Partido em São Paulo. Foi em 45, na época da legalidade que se estendeu até 47. Militei mais de 30 anos.

E hoje?

– Sou um livre-atirador e pretendo me conservar assim. Não pretendo ter vida partidária, embora continue a pensar do mesmo modo, acreditando nas mesmas coisas que sempre acreditei. Acho que posso ser mais útil como livre-atirador do que com uma militância partidária vinculada.

Existe contradição entre o fato de você pensar como pensa, agir como age politicamente e trabalhar na "Globo", um dos

suportes do regime que derrubou o Governo em 64?

– As contradições são do regime. Não minhas. Se uma cadeia de televisão poderosa como é a "Globo" me convida e me oferece espaço de trabalho, eu não tenho o direito de recusar. Tenho que ocupar este espaço desde que, evidentemente, seja preservada a minha liberdade de criação. Como isso acontece até hoje, vai tudo bem. Eu escrevo aquilo que eu quero escrever e não o que querem que eu escreva.

E a autocensura?

– Pode ser até que ocorra num processo subliminar, inconscientemente. Eu não percebo a existência da autocensura no meu trabalho.

Como é que você consegue ser fiel a si próprio na televisão?

– Na televisão, apenas mudei de linguagem. Não mudei minha temática, não mudei minha ideologia, não mudei minha visão do mundo. Não me traí. Há 10 ou 11 anos venho tentando criar uma linguagem para a televisão. Pesquisando essa linguagem. A questão é colocar a mesma temática dentro de uma linguagem nova, num veículo novo.

Quando ocorreu o golpe, você fazia o quê?

– Em 1964 eu era diretor artístico da Rádio Nacional no Rio. Por causa da minha militância política e por causa da função que exercia, tive que me exilar dentro do meu próprio país. Fui demitido e respondi a sete inquéritos policiais-militares, os famosos IPMs.

Você chegou a ser preso alguma vez?

– Na época, foi expedida uma ordem de prisão contra mim, mas não chegou a ser cumprida. Caiu nas mãos de um parente. No Brasil, tem destas coisas. Aliás, nunca ter sido preso sempre me deu muita vergonha. Lembro dos anos de 46 a 47, época em que participei dos primeiros congressos do PCB. A linha naquele tempo era tremendamente esquerdista. Os companheiros subiam à tribuna e falavam das suas prisões. Uns tinham 15 e outros 20 prisões. Eu me sentia humilhado. Nunca tinha sido preso. Sentia vergonha. Hoje não, acho que conseguir atuar sem nunca ter sido preso significou um bom trabalho político.

E a clandestinidade?

– Em 1964, como todo mundo, eu passei uma temporada de "molho". Depois voltei à vida normal e lutei para continuar no país, apesar das ameaças de prisão. No dia do golpe, saímos da Rádio Nacional 15 minutos antes da emissora ser tomada pelos golpistas. Naquele 19 de abril, muitos companheiros optaram

pelo exílio e foram pedir asilo em embaixadas. Eu cheguei a pegar um carro com mais dois outros companheiros, mas saltei no meio do caminho.

O que foi que aconteceu?

— Pensei bem e vi que o exílio, o exterior, seriam piores que a prisão. Sou muito preso à minha terra, à minha gente, à minha família. Acho que não errei. Não porque não tivesse sido preso, como fui ameaçado. Mas porque a realidade mostrou que minha avaliação era correta. Dos dois companheiros que estavam comigo, um não aguentou e fugiu da embaixada semanas mais tarde; o outro foi para o exterior, comeu o pão que o diabo amassou e se arrependeu amargamente de não ter descido no meio do caminho.

Foram muito duros para você os anos seguintes ao golpe?

— Em 64, 65 e 66 eu passei maus pedaços.

Como é que você conseguiu sobreviver?

— Um pouco do teatro, um pouco de peças encenadas no exterior. Em 1966, consegui encenar "O santo inquérito". Em 1968, encenei "Dr. Getúlio".

Você não acha difícil fazer teatro social num país em que o teatro é muito voltado para a elite, como é o caso do Brasil?

— Há um detalhe aí. Quando falamos de elites, não podemos esquecer que uma grande parte dessas elites é de gente jovem, estudantes, para quem sempre vale a pena dizer alguma coisa. Mas a nossa grande frustração é ter essa platéia, esse público seletivo. Nos anos 60, quando fazíamos um teatro de idéias, de questionamento político, tínhamos um público que sabia tudo aquilo que nós questionávamos. Era um público que, de antemão, já estava de acordo com nossas idéias. Era um público que ia ao teatro ouvir o que já sabia.

E para ouvir o que gostavam de ouvir...

— Ou de dizer... Nós queríamos falar para um público ao qual pudéssemos transmitir coisas que ele não soubesse sobre a sociedade brasileira, coisas que o conscientizassem. Um público de operários, um público de favelados, um público de camponeses. E esse público era inatingível. Todas as tentativas foram frustradas. O que queríamos só é possível num regime socialista, num regime onde o Governo tenha interesse real em difundir a cultura. No caso do Brasil, a cultura é sempre marginal e o teatro

mais marginal ainda. Não podemos esperar nada de um país, de um regime como o nosso onde o teatro é olhado como fonte de subversão, como fonte de contestação, e nada mais.

Essa visão de fonte de subversão é hoje também válida para a imprensa que realmente informa...

— Isto acontece aqui com a cultura de um modo geral. As pessoas inteligentes pensam, mas num regime como o nosso o que se deseja é que ninguém pense, que se deixe o monopólio do pensamento com o regime. O "chefe" pensando por todos. É o fascismo. Durante todo o período da ditadura se não tentaram extinguir o teatro, tentaram pelo menos domá-lo, fazê-lo útil; não ao questionamento da realidade, mas ao contrário, torná-lo útil ao sistema.

E houve realmente certa submissão...

— Durante os anos 70 surgiu no Brasil uma dramaturgia anêmica, intimista, esteticista, tal como convinha ao regime. Eu me afastei do teatro justamente para não compactuar com isso.

Qual foi, digamos assim, a demissão de maior caráter político que você sofreu?

— Todas as demissões que sofri foram políticas. Uma das primeiras foi a das Emissoras Associadas, na época da assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em 1947. Fiz críticas ao Tratado, vendi meu peixe através dos meus programas. A embaixada norte-americana não gostou. Queixou-se à direção da empresa, e fui demitido. A "Doutrina Monroe" defendia a América para os americanos. Truman passou a defender a América e o mundo para os norte-americanos. Era a guerra fria. Nós fomos contra isso e fomos demitidos. Eu e a Janete Clair. Ela por solidariedade.



"Nesse período, eu só podia escrever para a televisão. A ditadura não deixava eu fazer outra coisa"



A mobilização entre os artistas na pior fase da ditadura

Você caiu no desemprego por ser considerado um "perigoso" comunista?

— Macartismo. Puro e simples. Em 1953, quando voltei de Moscou, fui demitido da Rádio Clube do Brasil, onde era diretor artístico. O Carlos Lacerda, que mais tarde foi governador, fez um escândalo pela imprensa. E eu entrei na lista negra. Um detalhe: viajei com meu próprio dinheiro. Paguei a viagem com um empréstimo que tomei de um judeu. Quando assisti "Testa-de-ferro por acaso", *The Front*, de Woody Allen, vi na tela uma situação que tinha sido vivida por mim, se bem que inversamente.

Como assim?

— No filme, Woody Allen vive um personagem que serve como

testa-de-ferro para três escritores perseguidos pelo macartismo nos Estados Unidos. Eram três escritores de televisão. No meu caso, eu tinha três amigos que apresentavam como seus os trabalhos que eu escrevia. Não fosse isso, eu não teria sobrevivido. Fiquei nove meses desempregado e não tinha como publicar nada com meu nome. Eles apresentavam as peças, os programas, e recebiam em meu nome. Foi assim que acabei entrando na televisão.

Como é que você conseguiu vencer a barreira?

— Foi através de uma agência de publicidade. A agência tinha um cliente que financiava tele-teatro. Fui contratado para fazer um programa semanal. Foi aí que voltei à "legalidade" como autor.

Qual foi a primeira novela que você escreveu para a televisão?

— Foi "Verão vermelho". Depois vieram "Assim na terra como no céu", "Bandeira dois", "O bem-amado", "Roque Santeiro", que foi proibida, "Saramandaia" e "Sinal de alerta".

Fale um pouco de "O bem-amado". Há alguma mudança fundamental da novela para a série exibida semanalmente?

— Há uma mudança de forma. Muitos personagens foram mantidos, outros suprimidos. Novela é uma coisa, seriado é outra.

Qual a diferença?

— Seriado é um episódio completo, com início, meio e fim. Uma novela é desenvolvida capítulo por capítulo. Houve, portanto, uma mudança de forma. Mas houve também outras mudanças. A novela não era como o seriado de hoje, onde apresento Sucupira como uma espécie de microcosmo do Brasil. A novela era mais como um romance, misturava a realidade e o absurdo, com uma sátira à vida política brasileira. O seriado é mais conciso, é mais político.

Qual dos dois é mais fácil de escrever?

— A novela é mais cansativa. Um capítulo por dia. Vinte laudas datilografadas. Um verdadeiro trabalho braçal. No seriado, estou escrevendo quase um episódio por semana. Três por mês, em média. São 31, 32 páginas. Mas o seriado consome mais idéias. Cada episódio é uma idéia nova. Tenho sempre que encontrar um tema que sirva para escrever uma peça. Nem todos os temas servem. É por essa razão que os seriados da "Globo" têm três ou quatro autores.

A exceção é você...

— É muito difícil fazer o trabalho sozinho, mas não encontrei ainda um autor que afine com meu estilo. Todos os dias

chegam peças às minhas mãos que infelizmente não posso aproveitar.

Você se inspira em personagens reais para seu trabalho? Por exemplo: Odorico Paraguaçu, de "O bem-amado", é inspirado em alguém que você conhece?

— Não. Meus personagens são completamente inventados completamente fictícios. É evidente que eles têm relação com a realidade. Não são seres abstratos. Encontramos por aí muitos Odoricos, muitos Zecas Diabo...

"O bem-amado" foi escrito especialmente para a televisão?

— "O bem-amado" foi uma peça que escrevi depois de "O pagador de promessas", em 1961. A primeira versão foi engavetada. Não gostei. Depois que "O pagador de promessas" ganhou a Palma de Ouro, em Cannes, uma grande revista brasileira quis publicar com exclusividade uma peça minha. Eu estava na moda. E o Odorico estava lá, engavetado. O nome da peça era "Odorico, o bem-amado, e os mistérios do amor e da morte". Vendi seus direitos de publicação em dezembro de 1962. Depois dessa publicação, fiz uma nova versão, que só foi encenada em 1968, pelo Teatro de Amadores de Pernambuco. O que foi levado para a televisão foi uma adaptação dessa nova versão feita em 1973.

Das suas peças teatrais, qual é a que você considera ter a melhor mensagem política?

— É difícil dizer. É uma pergunta que deve ser feita aos críticos, aos que assistiram minhas peças.

E qual a mais gratificante, pessoalmente?

— A que me deu mais alegria foi "O pagador de promessas", a mais encenada, a mais editada, a mais premiada. Mas não considero que "O pagador" tenha sido a melhor peça que eu tenha escrito. Todas as minhas peças têm os seus defeitos. A melhor é sempre

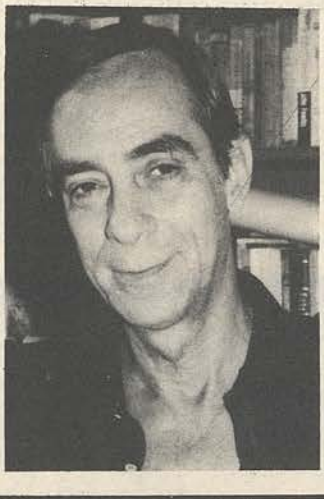
a última, quando julgamos que corrigimos os erros cometidos nas anteriores. E no caso, seria a minha última peça, "Campeões do mundo".

E das novelas feitas para a televisão, qual a que você mais gosta?

— A que escrevi com maior prazer foi "Saramandaia". Foi a mais criativa, onde fiz um trabalho de recreação de linguagem. Uma proposta de uma nova linguagem na televisão. Tudo isso era muito fascinante. Mas não foi muito bem realizada.

Qual a sua opinião sobre a crítica em geral? Como vê a figura do crítico teatral?

"Todas as minhas peças têm os seus defeitos. A melhor é sempre a última, quando julgamos que corrigimos os erros cometidos nas anteriores"



— Toda crítica é subjetiva. Não existe crítica objetiva. A opinião de um crítico é a opinião de uma pessoa, com todos os seus subjetivismos. Leio a opinião de um crítico e considero-a como a opinião de qualquer espectador. Recuso-me a aceitar o crítico como juiz, exatamente pela sua falta de objetividade. E falando do Brasil, o crítico não chega a representar a opinião de uma classe, nem sequer a opinião do jornal onde escreve.

Mas pode o crítico ser o representante de uma elite intelectual?

— Seria legítimo. Poderia ser o representante de uma vanguarda. Mas isso não acontece. Muitas vezes a intelectualidade prestigia um espetáculo que a crítica arrasou. E pode perfeitamente acontecer o contrário.

Como você vê o surgimento de novos países na África, onde também se fala o português? Como sentiu a libertação desses países do jugo colonial português?

— Com muita alegria, mas até agora à distância. Ainda não tive o prazer de conhecer pessoalmente Angola, Moçambique ou Cabo Verde. E gostaria também de conhecer São Tomé e Bissau. É qualquer coisa de muito fascinante saber que países que foram "colonizados" da maneira que foram, oprimidos da maneira que foram, sem que lhes fosse deixado o mínimo de estrutura para isso, façam o que está sendo feito. E como se trata de povos irmãos, olhamos isso com muito calor. As opiniões trazidas pelo Chico Buarque são apaixonadas, e eu gostaria de ter uma opinião formada pessoalmente. Mas imagino como deve ser difícil edificar uma sociedade socialista com o legado deixado pelo colonialismo português. As pessoas querem sempre resultados imediatos. □

O holocausto esquecido

A abolição da escravatura não foi uma dádiva dos brancos humanitários e sim uma conquista dos próprios negros oprimidos

Cedric Belgrave

Certa vez, Winston Churchill afirmou com lucidez que “as críticas ao passado servem para guiar ações efetivas no presente”. A verdade histórica é, sem dúvida, terapêutica e profilática. Mas, os historiadores, ainda que se julguem muito liberais, pertenceram, quase que sem exceção, aos países desenvolvidos e às classes privilegiadas. Assim, refletem o seu ponto de vista: o dos vencedores na luta dinâmica entre nações e classes. A opinião das vítimas, sobre cuja derrota foi construído o desenvolvimento, nunca é levada em consideração com profundidade. A História apresenta-se como uma linha de progresso contínuo, sem referências ao seu custo humano e sem questionamento da sua validade.

São poucos, e por isso mesmo ainda mais valiosos, os historiadores com a qualidade e a visão que demonstra Richard Hart em seu último livro*. Sua análise lúcida, breve mas bem documentada, do maior holocausto da era civilizada — o cínico sacrifício de dezenas de milhões de africanos em benefício do progresso dos brancos — deveria ser um li-

vro de texto obrigatório em cada escola de nível secundário do Terceiro Mundo. E também deveriam recomendá-lo os educadores dos países imperialistas do passado ou do presente, mas, para isso, eles teriam que ter uma atitude humilde, o que é pouco provável que aconteça.

Quatro séculos de calvário

Hart é um universitário jamaicano que participou ativamente das lutas políticas do Caribe e continua comprometido com a sua pátria, embora resida atualmente na Grã-Bretanha. Num próximo livro estudará com profundidade as rebeliões que abalaram o sistema escravagista no início do século XIX na Jamaica. Neste volume, narra, com um estilo medido que controla mas não oculta sua indignação, quatro séculos de submissão de seus antepassados, das primeiras pe-

netrações brancas na África à abolição da escravatura.

Como pioneiros da abolição, os britânicos ganharam prestígio. Hart aprecia o que há de bom na terra que o acolheu como exilado, mas as evidências que apresenta no seu trabalho não dão aos ingleses motivos de glória em relação ao seu passado escravagista. O dossiê dos crimes britânicos contra homens, mulheres e crianças negras, tanto no tráfico como nas plantações do Novo Mundo, mostra que quando se trata de maximizar lucros, a crueldade não conhece fronteiras.

Para justificar essa crueldade diante do Deus cristão, a hipocrisia atingiu níveis além da imaginação. E nesta prática, os ingleses — que chegaram a ter um navio chamado “Jesus” — superaram os seus rivais espanhóis, portugueses e franceses. Os escravagistas católicos atuavam sob exortações sacerdotais em relação à salvação das almas negras. Os dissidentes ingleses, em troca, descobriram em suas escrituras que os negros não tinham alma. Não eram seres humanos. A glória e a riqueza dos negociantes ingleses era um dos desígnios do Todo-Poderoso e não havia, portanto, nenhum remorso moral.

Os chefes africanos eram corrompidos com bebidas alcoólicas e quinquilharias que os convertiam em sócios da empresa. Seus compatriotas capturados cruzavam o oceano algemados em fétidos porões de navios negreiros, formalmente assegurados contra as “perdas” (os cadáveres

* Hart, Richard, *Slaves Who Abolished Slavery: Vol. 1, Blacks in Bondage* (“Escravos que aboliram a escravidão”, Primeiro Volume, “Negros no cativeiro”), *Institute of Social and Economic Research, University of the West Indies, Jamaica, 1980.*



eram jogados aos tubarões durante a travessia) que oscilavam entre 20 a 50% da "carga". Qualquer resistência à vida que levavam (eram tratados como gado) era motivo para punições, como torturas e mutilações. Tudo isto, por vontade divina.

Deus muda de opinião

Nos fins do século XVII, em Barbados, castigava-se o negro que cometesse o crime de assistir a uma cerimônia religiosa. Durante o século XVIII, ousados pensadores *quakers* e outros rebeldes cristãos começaram a afirmar que os escravos deveriam ser convertidos e batizados (ou seja, que realmente eram humanos). Tamanha heresia custou a prisão a muitos deles.

Mas de onde nasceu a súbita compaixão dos ingleses por suas vítimas? Da revolução industrial, que começou na Grã-Bretanha e criou o trabalho assalariado, que, ao mesmo tempo, tornava importante a mão-de-obra e o mercado consumidor para os novos produtos. Agora, a escravidão era contrária aos desígnios de Deus. Os donos das novas fábricas se envolveram no movimento abolicionista, enfrentando os grandes interesses criados. Tão grandes (a própria família real estava envolvida) que os abolicionistas insistiam que não estavam contra a escravidão em si mesma, mas sim contra o comércio escravagista.

Nada mais distante da intenção dos abolicionistas do que

estimular a resistência dos escravos ou mesmo de discutir com eles o problema. Quando a rebelião dos negros triunfou no Haiti, liderados por Toussaint L'Ouverture, o abolicionista Wilberforce foi o primeiro a horrorizar-se.

Os plantadores ingleses ainda esperaram, mas finalmente foram derrotados e uniram-se às lutas contra o comércio negreiro que continuava abastecendo os seus rivais. Pouco a pouco o tráfico foi proibido em todas as partes do mundo, seguindo o exemplo britânico. Mas o contrabando de escravos continuou durante décadas. Para cortar o comércio pela raiz, os ingleses tiveram que voltar a subornar os chefes africanos, pois para estes o tráfico havia se tornado a principal fonte de rendas.

Por favor, não açoiem as mulheres

Se os religiosos contribufram para acender o fogo da resistência, como Hart reconhece, isto não foi intencional: sua pregação sempre consistiu em enfatizar que Deus exigia resignação dos escravos até que a divina vontade resolvesse mudar seu destino. Mas os escravos cristãos "chegaram a diferentes conclusões a respeito da conduta que seu Deus esperava deles".

Em 1816 estourou uma rebelião de escravos em Barbados. A tensão crescia no resto das colônias e os abolicionistas propuse-

ram a emancipação dos escravos mas sem mudar substancialmente as relações de propriedade. O parlamento britânico concordou que a escravidão deveria ser abolida, mas adiou a decisão indefinidamente. Entretanto, "recomendou" aos governos coloniais que suspendessem certos "abusos", como o açoite às mulheres.

O resto da história tem as vítimas como protagonistas. Os abolicionistas britânicos ficaram com todo o mérito de haver convencido o mundo a mudar sua atitude "desumana", mas foram os próprios escravos que deixaram claro que não confiavam na solução do problema por parte dos seus "benfeitores". Entre 1820 e 1830, a tensão nas plantações tornou-se incontrolável. As rebeliões estouraram na Jamaica em 1831 e 1832. Era impossível continuar protelando a medida e, no ano seguinte, o pesadelo terminou para os africanos cujos captores eram ingleses. Seus irmãos nos Estados Unidos continuaram sofrendo e lutando ainda por três décadas. Ainda demorou cinco decênios a abolição em Cuba e seis no Brasil.

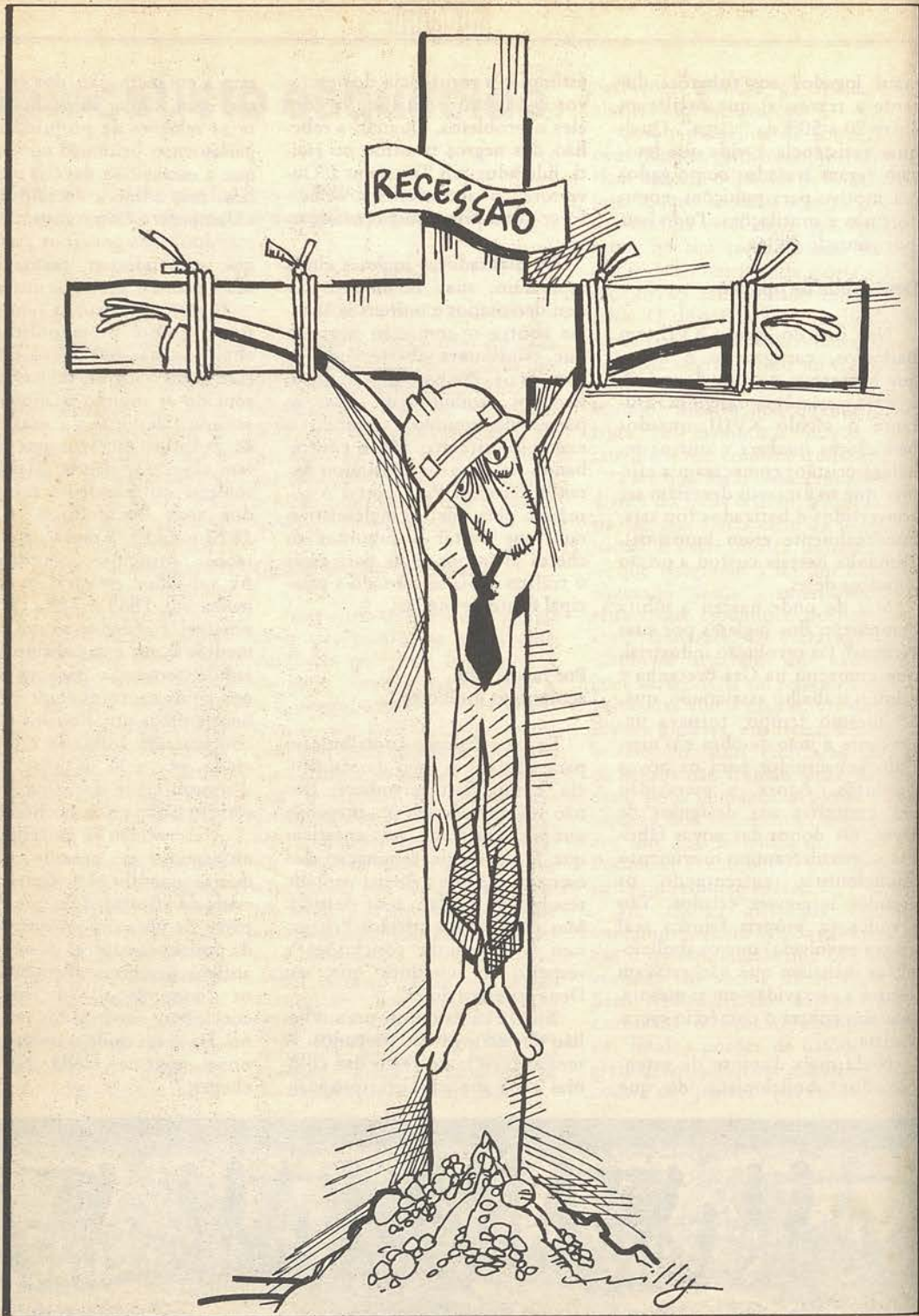
A escravidão já pertence definitivamente ao passado, mas os que se assombraram com a hipocrisia da afirmação de que ela era parte de uma ordem divina, ainda podem encontrar os netos dos antigos negreiros afirmando que os "comunistas" (de qualquer cor) estão condenados ao inferno. Há áreas onde o progresso da nossa espécie ainda está por chegar. □



WILLY

ÚLTIMA PÁGINA

8



terceiro
mundo

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee plants with ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

The image features two large, faceted diamonds prominently displayed on a dark, reflective surface. The diamond on the left is a brilliant-cut diamond, while the one on the right is a larger, more complex cut. Below them, a field of smaller, scattered diamonds is visible, creating a shimmering effect. The background is dark, making the diamonds stand out.

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola